



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

RITA DE CÁSSIA SIMÕES MARTELINI

**ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS NA CRÔNICA  
MACHADIANA:  
A SÉRIE “BONS DIAS!”**

RITA DE CÁSSIA SIMÕES MARTELINI

**ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS NA CRÔNICA  
MACHADIANA:  
A SÉRIE “BONS DIAS!”**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de PósGraduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Esther Gomes de Oliveira

Londrina  
2020

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de  
Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL**

M376e Martelini, Rita de Cássia Simões.  
Estratégias linguístico-discursivas na crônica machadiana: a série "Bons dias!" /  
Rita de Cássia Simões Martelini. - Londrina, 2020.  
177 f.

Orientador: Esther Gomes de Oliveira.

Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de  
Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em  
Estudos da Linguagem, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Estratégias linguístico-discursivas - Tese. 2. Machado de Assis - Tese. 3.  
Crônica - Tese. I. de Oliveira, Esther Gomes. II. Universidade Estadual de  
Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em  
Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

RITA DE CÁSSIA SIMÕES MARTELINI

**ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICO-DISCURSIVAS NA CRÔNICA**

**MACHADIANA:**

**A SÉRIE “BONS DIAS!”**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de PósGraduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Esther Gomes de  
Oliveira  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Álvaro Santos Simões Júnior  
Universidade Estadual Paulista – UNESP

---

Prof. Dr. Miguel Luiz Contani  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Profa. Dra. Sheila Oliveira Lima  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Profa. Dra. Isabel Cristina Cordeiro  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 23 de outubro de 2020.

***Dedicatória***

*Para Luciano Antonio e Laura de Cássia,  
amores da vida inteira;*

*À minha mãe, Graça, companheira em todos os momentos;*

*Ao meu amado pai, Geraldo, vivo em minha memória.*

## ***Agradecimentos***

*A Deus, o “invisível evidente”, sempre a me guiar.*

*À família, fonte de amor e sabedoria.*

*À professora e orientadora,  
Esther Gomes de Oliveira,  
pelos ensinamentos sobre Linguagem;  
por acolher, com paciência, meus estudos machadianos;  
pela amizade e pelo carinho com que se dedicou a orientar-me.*

*Aos professores da Banca de Qualificação e Defesa:  
Álvaro Santos Simões Júnior,  
Miguel Luiz Contani,  
Sheila Oliveira Lima,  
Isabel Cristina Cordeiro,  
pelas valiosas contribuições à versão final de meu trabalho.*

*À memória de Joaquim Maria Machado de Assis,  
o homem, que fez das Letras sua missão.*

*A John Gledson,  
por submeter a crônica machadiana ao mais elaborado dos estudos;  
por apresentar-me “um novo Machado de Assis”: o cronista de jornal;  
pela gentileza e paciência em responder às minhas perguntas.*

*À Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro,  
pelo importantíssimo trabalho de digitalização dos periódicos oitocentistas,  
sem o qual a minha pesquisa não se realizaria.*

*“A história do Rio de Janeiro tem algumas páginas, como essa, tão belas, tão poéticas, que às vezes dá tentações de arrancá-las das velhas crônicas, onde jazem esquecidas, para orná-las com algumas flores deste tempo.”*  
(ALENCAR, 2004, p. 207)

*“O passado é um livro imenso cheio de preciosos tesouros que não se devem desprezar; e toda terra tem sua história mais ou menos poética, suas recordações mais ou menos interessantes, como todo o coração tem suas saudades. A capital do Império do Brasil não pode ser uma exceção a esta regra.”*  
(MACEDO, 2009b, p.29)

*“(…) nós outros, beneditinos da história mínima e cavouqueiros da expressão oportuna. Vivemos seis dias a espreitar os sucessos da rua, a ouvir e palpar o sentimento da cidade, para os denunciar, aplaudir ou patear, conforme o nosso humor ou a nossa opinião, e quando nos sentamos a escrever estas folhas volantes, não o fazemos sem a certeza (ou a esperança!) de que há muitos olhos em cima de nós. Cumpre ter ideias, em primeiro lugar; em segundo lugar expô-las com acerto; vesti-las, ordená-las, apresentá-las à expectativa pública.”*  
(ASSIS, 2008b, p.189-190)

*[...] o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo.*  
(KOCH, 2011, p. 17)

*“O que constrói o discurso é o mecanismo de subversão da linguagem em toda a sua produtividade”*  
(FIORIN, 2014, p. 23)

MARTELINI, Rita de Cássia Simões. **Estratégias linguístico-discursivas na crônica machadiana: a série “Bons Dias!”**. 2020. 177f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2020.

## RESUMO

A partir de pressupostos teóricos da Semântica Argumentativa e da Linguística Textual, estudamos neste trabalho as estratégias linguístico-discursivas utilizadas por Machado de Assis para falar da abolição da escravatura e da chegada da República, em algumas crônicas da série “Bons dias!” (1888-1889), publicada na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. Nosso *corpus* de pesquisa é formado por cinco crônicas dessa série, distribuídas entre as dez primeiras, no sentido cronológico, nas quais se concentram as temáticas escolhidas para a análise. Nosso estudo prioriza dois aspectos relevantes da cronística machadiana: o trato com a linguagem e a relação com o contexto histórico, fatores que nos motivam a explorar um importante momento da política nacional, cujos desdobramentos comprometiam a livre expressão dos órgãos da imprensa. Nesse panorama, aliando anonimato e habilidade discursiva, Machado de Assis, escritor já consagrado pela obra ficcional, reagia aos acontecimentos diários da capital do Império e participava dos debates em torno da alteração de regime, consequência imediata da abolição. Nosso objetivo é mostrar como, por meio de uma linguagem implícita e reticente, permeada por artifícios linguístico-discursivos (entre eles, a metáfora, a repetição, a intertextualidade intergenérica, a personificação e a seleção lexical), o obscuro cronista da *Gazeta* lança seu olhar profundamente cético aos festejos abolicionistas e comenta, de maneira irônica e reprovativa, a iminente mudança para o sistema republicano. Orientando o raciocínio para essa conclusão, Machado, nessas crônicas, endossa a concepção linguística na qual baseamos nossa tese, a de que todo discurso subentende uma ideologia e reflete um posicionamento (KOCH, 2011).

**Palavras-chave:** Machado de Assis; crônica; estratégias linguístico-discursivas.

MARTELINI, Rita de Cássia Simões. **Linguistic-discursive strategies in Machado de Assis' chronicle: the series "Bons Dias!"** 2020. 177 pp. Thesis (Doctorate in Languages Studies). State University of Londrina. Londrina, 2020.

## ABSTRACT

Based on theoretical assumptions of Argumentative Semantics and Textual Linguistics, we study in this work the linguistic-discursive strategies used by Machado de Assis to speak of the abolition of slavery and the arrival of the Republic, in some chronicles of the series "Bons dias!" (1888-1889), published in *Gazeta de Notícias*, in Rio de Janeiro. Our research *corpus* consists of five chronicles from this series, distributed among the first ten, in the chronological sense, in which the themes chosen for analysis are concentrated. Our study prioritizes two relevant aspects of Machado's work: the dealing with language and the relationship with the historical context, factors that motivate us to explore that important moment of national politics, whose developments compromised the free expression of the press. In this panorama, combining anonymity and discursive ability, Machado de Assis, a writer already renowned for his fictional work, reacted to daily events of the Empire's capital city and participated in the debates around the change of the political regime, an immediate consequence of abolition. Our goal is to show how, through an implicit and reticent language, permeated by linguistic-discursive devices (among them, metaphor, repetition, intergenerational intertextuality, personification and lexical selection), the *Gazeta's* obscure chronicler launches his look deeply skeptical on the abolitionist celebrations and comment, in an ironic and disapproving way, the imminent change to the republican system. Orienting his reasoning towards this conclusion, Machado, in these chronicles, endorses the linguistic conception on which we base our thesis, that every discourse implies an ideology and reflects a position (KOCH, 2011).

**Keywords:** Machado de Assis; chronic; linguistic-discursive strategies.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1. Justificativa.....	12
2. Objetivos.....	14
3. Metodologia de trabalho.....	15
4. Constituição do <i>corpus</i> .....	16
5. Organização do trabalho.....	16
<b>1. MOMENTOS DA CRÔNICA BRASILEIRA OITOCENTISTA</b> .....	18
1.1 A CRÔNICA DE VARIEDADES CHEGA AOS JORNAIS DA CORTE.....	18
1.2 FRANCISCO OTAVIANO, O PRIMEIRO CRONISTA DE FOLHETIM.....	21
1.3 JOSÉ DE ALENCAR, FOLHETINISTA DO <i>CORREIO MERCANTIL</i> .....	26
1.4 JOAQUIM MANUEL DE MACEDO E AS SÉRIES DO <i>JORNAL DO COMMERCIO</i> .....	40
<b>2. MACHADO DE ASSIS CRONISTA</b> .....	55
2.1 AS PRIMEIRAS SÉRIES MACHADIANAS NA IMPRENSA: O PERIÓDICO <i>O ESPELHO</i> .....	55
2.2 O CRONISTA MILITANTE DO <i>DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO</i> .....	65
2.2.1 A série “Comentários da Semana” (1861-1862).....	70
2.2.2 Novos rumos da crônica machadiana após o <i>Diário</i> .....	85
2.3 MACHADO DE ASSIS NA <i>GAZETA DE NOTÍCIAS</i> .....	89
2.3.1 Entre anonimato e pseudônimos.....	89
2.3.2 A série “Bons dias!” (1888-1889).....	95
<b>3. CRÔNICA E LINGUAGEM: ESTRATÉGIAS DO DISCURSO MACHADIANO EM “BONS DIAS”</b> .....	100
3.1 A IRONIA, UM MODO DE DIZER.....	100
3.2 A SITUACIONALIDADE.....	104
3.3 OUTROS RECURSOS LINGÜÍSTICO-DISCURSIVOS PARA O EFEITO DE SENTIDO.....	107
3.3.1 A metáfora .....	107
3.3.2 A repetição.....	110
3.3.3 A intertextualidade.....	114
3.3.4 A personificação.....	118
3.3.5 A seleção lexical.....	121

<b>4. ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>: CRÔNICAS DA SÉRIE “BONS DIAS!”</b> .....	125
4.1 CRÔNICA 1 (nº 1 do editor).....	126
4.2 CRÔNICA 2 (nº 6 do editor).....	132
4.3 CRÔNICA 3 (nº 8 do editor).....	141
4.4 CRÔNICA 4 (nº 9 do editor).....	149
4.5 CRÔNICA 5 (nº 10 do editor).....	156
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	163
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	168

## INTRODUÇÃO

### 1. JUSTIFICATIVA

*Lá me ia eu resvalando neste declive das ponderações graves, que só a espaços, e ao de leve, podem ser lícitas à mais desambiciosa das crônicas deste mundo.*  
(ASSIS, 2008b, p. 236)

Durante as primeiras décadas do século XX, perdurou entre os estudos sobre Machado de Assis, a ideia de um escritor indiferente aos acontecimentos políticos, cuja obra singular e inclassificável revelava “um certo absenteísmo em relação às grandes questões sociais do seu tempo” (GUIMARÃES, 2019, p. 15). A tese do intelectual ausente dos assuntos nacionais começou a se esvaír na década de 1970, com a publicação de *A pirâmide e o trapézio*, de Raymundo Faoro, que, segundo Guimarães (2017, p. 215), evidenciava a “presença ostensiva e extensiva da sociedade brasileira nos contos, romances e crônicas” de Machado de Assis. Para o pesquisador, a leitura da obra de Faoro, de modo diferenciado, influenciou o trabalho de importantes críticos machadianos, como Roberto Schwarz, John Gledson e Alfredo Bosi. Dentre eles, Gledson é o que tem mais se dedicado à crônica machadiana, espaço discursivo privilegiado do debate político e mais próximo da “arena cotidiana em que se pensava o país” no Segundo Reinado (DUARTE, 2007, p. 253).

Escritas ao longo de quatro décadas, entre 1859 e 1900, as crônicas machadianas estão organizadas em séries, que foram veiculadas originalmente em diferentes meios de comunicação da imprensa carioca, como mostraremos no segundo capítulo. Entre elas, escolhemos “Bons dias!”, composta por quarenta e nove crônicas, publicadas entre abril de 1888 e agosto de 1889, na *Gazeta de Notícias*, das quais selecionamos cinco para estudo. Nossa opção (bem como o recorte proposto) é motivada pela temática política das primeiras crônicas, nas quais sobressaem a tensão pré-abolição e os desdobramentos dessa medida liberal; e pelo modo machadiano de conduzir o discurso, a partir de estratégias linguístico-discursivas, que permitem entrever a parcialidade do cronista.

Cético, frente à euforia abolicionista e republicana, Machado permeia seu discurso com indicações que favorecem a construção de um sentido: o de insatisfação com o momento político. Presumindo um leitor atento às suas artimanhas e capaz de reconhecer o que está implícito no enunciado, Machado refugia seu ponto de vista em metáforas elaboradas, nas repetições intencionais, nos intertextos eruditos, entre outros procedimentos linguístico-argumentativos.

Atribuídos à Semântica Argumentativa e à Linguística Textual, os mecanismos estruturadores do discurso mobilizados por Machado de Assis na série “Bons dias!” promovem a significação e intensificam a argumentatividade da linguagem, tornando-a uma “veiculadora” de ideologias (KOCH, 2011, p. 15). Por meio desses artifícios linguísticos e do caráter polissêmico das crônicas, o enigmático cronista da *Gazeta* esperava “sacudir o leitor e levá-lo a uma consciência crítica” (GLEDSON, 1997, p. 18). Fingindo abster-se, ele sugere, inculca e lança ao público seu parecer enviesado a respeito da situação vigente, desmentindo até mesmo a si próprio, quando afirma, como na crônica de 01 de junho de 1888, que sua alma nunca se deu com política.

Exemplos assim, de fina ironia, são constantes em “Bons dias!” e nos instigam a explorar essa série machadiana, que concentra notáveis exemplos do uso elaborado da linguagem, de como é possível significar sem deixar as ideias evidentes e, sobretudo, de como usar proveitosamente o léxico para fins estilístico-argumentativos. Além de que, o período de publicação da série coincide com momentos de grande relevância para a história nacional: aprendemos sobre esses fatos lendo as crônicas de Machado de Assis. Esse já seria um motivo suficiente para a releitura da série, não fosse o “valor intrínseco” de cada crônica, que revela uma das características mais importantes do gênero, o seu “estatuto híbrido”, que une jornalismo e a literatura.

Paradoxalmente, a “modernidade” de Machado de Assis reside nesses textos, tão enraizados no século XIX, mas que muito tendem a ensinar a contemporaneidade (GLEDSON, 1997, p. 11). Aproveitando-se do “legado positivo das experiências anteriores<sup>1</sup>”, como o de José de Alencar e Joaquim Manuel de

---

<sup>1</sup>Segundo Candido (1993, p. 104), o Machado romancista aplicou seu gênio em “assimilar, aprofundar, fecundar o legado positivo das experiências anteriores”, entre elas, a de Alencar e Macedo. A nosso ver, essa observação estende-se também ao Machado cronista, cuja recorrência aos temas políticos e urbanos, de certa forma, tem raízes na cronística de Alencar e Macedo.

Macedo, cronistas abordados no capítulo seguinte, o autor de “Bons dias!” mostra-se consciente de seu papel de formador de opinião, mesmo escrevendo sob um anonimato circunstancial. Enfim, a série escolhida reafirma o “novo Machado de Assis”, proposto por Gledson (2006, p.10): “[...] não se trata de uma invenção, de uma criação deliberada de um Machado de alguma maneira mais adequado ao nosso próprio tempo, mas uma descoberta de algo, de alguém que já está ali”.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

Estudar as estratégias linguístico-discursivas mobilizadas por Machado de Assis para falar da abolição e de política, em cinco crônicas da série “Bons dias!”.

### **2.2 Objetivos específicos**

- Demonstrar, a partir de um breve histórico da crônica oitocentista, como o gênero é dotado de argumentatividade;
- Evidenciar o percurso linguístico evolutivo de Machado de Assis na crônica, passando pelo discurso “engajado” da juventude ao timbre irônico e reticente de “Bons dias!”;
- Estudar os recursos linguístico-discursivos elencados para a análise a partir de pressupostos teóricos, observando sua ocorrência na obra machadiana;
- Analisar a dimensão argumentativa dos recursos linguístico-discursivos empregados por Machado de Assis na série “Bons dias!”;

### 3. METODOLOGIA DO TRABALHO

Nossa pesquisa associa os estudos linguísticos a um gênero literário de grande expressividade: a crônica. A partir dessa relação, que une o rigor das análises linguísticas ao subjetivismo enriquecedor da literatura, propomos evidenciar as estratégias linguístico-discursivas presentes no discurso de Machado de Assis, enquanto homem de imprensa, à frente da crônica oitocentista de jornal, numa conjuntura de grande movimentação política, que coincidia com a abolição da escravatura e o fim da monarquia. Entrelaçando, pois, esses dois campos fundamentais ao aprofundamento da língua, objetivamos reunir elementos que contribuam para o entendimento desses textos distanciados no tempo e no espaço. Para isso, direcionamos nossa busca ao implícito da linguagem, às entrelinhas da argumentação, onde encontramos um Machado de Assis cético e reticente diante dos festejos abolicionistas e da euforia republicana.

Enfatizamos que não faz parte de nossa tese conceituar linhas teóricas, de ambos os campos de estudo mencionados, que possam limitar as possibilidades expressivas das crônicas machadianas, bem como os mecanismos linguístico-discursivos que mobilizamos para estudá-las. Por fim, nossa proposta resume-se em dois procedimentos: Estudar os recursos selecionados sob diferentes perspectivas teóricas e aplicá-los ao *corpus*.

As etapas seguintes elucidam a maneira com que procederemos nosso estudo, visando cumprir os objetivos propostos:

- Apresentação dos momentos mais significativos da crônica brasileira oitocentista, destacando antecessores machadianos no gênero.
- Levantamento da trajetória de Machado de Assis na crônica.
- Estudo das estratégias linguístico-discursivas mais relevantes ao *corpus* de análise, a saber: ironia, metáfora, repetição, intertextualidade intergenérica, personificação e seleção lexical.

- Análise dos recursos linguístico-discursivos em cinco crônicas da série de “Bons dias!”.
- Elaboração de conclusão, enfatizando a expressividade do gênero crônica e a dimensão argumentativa dos recursos Imobilizados para a análise.

#### 4. CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS*

O *corpus* de nossa tese é composto por cinco crônicas da série “Bons dias!”, de Machado de Assis, sendo que quatro delas foram publicadas na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, e datam de 05 de abril, 11 e 27 de maio e 01 de junho de 1888. A única exceção é a crônica de 20-21 de maio de 1888, que veiculou no número exclusivo da *Imprensa Fluminense*, folha comemorativa à abolição, que recebeu a contribuição de diversos nomes da literatura e do jornalismo da época.

Caracterizadas pela temática diversificada e pelo vínculo direto com o noticiário, essas crônicas não possuíam data certa para aparecerem no jornal, mas, geralmente, eram semanais. Em “Bons dias!”, mais do que em qualquer outra série, Machado de Assis conseguiu expressar-se de forma enviesada e irônica, lançando mão de estratégias linguístico-discursivas que lhe possibilitaram interagir nos debates da época, sem comprometer a carreira no funcionalismo público do Império e seu lugar no cenário da literatura nacional.

#### 5. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma:

- ✓ **Introdução:** Justificativa da escolha do gênero, exposição dos objetivos, explicação da metodologia, constituição do *corpus* e organização do trabalho.
- ✓ **Capítulo I: MOMENTOS DA CRÔNICA BRASILEIRA OITOCENTISTA** - Breve histórico do aparecimento da crônica de jornal na imprensa brasileira oitocentista, a partir dos moldes do folhetim de origem francesa.

Apresentação de cronistas representativos do gênero oitocentista, mais tarde trabalhado por Machado de Assis: Francisco Otaviano, José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo.

- ✓ **Capítulo II: MACHADO DE ASSIS CRONISTA** – Apresentação de “Aquarelas” e “Revista de Teatros”, séries iniciais de Machado de Assis em periódicos fluminenses. Análise da primeira colaboração de Machado no *Diário do Rio de Janeiro*, sob influência do Partido Liberal, com a série “Comentários da semana” (1861-1862). Exposição das demais séries de crônicas machadianas, após a experiência no *Diário*. Estudo da série “Bons dias!”, evidenciando os procedimentos linguístico-discursivos utilizados pelo cronista para comentar sobre a abolição e mudança de regime político.
- ✓ **Capítulo III: CRÔNICA E LINGUAGEM: ESTRATÉGIAS DO DISCURSO MACHADIANO EM “BONS DIAS!”** – Demarcação dos recursos linguístico-discursivos selecionados para a análise do *corpus*, a saber: ironia, situacionalidade, metáfora, repetição, intertextualidade intergenérica, personificação e seleção lexical. Explicação de cada estratégia, a partir de aspectos teóricos e fragmentos das crônicas de “Bons dias!”, entre outros exemplos da obra machadiana, que ilustram a mobilização desses mecanismos para o efeito de sentido.
- ✓ **Capítulo IV: ANÁLISE DO CORPUS: CRÔNICAS DA SÉRIE “BONS DIAS!”** – Análise de cinco crônicas da série “Bons dias!”, a partir dos recursos linguístico-discursivos explicitados no capítulo anterior. Abordagem de outros elementos linguísticos que, em menor escala, contribuem para a estrutura argumentativa do texto.
- ✓ **Considerações finais:** Levantamento dos resultados alcançados, visando confirmar nossa tese de que o cronista Machado de Assis, por meio das estratégias linguístico-discursivas expostas no terceiro capítulo, bem como de outros procedimentos argumentativos abordados na análise, adota uma postura cética quanto à abolição e à mudança de regime político.

## 1. MOMENTOS DA CRÔNICA BRASILEIRA OITOCENTISTA

### 1.1 A CRÔNICA DE VARIEDADES CHEGA AOS JORNAIS DA CORTE

*Falaremos de teatros, de música, de modas, de literatura; repetiremos a conversa dos salões, [...], a novidade surpreendida nos bastidores, a biografia de um artista, a história de um livro, os amores e sonhos de um poeta, os escrúpulos de um deputado novato; analisaremos juntos a comédia nova, [...], o acontecimento do dia, o baile da noite, o segredo murmurado ao ouvido, o boato que corre pelas ruas, a notícia curiosa que nos manda à Europa [...].*

(ROSÁRIO, 1859, p. 56)

É difícil precisar quando a “crônica de variedades” surge na imprensa brasileira. Caracterizado pelo comentário semanal sobre temáticas variadas, tais como a política, a literatura e os divertimentos da corte, o gênero encontrou vários adeptos no Brasil oitocentista, entre eles, romancistas futuramente ilustres, como José de Alencar e Machado de Assis. Os estudos mais especializados procuram vincular o aparecimento desse tipo de crônica ao folhetim, modalidade literária de origem francesa, presente nos jornais brasileiros desde a década de 1830 e destinada a tornar as folhas “mais leves e atraentes” (CHALHOUB et al. 2005, p. 19). Por essa época, o termo “folhetim” designava não apenas o conteúdo da coluna semanal, composta, geralmente, por capítulos de romances franceses ou artigos sobre teatro e moda, mas também o local de veiculação desses textos: o rodapé da primeira folha do jornal. Quando a crônica de variedades instala-se nesse espaço, em dezembro de 1852, será também chamada de “folhetim”, compartilhando com o romance o traço poético e a adesão dos “homens de jornal”, como explica Coutinho:

Folhetim era a crônica, mas também a novela ou romance, quando publicado em jornal. O fator espiritual de comunhão entre os dois gêneros era a poesia, que dominava a literatura romântica, sendo por isso explicável a influência que o folhetim exerceu particularmente sobre o mundo social. O poeta, o romancista, o homem de jornal, todos cederam às suas seduções com maior ou menor assiduidade (COUTINHO, 1986, p. 124).

Mas antes de a crônica de variedades assentar-se no espaço privilegiado do romance de folhetim, a presença desse “gênero literário autônomo” (COUTINHO,

1986, p. 136) já era notada em outras partes dos jornais. Desde 10 de fevereiro de 1851, o *Correio Mercantil* vinha publicando, em seu *Comunicado*, a seção *Pacotilha*, que ocupava, geralmente, as três primeiras páginas do periódico e localizava-se acima da linha do rodapé. Assinada por “Carijó”, pseudônimo do redator-chefe ainda hoje não identificado pela crítica<sup>2</sup>, a satírica coluna tinha como objetivo “publicar o que possa ser publicado, além do que já tenha sido, das precisas observações e análises”. Contudo, a *Pacotilha* não era específica para a crônica, pois nela também apareciam notícias gerais, anúncios, comentários de teatros, poemas e até romances, como o único escrito por Manuel Antonio de Almeida, *Memórias de um sargento de Milícias*, veiculado na seção entre 1852 e 1853. A multiplicidade dos materiais e a falta de transição entre os assuntos dificultavam a identificação da crônica, que se aglomerava junto aos demais artigos da seção. Geralmente, um longo sumário ou cabeçalho antecedia os comentários do misterioso cronista, que fazia questão de evidenciar a independência de suas opiniões, quando confrontado pelos adversários das folhas concorrentes:

Em primeiro lugar direi ao *Diário* que o *Carijó*, o seu mui humilde e reverente criado, não é o *Correio Mercantil*: o doutor engana-se confundindo um com o outro; e quando tiver de dar suas palmatoadas, esfregue bem as unhas ao *Carijó*, consignador da pacotilha, e não queira que por mim pague quem é inocente de tudo quanto eu proferir e sustentar (ALMEIDA, *Correio Mercantil*, 16 fev. 1851).

Anos mais tarde, José de Alencar afirmaria, em seus folhetins de *Ao correr da pena*, que foi o *Correio Mercantil* – provavelmente, referindo-se à *Pacotilha* – que “inventou” ou “introduziu” a crônica semanal: “Nós inventamos, os outros aperfeiçoam ou caricaturam: – são as três fases do progresso humano” (ALENCAR, 2017, p. 125). Isso porque, muito em breve, o *Diário do Rio de Janeiro* passaria a incluir em seus *Comunicados* uma coluna para a *Chronica Semanal*, visível a partir de 06 de julho de 1852, também acima da risca do rodapé. Segundo Cano (2015, p. 78): “O momento é significativo, em primeiro lugar, porque aí aparece o nome da crônica no sentido que será consagrado, definindo-lhe o conteúdo e a finalidade”. A

<sup>2</sup> CANO (2015) levanta a hipótese de que “Carijó” seria um pseudônimo coletivo, sobretudo, quando passou a figurar como “Carijó e Cia”, na *Pacotilha*. Para o crítico, um dos autores seria Manuel Antonio de Almeida que, na mesma seção, em 1852, publicou anonimamente o romance *Memórias de um sargento de milícias*.

nova seção do *Diário* trazia uma evolução em relação à *Pacotilha*, ao separar a crônica em coluna específica, ainda que faltasse ao cronista a técnica de transitar com estilo entre os assuntos, à maneira dos futuros cronistas, mais ilustres, como José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo e Machado de Assis, por exemplo. Por outro lado, o narrador da *Chronica Semanal* antecipava, com seu lamento recorrente, o clássico tema da falta de assunto, explorado depois pelos modernistas, como mostra o exemplo a seguir:

Eis-nos outra vez em trabalho para dar conta aos nossos leitores do que teve lugar durante esta semana, que foi uma das mais estéreis de ocorrências, e tanto como nos não lembramos que tenha acontecido já muitos meses.

Nada é, por certo, mais difícil do que ser noticioso, quando não há notícias a dar, nem fatos a citar (*Chronica Semanal, Diário do Rio*, 11 jul. 1852).

Ao mesmo tempo em que a escassez de matéria ameaçava o compromisso informativo da crônica de variedades, contribuía para evidenciar o caráter subjetivo desse “registro da vida escoada” (ARRIGUCCI Jr. 1987, p. 51). Diante da ausência de eventos na corte, o cronista poderia reclamar de seu ofício, como na citação mencionada; preencher o espaço da coluna com o relato pessoal de um fato banal, como o calor excessivo do Rio de Janeiro; ou ainda transcrever a carta de uma leitora, contendo uma máxima sobre a fé: “A crença é o perfume da vida, e adorno da mocidade: desgraçados d’aqueles que não tiverem acreditado! pois será sinal de que nunca amaram, e de que morrerão sem terem vivido!” (*Chronica Semanal, Diário do Rio*, 18 jul. 1852). O importante era construir, dia a dia, uma cumplicidade entre autor e público em relação aos assuntos a serem abordados:

Ao cronista cabia a responsabilidade de buscar, dentre os acontecimentos sociais de maior relevo e divulgação, capazes de formar entre escritor e público códigos compartilhados que viabilizassem a comunicação, temas que lhe permitissem discutir as questões de seu interesse (CHALHOUB et al., 2005, p. 13).

Esvaziando-se, aos poucos, da obrigação de informar e pendendo mais para o comentário pessoal sobre política, literatura e teatro, a crônica de variedades chega ao folhetim de rodapé do *Jornal do Commercio*, com a série *A Semana*,

publicada anonimamente e escrita pelo redator e jornalista Francisco Otaviano. Fixando, pela primeira vez, o “gênero menor” (CANDIDO, 1992) no ilustre espaço destinado aos romances, a “folha oficial”<sup>3</sup> do império confere à crônica notoriedade inédita. Talvez, por isso, conforme apontamos anteriormente, a crítica especializada relacione o surgimento da crônica a esse momento, a ponto de afirmar que a “crônica brasileira propriamente dita” (COUTINHO, 1986, p. 124) tenha começado com Otaviano, no folhetim do *Jornal do Commercio*. Como ressalta Faria (2004, p. XVII), essa opinião é consensual entre os que estudam as relações do jornalismo com a literatura no século XIX<sup>4</sup>; também para ele, o cronista da *Semana* foi “o primeiro a cultivar entre nós o folhetim caracterizado pela leveza de estilo e variedade de assunto”, características que demonstraremos a seguir, com a análise da primeira crônica de Otaviano, publicada no folhetim *A Semana*, em dezembro de 1852.

## 1.2 FRANCISCO OTAVIANO, O PRIMEIRO CRONISTA DE FOLHETIM

*Aí está o papel sobre a mesa. Escreve, infeliz cronista; ninguém te levará em conta a nulidade destes sete dias. Se o tempo não deu um passo, corrige o tempo; se não há fatos a registrar, inventa-os; se não podes fazer um quadro histórico, esboça um painel de fantasia; mas cumpre o teu dever, tortura a tua inteligência, e dessa mente erma de idas extrai algum fruto, embora disforme, que, reduzido a artigo de jornal, encha as colunas do folhetim hebdomadário.*

(OTAVIANO, *Jornal do Commercio*, 06 fev. 1853<sup>5</sup>)

Além de cronista, poeta e jornalista, Francisco Otaviano foi advogado, político e diplomata, funções que o teriam afastado da carreira literária, sobretudo, da poesia, sua grande paixão, conforme lemos em sua biografia, na página da

<sup>3</sup>Forma machadiana de referir-se ao *Jornal do Commercio*. Aparece em vários momentos da cronística do autor. Ex. Na crônica de 29 de dezembro de 1861, dos “Comentários da semana”: “Houve ontem muito quem se admirasse ao ler na folha oficial o decreto abrindo um crédito suplementar de setecentos e tantos contos ao ministério da fazenda” (ASSIS, 2008a, p. 141).

<sup>4</sup> Encontramos a mesma ideia em Cano (2004, 2015) e Granja (2010).

<sup>5</sup> Utilizaremos esse formato para a referência somente quando o fragmento citado for transcrito diretamente do jornal e não constar em livro. Nossa fonte para esses casos é a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. A propósito, em todas as citações oriundas de periódicos antigos, atualizamos a ortografia, quando necessário, mantendo a pontuação e as concordâncias dos autores. O link para cada texto encontra-se nas referências deste trabalho.

Academia Brasileira de Letras. O escritor traduziu grandes mestres da poesia universal, entre eles, Shakespeare, Shelley, Byron, Goethe e Victor Hugo. Quanto à crônica, podemos dizer que Otaviano legou ao gênero duas grandes contribuições, ainda que apenas uma delas – a fixação da crônica no espaço do folhetim – seja, geralmente, lembrada pela crítica. A outra, tão relevante quanto, refere-se ao apadrinhamento de um jovem e desconhecido cronista, que, em 1854, o substituiria no folhetim do *Correio Mercantil*, passando a destacar-se na imprensa carioca, como veremos adiante: o futuro romancista José de Alencar.

À frente da crônica do *Jornal do Commercio*, entre 1852 e 1854, Otaviano imprimia ao gênero características que o tornavam cada vez mais independente da notícia e da missão de informar. Entre elas, destacamos a subjetividade, a “mais relevante de todas, segundo Moisés (1982, p. 116), por permitir ao enunciador transmitir os acontecimentos a partir de sua visão pessoal. Nesse sentido, a “veracidade positiva dos acontecimentos”, segundo o crítico, cede espaço à “veracidade emotiva”. Por outro lado, a brevidade, marca registrada da crônica moderna, ainda não era praticada pelos cronistas da década de 1850, que, preocupados em completar o espaço destinado ao comentário semanal, acabavam, por vezes, inserindo um poema arrematador das colunas restantes. No campo formal, o cronista da *Semana* parecia resolver o clássico problema da transição de assuntos, comum à crônica de variedades, ao separar as seções por algarismos romanos, medida adotada, posteriormente, por outros cronistas mais notáveis, como Machado de Assis, que utilizou o mesmo recurso nas séries “Histórias de quinze dias” (1876-1878) e “Notas semanais” (1878).

A crônica inicial de Otaviano para *A Semana*, considerada, como vimos, a primeira “propriamente dita” (Coutinho, 1986, p. 124) no Brasil, saiu em 12 de dezembro de 1852, na edição 342 do *Jornal do Commercio*, e não no dia 02 de dezembro, como a datou o crítico em seu estudo. Já nas primeiras linhas da crônica, Otaviano estabelece um programa temático ao folhetim:

Céu azul, manhã serena, coração folgado... Conversemos. Conversemos sobre modas, bailes, teatro, romances, salões, música, poesia. Conversemos sobre política (OTAVIANO, *Jornal do Commercio*, 12 dez. 1852).

O narrador da crônica discorre então sobre a “febre eleitoral” que movimentava o cotidiano fluminense do Segundo Reinado. O assunto aparecia com frequência nos jornais dos últimos dias, inclusive na mesma edição daquela crônica, na seção “Publicações a pedidos”, na qual constavam listas com nomes para vereadores. Segundo Otaviano, médicos, engenheiros, negociantes, capitalistas, “em suma, todas as profissões, todas as classes, todas as indústrias”<sup>6</sup> pleiteavam uma vaga na Câmara Municipal. Como era necessário possuir determinada renda para se candidatar, os interessados apresentavam-se “fazendo valer a superioridade de seus recursos” e “prometendo maravilhas que os cegos não podem ver”. Ciente da falta de transparência que caracterizava o processo, o cronista lamenta seu desfecho:

Apenas observarei que, findas as apurações, lavrarão os descontentamentos, prorromperão as recriminações de perfídia, acoimar-se-ão mutuamente os *ligueiros* das chapas vencidas, e exultarão jubilosos os felizes que a urna proclamou eleitores de paróquia. Assim terminam sempre as lutas eleitorais: a amizade, a fé, a lealdade, a sisudez, retiram-se da cena, substituídas pela desconfiança, pela má fé, pela traição e pelo desfaçamento. A eleição é o fermento leve da dor, das paixões más [...]. A verdade, porém, é que fazendo-se a *ordem do dia* da batalha, não se encontrarão mortos, nem feridos, e só sim muitos enlameados (OTAVIANO, *Jornal do Commercio*, 12 dez. 1852).

Na sequência, depois de afirmar que a política “domina todos os espíritos”, Otaviano adentra o terceiro assunto, queixando-se da chegada do verão, que significava ausência de bailes na Corte: “É morta a estação dos bailes, e aí vem o calor com todo o seu cortejo de desprazeres e de incômodos fazer a boa sociedade a emigrar para o campo, receosa da febre amarela [...]”. Mas restarão as lembranças do último baile, das moças “mais lindas da capital” e, entre elas, uma principalmente. A recordação da amada desencadeia momentos de puro lirismo e revelam a poesia reservada às horas noturnas:

Dobrai-vos, páginas de minha infância: não é no meio da multidão, no bulício de um baile, ao ruído da dança, que se pode cismar. Guardai-vos para a volta, para a hora do silêncio, para a hora da saudade. Saudade! de que? Ainda se fossem reminiscências!... Para mim já não há essas deliciosas conversas, à noite, em um canto do

---

<sup>6</sup> As citações de Otaviano que não estão recuadas e aparecem no corpo do texto constam na crônica em análise, de 12 de dezembro de 1852, publicada na seção “A Semana”, do *Jornal do Commercio*.

salão, olhos pregados nos olhos, as mãos apertando-se, e o coração soltando notas harmoniosas... Belo tempo! Era a minha quadra de poesia e dos primeiros amores, tão povoada de sonhos, tão esmaltada de esperanças! (OTAVIANO, *Jornal do Commercio*, 12 dez. 1852).

Das recordações do primeiro amor, o cronista passa à quarta temática: a instalação do Hospício D. Pedro II, na praia de Botafogo, “o primeiro e o mais importante do Rio de Janeiro”, cujo “majestoso edifício” vinha sendo construído há dez anos, graças, sobretudo, a doações de particulares. Planejado para 300 enfermos, o também chamado “Hospício dos Alienados” já contava com 140 pessoas e esperava, a cada dia, a chegada de “outros infelizes”. Narrando a satisfação do provedor da Santa Casa de Misericórdia e idealizador do projeto, José Clemente Pereira, em receber o Imperador para um “esplêndido jantar” de inauguração, o cronista não deixa de alfinetar os partidos políticos que, com suas disputas, contribuíam para aumentar o número de “loucos”:

Era de ver-se então o contentamento com que o provedor da santa casa servia os seus augustos hóspedes, que lhe dirigiram felicitações pela rápida execução das obras gigantescas do hospício. Essas felicitações devem dirigir-lhe também todos os corações bem formados; mas principalmente os homens políticos e partidistas exagerados, porque, se não mentem as estatísticas europeias, nos hospícios franceses e italianos se tem notado maior número de loucos depois dos últimos acontecimentos a que tem dado lugar a animosidade dos partidos (OTAVIANO, *Jornal do Commercio*, 12 dez. 1852).

A propósito da ajuda humanitária, o cronista inicia o quinto tópico comentando a postura de Rosine Stoltz, cantora lírica francesa que se apresentava no Brasil na década de 1850. A renomada artista se despedia do país sem cumprir a promessa de “cantar em benefício de uma instituição de caridade”, conforme soube Otaviano em noite de espetáculo no teatro:

Eis a notícia que me deram sexta-feira, no Provisório, onde por desfastio passei a noite, e não foi lá das piores; (mas não conclua daí que me diverti com as visagens da *Lucia* e com a choradeira de seu amante: o que me deu prazer foram certos olhos... não digo de quem, porque ainda é segredo) (OTAVIANO, *Jornal do Commercio*, 12 dez. 1852).

Mais uma vez o subjetivismo poético do narrador da *Semana* sobressai-se aos temas mais sérios, deixando entrever a vocação primeira de Otaviano: a poesia. Nesse ritmo, ele caminha para o encerramento da crônica, convidando o leitor a “devanear um momento”, pois “se não houver aí um pouco de poesia durante o intervalo que separa o berço do túmulo, o que terá sido a vida?” Na sequência, comenta sobre um volume de poemas de um estudante que conheceu na “hospedeira Pauliceia”, que “fala de amores desde a primeira até a última página”, sentimento comum aos românticos poetas de São Paulo:

Os moços que vivem aqui na corte, e que contam os dias da sua vida por conquistas e as noites por bailes, rodando no círculo vicioso da rua do Ouvidor, Cassino e Provisório, espantam-se de ouvir dizer que em S. Paulo haja rapazes desempenados, de talento, que fazem lindos versos, e que entretanto só podem contar mágoas e revezes: pois é uma verdade (OTAVIANO, *Jornal do Commercio*, 12 dez. 1852).

Talvez haja nisso, segundo o cronista, uma “exageração” de quem “byronisa à grande”, mas a “exageração anda em voga até nas coisas mais sérias”, como os versos do amigo poeta, que ele transcreve para exemplificar a tendência e finalizar a coluna. A estratégia, como mencionamos, servia, às vezes, ao preenchimento de espaço, diante da escassez de assunto e da obrigação de completar o folhetim. Em outras crônicas da série, veremos que Otaviano utiliza o mesmo recurso, também aproveitado por sucessores ilustres, como José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo e Machado de Assis.

Otaviano deixou a redação do *Jornal do Commercio*, em abril 1854, para tornar-se diretor e redator principal do *Correio Mercantil*, periódico liberal, de propriedade de seu sogro, Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto. Ao sair, indicou ao posto o jovem escritor José de Alencar, companheiro da faculdade de Direito, em São Paulo. Entretanto, como veremos na sequência, a indicação não teve êxito, o que não bastou para afastar Alencar da crônica de variedades. Meses depois, sempre pelas mãos de Otaviano, Alencar estrearia no *Correio Mercantil* uma nova série folhetinesca, intitulada *Ao correr da pena*, que verdadeiramente lançou seu nome no cenário literário nacional.

### 1.3 JOSÉ DE ALENCAR, FOLHETINISTA DO *CORREIO MERCANTIL*

*Estou persuadido que as semanas insípidas e estéreis são justamente as que dão mais larga matéria ao escritor; basta o exame das causas dessa pretendida insipidez para encher um longo artigo, mais longo do que estou hoje disposto a escrever.*

(ALENCAR, 2017, p. 133)

Antes de se firmar como cronista de rodapé no *Mercantil*, Alencar já havia publicado alguns artigos jurídicos e de crítica geral em outros periódicos cariocas. Como escritor de texto literário, entretanto, ele primeiramente se destacou no *Diário do Rio de Janeiro*, com o folhetim *Álbum*, onde veiculou quatro artigos dominicais, entre julho e agosto de 1854. Ainda que de duração breve, os escritos do *Álbum* marcaram a estreia de Alencar na crônica de folhetim, conforme ele mesmo afirmou publicamente, anos mais tarde:

Foi o *Diário do Rio* a primeira das folhas que lembrou-se de convidar-me para seu folhetinista em 1854 se não me engano. Escrevi para esse jornal algumas revistas. A primeira valeu-me uma carta particular de animação que dirigiu-me Otaviano nos termos mais afetuosos (ALENCAR, *O Globo*, 14 out. 1875).

Marques (2017), ao encontro das palavras de Alencar, acredita que a repercussão desses primeiros folhetins no *Diário* tenha influenciado a decisão de Francisco Otaviano em indicar o nome do autor de *Iracema* para substituí-lo na coluna *A Semana*, do *Jornal do Commercio*. No *Álbum*, Alencar propunha falar de reminiscência, espécie de “segunda vida” que consola rever e lembrar:

O álbum é um livro de recordações: é a história das nossas afeições, das melhores impressões de nossa vida. É um pequeno poema, no qual cada símbolo forma um canto: – às vezes, é uma poesia, uma palavra de amizade, uma flor murcha, outras é um simples nome ou uma data que nunca se esquece (ALENCAR, *Diário do Rio de Janeiro*, 23 jul. 1854).

Segundo o folhetinista, o *Álbum* destinava-se à vida em sociedade, à “curta vida de uma semana, vivida *au jour le jour*”, em que se faz necessária “alguma coisa de mais ligeiro e menos grave”. Ao mesmo tempo em que as “páginas soltas” daquela crônica dominical cumpriam “o destino das coisas efêmeras”, que é o de

“viver a vida de um dia”, também relembravam fatos importantes da história, fazendo jus ao título da seção. Ainda no primeiro folhetim, de 23 de julho de 1854, Alencar recorda o aniversário de quatorze anos da declaração de maioridade de D. Pedro II, ocorrida naquela mesma data, em 1840. Para o cronista, era a partir daquele momento que se abria ao país “uma nova era de progresso e civilização”, pois o jovem regente continuaria o legado de seu pai, o primeiro imperador, que havia fundado “uma grande monarquia”, reconquistando a liberdade do povo e compondo “uma vida cheia das mais brilhantes tradições de glória”.

Já no último folhetim da série, o cronista volta-se ao presente e faz longas considerações sobre assuntos internacionais, contrariando a promessa da abertura da crônica, de não entediar o leitor com semelhante temática:

Pensais que desta vez vou roubar-vos o tempo a contar notícias do paquete, a falar da questão do Oriente e da intervenção prussa e austríaca, e a fazer conjecturas e presunções sobre o resultado duvidoso do encontro das forças sediciosas da Espanha? Nada; podeis ficar descansados, e livres de todo susto. Fiz tensão firme esta semana de deixar o velho mundo em paz, embora ele teime estar em guerra [...]. Todas estas questões, cada qual mais importante, juntas as notícias da Europa trazidas pelo paquete, dar-me-iam matéria larga para escrever vastas considerações, se não fosse o propósito firme que tinha formado de arranjar-vos desta vez um pequeno álbum poético e gracioso (ALENCAR, *Diário do Rio de Janeiro*, 13 ago. 1854).

Segue, então, a crônica de folhetim para o teatro lírico e para os salões, verdadeiras paixões do narrador que, com esse último *Álbum*, esperava habilitar-se para “alguma comissão importante”, que lhe abriria um “futuro esperançoso”. De fato, como vimos, as crônicas dessa série impressionariam Otaviano, que migrava do *Jornal* para o *Mercantil*, e esperava ter Alencar como seu substituto na “folha oficial” do Império. Contudo, seu desejo não se concretizou, conforme o próprio Otaviano relatou, posteriormente, num folhetim coletivo da *Gazeta de Notícias*, de dezembro de 1877, no qual homenageava o “chefe da literatura nacional”, morto no dia 12 daquele mês:

Comunicando à direção d'aquela jornal [o *Jornal do Commercio*] a necessidade em que me via de separar-me dele, fui intimado, como é

de cortesia na despedida dos ministros, para apontar o meu sucessor.

– José de Alencar, respondi sem hesitação. Os diretores do *Jornal* não mostraram nesse dia o tino que bem os encaminhava sempre. [...] Procurou-se para a *Semana* a grande ilustração, o estilo clássico, mesmo o grande talento; mas não se procurou o feitiço, o demônio inspirador dos vinte anos. De meu conselho se lembraram os diretores do *Jornal*: já era tarde (OTAVIANO, *Gazeta de Notícias*, 23 dez. 1877).

Isso porque, ao reconsiderarem a sugestão de Otaviano, Alencar já estaria à frente de outro folhetim, as *Páginas Menores*, do *Correio Mercantil*, onde escreveria suas crônicas de “Ao correr da pena”. O novo desafio vinha pelo convite do próprio Otaviano, agora redator-chefe do *Mercantil* na folha de propriedade do sogro. Vinte anos mais tarde, também no folhetim *As quintas*, do jornal *O Globo*, Alencar recordaria o convite tardio do *Jornal do Commercio* que, na época, já havia buscado para *A Semana* outros nomes, que tiveram “pouco êxito” frente ao gênero “considerado difícil por sua especialidade”:

Qual não devia ser minha satisfação, quando, logo depois da segunda revista [refere-se ao folhetim “Álbum”, do *Diário*], coube-me a honra de ser procurado pela redação do *Jornal do Commercio*, e de receber dela um convite, para colaborar na primeira imprensa do Império, como seu folheminista! (ALENCAR, *O Globo*, 14 out. 1875).

Entretanto, Alencar não hesitou em recusar o “honroso oferecimento” do *Jornal*, optando por trabalhar “em condições mais modestas”, no *Correio Mercantil*, onde o estimado amigo Otaviano havia criado, em 09 de julho de 1854, as *Páginas Menores*, seção de variedades no rodapé da folha. As *Páginas* subdividiam-se em “Revista da Semana”, sob responsabilidade do próprio Otaviano, que a assinava com as iniciais “O.” e depois “F.O.”; e a “Revista dos Teatros”, de autoria de “M”, possivelmente Henrique César Muzzio, escritor e médico naval que integrava a redação do *Mercantil*<sup>7</sup>. Também apareciam na coluna de Otaviano alguns artigos e uma ou outra crônica de Manuel Antonio de Almeida, que também integrava a redação do jornal. Na estreia das *Páginas*, Otaviano apresenta uma longa

<sup>7</sup> Sobre a participação de Muzzio na redação do *Mercantil*, ver *A Escola - Revista de Educação e Ensino*, de 1877, volume II, p. 251, que traz uma bibliografia do jornalismo brasileiro (disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/351199/1>> Acesso em: 27 mai. 2020); MENDONÇA, 1991, p. 24; e MARQUES, 2017, p. 15.

introdução, antes de tratar propriamente da “Revista da Semana”. Em busca de um “título novo para uma coisa antiga” – isso porque, anteriormente, o *Mercantil* já publicava crônicas, nas seções *Pacotilha* e *Cartas ao amigo ausente* – o cronista afirma que já não é possível ao jornal abrir mão desse “prato literário”, que se faz presente no almoço dos assinantes:

Bom ou mau grado, há de se escrever para o domingo um retrospecto dos fatos da semana; uma crônica da política; uma resenha das dores e dos divertimentos; um quadro da sociedade e da literatura (OTAVIANO, *Correio Mercantil*, 09 jul, 1854).

Logo, porém, novas responsabilidades afastaram o experiente Otaviano das *Páginas Menores* e ele, novamente, lembrou-se de Alencar para substituí-lo, dessa vez, com êxito, conforme relatou no folhetim da *Gazeta*:

Eu estava constituído em centro de partido, redator principal do *Mercantil* e cabeça de família. Abdicara de moço. Não podia mais poetizar, não podia andar solto pelo campo da imaginação [...] Reconhecera a necessidade de ter Alencar a meu lado. Ele, cedendo a um sentimento que o honra, preferiu dar-me o seu concurso a alistar-me na turma de meus competidores (OTAVIANO, *Gazeta de Notícias*, 23 dez. 1877).

Vale ressaltar que as *Páginas* vinham substituir a polêmica e liberal *Pacotilha*, como já visto, uma coluna vigente desde fevereiro de 1851, sob a direção de Manuel Antonio de Almeida. Dotado de um espírito inconformado e revolucionário frente ao conservadorismo literário (MENDONÇA, 1991), o autor de *Memórias de um sargento de milícias* abordou, em sua breve passagem pelo folhetim do *Mercantil*, temáticas que afirmavam o despojamento narrativo e o humor crítico, que caracterizam seu único romance. Com a entrada de Alencar na seção, as crônicas de Almeida continuaram ocupando um espaço secundário, como no tempo de Otaviano, segundo observou Mendonça:

A paginação reflete o percentual de prestígio do romancista no jornal: os seus artigos virão sempre no meio ou no fim da seção. Mesmo quando Otaviano deixa de assinar o artigo de abertura, será José de Alencar, recém-convidado a colaborar, o seu substituto (MENDONÇA, p. xviii, 1991).

Antes, porém, de ter a confirmação de Otaviano quanto à nova parceria, Alencar escreveu ao amigo pedindo-lhe discrição, como recorda Otaviano, citando a resposta do amigo romancista, no folhetim coletivo da *Gazeta*, de 1887: “De qualquer dos dois modos [*Jornal do Commercio* ou *Correio Mercantil*] te vou substituir, e por conseguinte prefiro que a dificuldade da posição recaia sobre um nome ignorado absolutamente”. Todavia, na contramão do anonimato pretendido por Alencar, as *Páginas Menores* do *Mercantil* conferiram notoriedade ao jovem folhetinista que, em 03 de setembro de 1854, estreava ali uma série por ele nomeada de *Ao correr da pena*. Com essa oportunidade, Alencar alçaria seu nome no cenário literário vigente e imprimia à crônica “a mais alta categoria intelectual” da época, nas palavras de Coutinho (1986). Para o crítico, entretanto, o título da seção em que José de Alencar e Manuel Antonio de Almeida publicavam suas crônicas traía “certo complexo de inferioridade”, que parece subsistir em relação ao gênero:

[...] Por que ‘menores’ as páginas que ambos escreveram naquela seção? Por serem circunstanciais? Por estarem destinadas a produzir efeito transitório? Por serem escritas apressadamente? Ambos os escritores, como tantos outros que já fizeram a mesma experiência nesse terreno, nutriam a natural desconfiança de que suas crônicas não subsistiriam muito tempo. E, contudo, foi a crônica que abriu caminho ao romancista, afeiçoando os leitores contemporâneos às suas fantasias de um lirismo transbordante (COUTINHO, 1986, p. 124).

A imagem a seguir, um recorte do anúncio publicado na edição de 03 de setembro de 1854, do *Correio Mercantil*, mostra as mudanças ocorridas no jornal, com a entrada de Alencar. Entre os “outros senhores” que continuariam a fazer parte da redação, como relata o fragmento, estava Manuel Antonio de Almeida, autor da crônica “As muletas de Sixto V” que, naquele dia, compartilhava as *Páginas Menores* com o autor de *Iracema*.

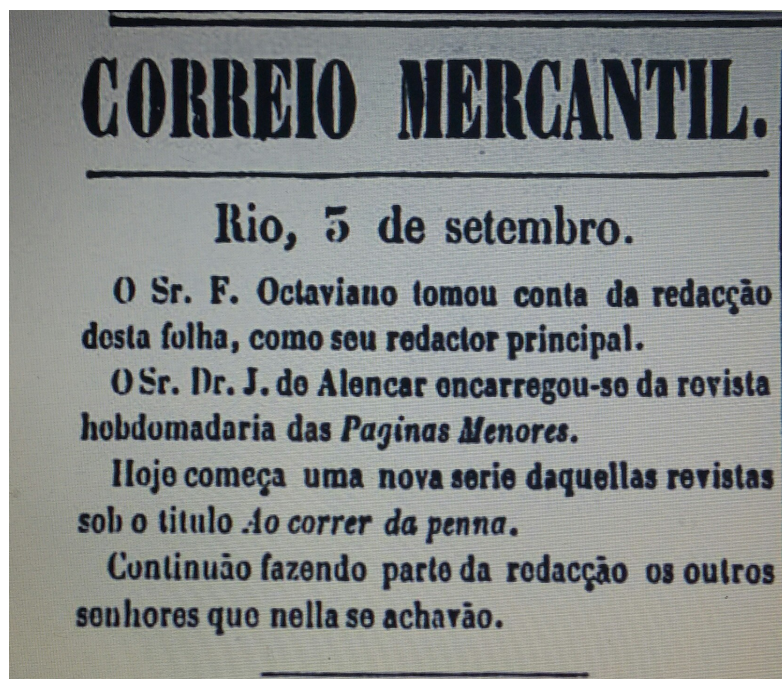


Figura 1: Anúncio da estreia de Otaviano na redacção. *Correio Mercantil*, 03 set. 1854.

A primeira etapa de *Ao correr da pena*, publicada no *Correio Mercantil*, iniciou-se em 03 de setembro de 1854 e durou até 08 de julho de 1855, quando Alencar deixou o jornal. Sem utilizar o recurso de numeração de quadras temáticas, como fazia Otaviano no *Jornal do Commercio*, Alencar preferia saltar de um tema a outro, como “o colibri esvoaça de flor em flor, em busca do mel”, metáfora por ele criada para falar da obrigação do folhetinista de “percorrer todos os acontecimentos, a passar do gracejo ao assunto sério, do riso e do prazer às misérias e às chagas da sociedade [...]” (ALENCAR, 2004, p.25-26). Para Coutinho (1986), Alencar usava alguns “truques” para mudar de uma coisa a outra, como, por exemplo, dizer que não escreveria a revista por falta de assunto, apenas “para desconversar” e enveredar tranquilamente pelo universo da fantasia, para a satisfação dos leitores:

Em suma, a sua coluna jornalística de comentários semanais tinha o aspecto de um bazar asiático, onde a imaginação poética dava imprevistas transfigurações às coisas mais vulgares ou prosaicas, por ser isso precisamente o que se exigia de um cronista naqueles ociosos tempos (COUTINHO, 1986, p. 125).

Comentando sobre a cidade do Rio de Janeiro, suas mazelas e seus divertimentos, o novo folhetinista do *Mercantil* deixava entrever, entre outros

atributos, o seu talento para as descrições minuciosas (que se manifestará mais tarde em seus romances), o conhecimento profundo da história nacional e a habilidade com a língua portuguesa. Tais qualidades conferiam à crônica de Alencar um valor documental e literário muito significativo, como ressalta Faria:

Muitas das transformações pelas quais passou o Rio de Janeiro na década de 50 do século XIX estão assinaladas nesses textos despretensiosos que, no entanto, refletem a fisionomia de uma cidade vivendo o seu primeiro grande momento de progresso e modernização em moldes capitalistas, ainda que incipientes (FARIA, 2004, p. XXIV).

Ao mesmo tempo em que se encanta com o progresso que traz a estrada de ferro, com as máquinas de costura e com a iluminação a gás, o cronista de *Ao correr da pena* não deixa de observar os desmazelos da administração pública. No folhetim de 29 de outubro de 1854, ele aconselha o leitor a passar algumas horas no Passeio Público, quando estiver “de bom humor” e “numa excelente disposição de espírito”, pois só assim será possível tolerar o “completo abandono de um bem nacional, que sobrecarrega de despesas os cofres do Estado”:

Talvez que, contemplando aquelas velhas e toscas alamedas com suas grades quebradas e suas árvores mirradas e carcomidas, e vendo o descuido e a negligência que reina em tudo isto, vos acudam ao espírito as mesmas reflexões que me assaltaram a mim e a um amigo meu, que há cerca de um ano teve a habilidade de transformar em uma *semana* uma tarde no Passeio Público (ALENCAR, 2004, p. 63-64).

Na visão do folhetinista, a situação poderia melhorar caso houvesse mais colaboração dos munícipes, pois ele não exclui a responsabilidade dos cidadãos pelo “desleixo imperdoável” do lugar: “Contudo parece-me que o estado vergonhoso do nosso Passeio Público não é unicamente devido à falta de zelo da parte do governo, mas também aos nossos usos e costumes [...]”. As advertências do narrador da crônica mostram a sincronia de seus escritos com as demais matérias do jornal. Nesse mesmo dia, o artigo de abertura do *Mercantil*, sob o título de “O asseio da cidade”, lamentava o “aspecto miserável” das ruas e a falta de limpeza, que contribuíam para aumentar os focos de infecção e as epidemias. O autor do texto, possivelmente Francisco Otaviano, redator-chefe do periódico na época,

reconhece os esforços do governo para sanar o problema, mas também apela ao “bom-senso da população”.

Alencar traz para os folhetins de *Ao correr da pena* sua “vocação analítica” (CANDIDO, 1993, p. 104) latente em seus romances: “Nos folhetins de Alencar sempre há lugar para o sonho, a fantasia, as descri es extasiadas da natureza” (FARIA, 2004, p. XX). No escrito de 10 de dezembro de 1854, por exemplo, suas impressões estão povoadas de lirismo, ao descrever Petrópolis, para onde foi viajar, fugindo do calor e das epidemias da capital do Império:

Salve, louça e faceira Petrópolis! Salve, lindos chal s, casinhas campestres, montanhas, cascatas, canais! Como tudo isto   gracioso e simples; como a existência   doce e tranquila nestes lugares aprazíveis e nesta convivência agradável da gente da terra! Que risonhas que são essas manhãs de cerra o, que ao nascer do sol começam a desdobrar o seu véu branco, com toda a garridice e todo o disfarce de uma andaluza, quando entreabre a sua mantilha! (ALENCAR, 2004, p. 139).

Entretanto, os problemas administrativos que perpassam a capital também assolam a cidade serrana que, infelizmente, encontra-se “entregue ao abandono e ao desleixo”. Segundo o comentarista da semana, a situa o das ruas e dos canais   péssima, sem falar de “outros melhoramentos urgentes”, como o calçamento de estradas que se encontram em “miserável estado”. Para Alencar, haveria apenas uma saída para esses e demais problemas enfrentados por Petrópolis:

Enquanto o diretor da colônia não for obrigado a residir em Petrópolis, embora tenha boas intenc es e grande atividade, não poderá prestar a devida aten o às necessidades do lugar, nem entregar-se completamente ao estudo dos objetos de sua competência. O governo devia tomar isto em considera o e regular melhor as obriga es da diretoria, ou então acabar com ela e substitui-la por outro qualquer meio de administra o (ALENCAR, 2004, p. 140).

Ainda que o panorama administrativo desanime o folhetinista, alegra-o saber dos passos do governo em dire o   cultura, sobretudo no que se refere ao teatro lírico e   música. No folhetim de 17 de dezembro de 1854, ele se empolga com a visita do ministro do Império ao Conservatório, uma vez que a iniciativa trazia esperança   institui o, que sofria com a escassez de recursos:

Talvez julguem que isso são vôos de imaginação: é possível. Como não dar largas à imaginação, quando a realidade vai tomando proporções quase fantásticas, quando a civilização faz prodígios, quando no nosso próprio país a inteligência, o talento, as artes, o comércio, as grandes idéias, tudo pulula, tudo cresce e desenvolve (ALENCAR, 2004, p. 151).

Para Alencar, a escola de música poderia ainda alcançar muito prestígio no futuro: “Hoje ninguém se lembra do *Conservatório de música*. Entretanto quem sabe daqui a alguns anos quantas horas agradáveis não nos dará ele por ocasião dos seus concursos e dos seus exames anuais?” De fato, a instituição, sob direção de Francisco Manuel da Silva, autor da melodia do Hino Nacional, desempenhou importante papel na cultura musical do Segundo Reinado, época em que se disseminaram as associações de intelectuais e letrados com vistas a desenvolver no país atividades inspiradas na civilização europeia.

De um modo geral, Alencar trazia para seus folhetins de *Ao correr da pena* dessa primeira etapa temáticas que refletiam a vida em sociedade, entre elas, a cultura, o lazer, a política e os costumes fluminenses. As críticas à administração pública e à economia também faziam parte da crônica semanal do escritor, cujas opiniões nem sempre iam ao encontro da linha editorial do periódico, como ocorrerá também a Joaquim Manuel de Macedo. A propósito, a saída de Alencar do *Mercantil* foi motivada pela intromissão dos diretores do jornal em sua coluna. Segundo o próprio Alencar relatou em carta a Francisco Otaviano, os redatores haviam censurado um trecho do seu último folhetim, em que ele tratava da especulação do mercado de ações. Na correspondência ao amigo, escrita em 08 de julho de 1855, mesmo dia em que veiculou o folhetim alterado e que Alencar se retirou do jornal, o romancista justifica sua decisão, alegando terem “estropiado” o seu texto, o que não compreendia, pois achava que a crônica semanal de uma folha era “independente geral da redação; principalmente quando o escritor costuma tomar a responsabilidade de seus artigos, assinando-os” (ALENCAR, 1960, p. 1330).

Segundo Coutinho (1986), esse incidente revela que as crônicas de Alencar não tratavam apenas do “lado amável da vida”, ainda que transmitissem essa impressão; na verdade, o “espírito público e resoluto” do escritor era forte demais para que ele permanecesse indiferente aos problemas sociais e políticos. Levando

em consideração esse episódio alencariano, o crítico reflete ainda sobre a dimensão moralizante da crônica, que, segundo ele, “pode tornar-se um poderoso agente de correção dos costumes, ainda quando tenha ares de um passatempo frívolo” (COUTINHO, 1986, p. 125).

Anos mais tarde, em 1875, respondendo às críticas de Joaquim Nabuco à sua obra, Alencar relembra sua saída do *Mercantil* no *Jornal O Globo*, evidenciando sua permanente “vocação de polemista” (FARIA, 2004):

Criei o *Correr da Pena*. Durante oito meses usei da liberdade de escritor na plenitude que eu apreciei sempre, como a primeira das recompensas. Logo que vi-me tolhido, retirei-me, e na mesma noite; não esperei pela manhã. [...] Não aceitei ainda o novo oferecimento do *Jornal do Commercio* porque amigos meus animaram-me a tomar a reda o do *Diário do Rio* (ALENCAR, *O Globo*, 14 out. 1875).

Segundo Faria (2004, p. XIII), o convite para assumir o posto de redator no *Diário do Rio de Janeiro* refletia a admira o conquistada por Alencar com os folhetins do *Correio Mercantil*: “O desafio foi aceito e o escritor permaneceu por quase três anos – outubro de 1855 a julho de 1858 –   frente daquele  rgo da imprensa, trabalhando infatigavelmente”. No *Diário*, sob o mesmo título de *Ao correr da pena*, Alencar publicou ainda mais sete folhetins, entre outubro e novembro de 1855. A nova etapa da crônica alencariana foi localizada por Francisco de Assis Barbosa que, em 1956, pela primeira vez, reuniu em livro as duas séries (FARIA, 2004). Estabelecendo um breve comparativo entre os dois momentos,   possível notar certo esmorecimento da verve crítica e pol mica do Alencar da primeira fase de *Ao correr da pena*. O tom agora   melancólico e sentencioso, em que sobressai a exalta o ao passado:

Mas como estão mudados os tempos; como são diferentes os dias de agora, daquelas semanas em que brincavas sorrindo com os bailes, com as moças, com a música, com tudo que era belo e sedutor!  
Então tudo eram flores [...]  
Hoje as rosas murcharam, o céu turvou-se; e nesta s fara da vida por que passamos atualmente, apenas florescem os cardos com seus espinhos, as saudades com a sua melancolia, e os goivos com o seu triste emblema (ALENCAR, 2004, p. 415-416).

Todavia, o cronista aconselha as moças a sorrirem, “apesar dos tempos” e da tristeza que envolve a cidade, pois o sorriso é a “exaltação da alma” e difere do riso, que é a “expressão vulgar com que exprimimos a alegria”. Interessado mais em conceituar objetos e símbolos, o cronista abandona por alguns momentos a variedade de assuntos, que caracteriza a crônica de folhetim, e concentra-se em temas inusitados, como o tinteiro e o ponto de interrogação. O primeiro aparece na crônica de 21 de outubro de 1855, em que o folhetinista, olhando para o fundo do seu tinteiro, faz uma reflexão sobre a “missão importante” daquele instrumento de trabalho:

Lembrei-me que talvez aquela meia-onça de líquido negro contivesse o germe de muita coisa grande e importante; e que cada uma gota daquele lago tranqüilo e sereno podia produzir uma inundação e um cataclismo (ALENCAR, 2004, p. 423).

Daquela tinta poderia surgir “um livro cheio de poesia e de sentimento”, de Lamartine ou Victor Hugo; “uma ópera divina”, de Meyerbeer ou Rossini, ou então uma maldição do papa ao mundo inteiro. Também o destino das nações estaria à mercê daquele líquido escuro: “[...] Napoleão declararia à guerra à Europa; a Inglaterra levaria a destruição por todos os mares; e a guerra do Oriente se terminaria de repente” (ALENCAR, 2004, P. 424).

Enfim, tudo o que move o mundo dependia somente de um “capricho do acaso” para acontecer, mas, ao cronista da semana, que interesse poderia haver naquele tinteiro? A pergunta que ele faz a si mesmo serve novamente ao desabafo melancólico em relação ao mundo contemporâneo, cujos problemas desanimam-no a discorrer sobre os temas corriqueiros e leves, como o teatro, a poesia ou a “crítica mais ou menos espirituosa” sobre os acontecimentos:

A minha pena porém já não presta para essas coisas: de travessa, de ligeira, e alegre que foi em algum tempo, tornou-se grave e sisuda, e olha por cima do ombro para todas essas pequenas futilidades do espírito humano.

[...]

De fato, como se pode hoje brincar sobre um assunto, escrever uma página de estilo mimoso, falar de flores e de música, se o eco da cidade vos responde de longe: – *Pão – epidemia – socorros públicos – enfermarias!* (ALENCAR, 2004, p. 425).

Frente ao caos urbano, o cronista prefere calar-se, como escreve em 28 de outubro de 1885, confessando a difícil posição: “[...] por um lado a prudência e a sabedoria mandavam que me calasse, por outro o leitor e o público exigiam que falasse e escrevesse” (ALENCAR, 2004, p. 433). Opta, então, por um longo discurso sobre o pão, sobre o preço da farinha de trigo e a política de proteção à indústria alimentícia, visto que, mesmo calando-se, restava-lhe “o direito de dizer ao menos os assuntos diversos” sobre os quais se calava.

Depois de refletir sobre os usos do tinteiro, o narrador passa a definir o ponto de interrogação, assunto dominante no folhetim de 04 de novembro de 1855 e sobre o qual ele tem uma “birra muito séria”, ainda que seja muito simples definir essa “figurinha de ortografia”, como demonstra ao leitor:

Vede: – ?

É um pequeno anzol.

Ora, para que serve um anzol?

Para pescar.

Portanto, bem definido, o ponto de interrogação é uma parte da oração que serve para *pescar*.

Exemplo:

1º Quereis *pescar* um segredo que o vosso amigo vos oculta, e que desejais saber; deitais o anzol disfarçadamente com a ponta da língua:

– Meu amigo, será verdade o que me disseram, que andas apaixonado? [...] (ALENCAR, 2004, p. 441).

Fundamentando seu argumento com outros exemplos, o cronista afirma que ainda tinha muita coisa a dizer sobre a “arte de *pescar* na sociedade”, mas que, por ora, basta que o público saiba que o ponto de interrogação é um anzol eficiente para tal empreendimento. Por outro lado, menos intencional, o símbolo gramatical também pode mostrar sua “face risonha”, presente na poesia, na pergunta inocente de criança, na indefinição dos sentimentos ou na questão que motiva o último folhetim dessa segunda etapa, publicado em 25 de novembro de 1855: “O que é uma flor?” A pergunta surge após a proposta inicial: “Falemos das flores”. Todavia, a flor de que se pretende falar extrapola a “criação vegetal”, cujos botões se abrem na primavera: “Não: a flor é o tipo da perfeição, é a mais sublime expressão da beleza, é um sorriso cristalizado, é um raio de luz perfumado” (ALENCAR, 2004, p. 468). Na

verdade, as flores são metáforas para as belas coisas da vida, segundo as elenca o cronista:

Há as flores do céu – as estrelas [...]  
 Há as flores do ar – as borboletas [...]  
 Há as flores da terra – as mulheres [...]  
 Há as flores dos lábios – os sorrisos [...]  
 Há flores do mar – as pérolas [...]  
 Há flores da poesia – os versos [...]  
 Há flores d'alma – os sentimentos [...]  
 (ALENCAR, 2004, p. 468-469).

A verve poética do cronista, mais uma vez, o afasta da missão do folhetim de variedades, como ele próprio reconhece nessa última crônica do *Diário*: “[...] até agora ainda não escrevi uma linha de revista, e ainda não dei aos meus leitores uma notícia curiosa” (ALENCAR, 2004, p. 471). Entretanto, no lugar de “escrever tiras de papel” com notícias velhas e já veiculadas em todos os jornais da corte, ele preferiria “bater asas” e ir ao baile, ao passeio ou ao teatro para “colher as flores” que comporiam seu *bouquet* de domingo.

Ao encerrar nosso estudo sobre a crônica de Alencar, faz-se necessário mencionar o trabalho do professor Wilton José Marques que, em 2017, publicou oito folhetins inéditos de *Ao correr da pena*, veiculados no *Correio Mercantil*, entre setembro de 1854 e julho de 1855. Consultando as páginas do periódico oitocentista, o pesquisador da Universidade de São Carlos descobriu que, em vez dos trinta e sete folhetins, comumente estudados pela crítica, a primeira etapa da série conta, na verdade, com quarenta e cinco textos. Alguns deles, segundo explica Marques, já foram citados esparsamente em estudos sobre a questão alencariana da “nacionalização da língua”, mas

[...] por não constarem da chamada fortuna crítica literária do autor romântico, os oito folhetins são, a rigor, textos inéditos, já que, até hoje, além de nunca estudados, nunca tinham sido recolhidos em livro (MARQUES, 2017, p. 9).

Em seu livro, Marques traz primeiramente um perfil do Alencar cronista e analisa alguns aspectos da primeira edição de *Ao correr da pena*, de 1874, organizada por José Maria Vaz Pinto Coelho, provavelmente, a pedido de José de Alencar. A seguir, no capítulo “O enigma dos folhetins”, o estudioso levanta pelo

menos duas hipóteses sobre o porquê dos oito folhetins redescobertos por ele não terem sido incluídos na edição inicial, a qual serviu de base para as seguintes, entre elas: a segunda edição, organizada pelo filho do escritor, Mário de Alencar, em 1888; a edição preparada por Francisco de Assis Barbosa, em 1956; e a de João Roberto de Faria, de 2004, na qual pautamos nossa análise. A primeira hipótese de Marques leva em conta a possibilidade de o primeiro organizador da série não ter tido acesso aos números faltantes do *Correio Mercantil* ou tê-los ignorado por conta própria.

Uma segunda conjectura aponta para a exigência do próprio Alencar, que teria solicitado a Pinto Coelho a exclusão dos oito folhetins por diversas razões que Marques, partindo de alguns indícios presentes nas crônicas, busca identificar. De acordo com o pesquisador, a ideia de que o romancista tenha influenciado na omissão dos folhetins “é de longe a mais provável”, uma vez que Alencar relia e corrigia seus escritos, conforme evidencia a carta que escreveu a Pinto Coelho, sobre a edição da coletânea. Por isso, o texto original, da coluna do *Mercantil*, sofreu algumas alterações quando transposto para o livro, comparação hoje facilmente realizada com o acesso ao periódico.

Na sequência e antes de apresentar os folhetins inéditos, Marques analisa-os um a um, sempre em busca das causas que levaram à exclusão desse material da edição-base. Entre os supostos motivos, destacam-se as críticas empreendidas pelo cronista do *Mercantil* aos festejos e símbolos que remetiam à Independência; as ironias ao funcionamento da vida política no país e a polêmica sobre a nacionalização da língua portuguesa, travada entre Alencar e um anônimo, que o acusava de adulterar a língua nacional, rebuscando os folhetins com estrangeirismos desnecessários. Portanto, na visão de Marques, o futuro autor de *O Guarani* não desejaria tornar público semelhante conteúdo que poderia comprometer sua posição, na época (1874), de “chefe da literatura nacional”. A conclusão do estudioso é que “o enigma dos folhetins continua de pé e sem aparente solução” (MARQUES, 2017, p. 34), todavia, para ele, uma saída para desvendar a questão é encontrar nos “assuntos discutidos” nos folhetins redescobertos o que, de fato, os tornaria repulsivos ao grande romancista vinte anos depois.

#### 1.4 JOAQUIM MANUEL DE MACEDO E AS SÉRIES DO *JORNAL DO COMMERCIO*

*Tenho a cair-me do bico da pena uma enchente de reflexões; mas para não amolar demais os meus companheiros de viagem, limito-me a escrever breves palavras, que são de irresistível impulso.*  
(MACEDO, 2009a, p. 156)

Em abril de 1855, sete meses depois de Alencar despontar na imprensa carioca pelas páginas do *Mercantil*, outro escritor do cânone nacional, Joaquim Manuel de Macedo, assumiria a crônica de variedades de um grande periódico, desta vez, o *Jornal do Commercio*. Autor muito prestigiado na época, o “Doutor Macedo”, como era conhecido, pela formação em Medicina, estreava nos folhetins já envolto em grande popularidade, fazendo o percurso inverso ao de Alencar, cuja carreira de folhetinista antecedeu a glória de romancista. Quando aceitou ser o novo cronista do *Jornal*, Macedo já era o consagrado autor de *A moreninha* (1844) e de peças teatrais em constante exibição nos teatros da corte, além de que figurava entre os poetas mais assíduos de publicações literárias como a *Minerva Brasiliense*, a *Guanabara* e a *Revista Popular*.

A propósito, em algumas dessas revistas, Macedo também exercitou a pena de cronista, antes de estar à frente do folhetim do *Jornal do Commercio*, o veículo de maior prestígio no Rio de Janeiro do Segundo Reinado. De acordo com Michelle Strzoda, autora de *O Rio de Joaquim Manuel de Macedo*, a primeira crônica do autor foi publicada em 1846, no jornal carioca *Ostensor Brasileiro*. Trata-se de um artigo intitulado “S. João de Itaboraí”, que descreve, de forma elogiosa, a terra natal do escritor, além de chamar a atenção das autoridades para a falta de progresso na região: “É que no Brasil tudo quanto é aproveitável, grande, nobre, e preciso, se olvida e se despreza [...]” (MACEDO, *Ostensor Brasileiro*, 1846, p. 180). Com o progresso “estacionário” e “quase imperceptível”, resta ao cronista descrever as belezas da terra onde nasceu, como um gesto de “sensível gratidão”.

Para Strzoda, que analisa a trajetória cronística de Macedo, em mais de trinta anos dedicados à imprensa, a crônica é o principal legado de Macedo, sobretudo, pela originalidade com que ele escreveu suas séries para a imprensa da corte: “Antes de Macedo, não encontrei registro de crônicas de jornal com a mesma repercussão. Praticamente ele formatou o gênero”, comentou a autora numa

entrevista dada à Folha de São Paulo<sup>8</sup>, em 2011, por ocasião do lançamento de seu livro. Para ela, a produção folhetinesca de Macedo revela-se mais atraente que os romances do autor, embora haja pontos de contato entre ambos os gêneros: “Macedo é mais interessante como homem de imprensa do que como romancista. A ficção dele ficou um pouco datada. Já as crônicas são ainda muito atuais”.

Alguns anos depois dessa primeira manifestação no gênero, ao lado de Manuel de Araújo Porto-Alegre, fundador da *Revista Niterói*, e do poeta Gonçalves Dias, Macedo dirigiria a revista *Guanabara*, entre 1849 e 1856, um dos periódicos de grande acolhida à geração romântica brasileira. Nessa revista, escreveu a introdução à crônica “Costumes campestres do Brasil”, na qual, entre outros assuntos, relata a frivolidade da corte e a compara ao campo, onde “vive-se mais em paz com a verdade”:

A corte é bela e ruidosa: sim; vive-se nela uma vida de festas, que acabam com o começar de outras festas, de prazeres ardentes, e febricitantes, onde o infeliz pode mergulhar-se dias e noites para esquecer seus tormentos, como em uma embriaguez continuada; mas essa vida é toda artificial; é um tecido de belas ilusões, que tem de se ir desfazendo cada vez mais e mais à medida que os anos vão correndo [...].

O campo é igualmente belo, mas sossegado: a vida é aí feliz, embora monótona: em lugar das alegrias ruidosas das cidades, em vez desses saraus brilhantes, e desses banquetes de luxo, onde o cerimonial exclui a confiança, e o prazer, há no campo as festas de família simplices, serenas e inefáveis [...]. (MACEDO, *Revista Guanabara*, 1850, p. 258).

Paralelamente à carreira de literato, o escritor exercia outras funções que contribuía para aumentar seu prestígio nas rodas intelectuais do Império. Desde 1845, Macedo era sócio e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e orador responsável pelos discursos da instituição. Um pouco mais tarde, em 1849, começaria a lecionar História no renomado Colégio Pedro II, o que provavelmente tenha favorecido a escolha do imperador, na década de 1860, de ter Macedo como preceptor de suas filhas. Enquanto escrevia a crônica semanal do *Jornal*, Macedo dedicava-se ainda à política, exercendo dois mandatos de deputado provincial, entre 1854 e 1859 (CANO, 2004). Antes, porém, de Macedo iniciar sua

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0502201110.htm>> Acesso em: 27 mai 2020.

colaboração no folhetim *A Semana*, do *Jornal do Commercio*, pelo menos outros dois folhetinistas menos ilustres haviam passado brevemente pela seção, dando continuidade ao traçado elegante da pena de Francisco Otaviano.

Na opinião de Cano (2004), Macedo vinha alterar, com seu estilo digressivo e humorístico, a praxe elevada da coluna, condenando-a a uma “enfiada de clichês absurdos”. Contudo, acreditamos que a crônica de Macedo conferiu mais vivacidade ao folhetim do *Jornal do Commercio*, justamente por oferecer ao leitor um texto mais divertido e representar o “projeto de uma literatura para o grande público”, cujo modelo era o folhetim francês (MENDONÇA, 1991). Macedo aproveitava o caráter intimista da crônica para aproximar-se do leitor e dividir com ele sua rotina e até mesmo seu desespero devido à falta de tempo para concluir mais uma *Semana*, como registrou:

Se me não viessem agora mesmo bater à porta e pedir a *Semana*, passaria a discorrer sobre os teatros, e diria duas palavras de animação e de elogio ao meu Ginásio, pois que bem as merece: fica para o próximo domingo; hoje não tenho remédio senão parar aqui; como porém ainda tinha muito que dizer, e prosseguiria se me não interrompessem, teimo em não fazer ponto, e acabo com reticências..... (MACEDO, *Jornal do Commercio*, 27 ago. 1855).

Cronista “intencionalmente imaginoso” (MENDONÇA, 1991), Macedo prevê o tédio do leitor da coluna ao deparar-se com assuntos graves, como a guerra da Crimeia, que comprometiam a leveza e o brilho do folhetim semanal:

E que tal vai esta *Semana*? Não achamos que escrever senão assuntos graves, sérios, próprios para as colunas superiores! Está nos parecendo que o leitor que no lugar consagrado aos folhetins procura artigos amenos, de fácil leitura, em que mais fale a imaginação, mais brilhe o espírito, mais deslumbre o fulgor de um estilo animado, do que predominem a gravidade e a importância dos assuntos, lançará para longe de si o *Jornal*, praguejando do *semaneiro* que, se muitas vezes tem iludido as suas esperanças, nunca o fez por modo tão enfadonho como hoje (MACEDO, *Jornal do Commercio*, 14 jan. 1855).

A justificativa do cronista para preencher o folhetim com os “assuntos graves” é a falta de ocorrências mais alegres na cidade, pois: “Nada houve, nada ocorreu, nada.” Em outros momentos, como no folhetim de 09 de março de 1856, há excesso

de matéria, mas as eleições provinciais dominam o cenário, delegando o folhetim de variedades ao esquecimento: “Hoje não posso e não quero escrever a *Semana*. De que me serviria gastar cinco ou seis horas a preparar uma revista hebdomadária que não seria lida por pessoa alguma?...” Contudo, fingindo não escrever a *Semana*, o cronista acaba por detalhá-la, ao relatar o que supostamente estaria deixando de registrar em função da política:

Estou decidido: hoje não escrevo; vou também tratar da eleição que está na ordem do dia.

Não pensem os meus leitores que manquejo por falta de matéria [...]. Vejam só quantos assuntos se ofereciam esta semana às minhas reflexões:

1º Eu poderia dar conta da organização da companhia de seguros Marítimos e Terrestres e da eleição dos seus diretores [...].

2º Tinha eu também que ver se despertava a polícia para avisá-la de que os ratoneiros começam de novo as suas correrias noturnas, invadindo os quintais, e depenando os poleiros [...].

3º Não me poderia dispensar de prevenir ao público que tem aparecido, principalmente nos bairros externos da cidade, não poucos cães danados, e que conviria ter todo o cuidado com eles [...] (MACEDO, *Jornal do Commercio*, 09 mar. 1856).

Numerando até oito os assuntos que, de fato, compõem o folhetim do dia, o cronista segue lamentando a impossibilidade de escrever sua *Semana*: “Tudo porém seria em vão, tudo perdido! a semana é de eleições, a época é dos candidatos. [...]. Malditos sejam pois todos os candidatos à provincial, já que me obrigam a não escrever hoje a minha *semana*!” Em outras crônicas da *Semana*, Macedo também finge evitar o assunto do dia para mais profundamente abordá-lo, uma estratégia frequente em seus escritos (CANO, 2015). Frente às constantes alternâncias de gabinetes (liberal e conservador), que caracterizaram a política do Segundo Reinado, o cronista ocupa parte de sua *Semana* com a crítica à dança de ministros, ainda que prometa isenção:

A *Semana* pede licença para não seguir a regra geral. A *Semana* não escreve nem estuda a história; registra apenas os fatos: é a crônica. Ela deixará em paz o ministério que foi, e saudará o novo ministério sem lhe tecer um hino, e sem ofendê-lo com o menor sinal de desconfiança.

[...]

Tenho na mão direita a batuta da imparcialidade, e tratarei de marcar o meu compasso, conforme a música que convier executar.

A *Semana* ainda não procedeu de outro modo, e não tem razão para mudar de caminho (MACEDO, *Jornal do Commercio*, 20 dez. 1858).

Em oito de agosto de 1859, depois de longos meses de ausência, o cronista da *Semana* reaparece, mas, ao que tudo indica, para escrever o último folhetim da coluna, uma vez que, após essa data, a *Semana* deixaria de existir no folhetim do *Jornal do Commercio*. Oito meses mais tarde uma nova série de crônicas de Macedo, também não assinada e intitulada *Labirinto*, surgiria, inicialmente, na coluna “Variedades”, na parte superior direita da primeira folha do *Jornal*. No mês seguinte, em seu segundo número, o novo folhetim se instalaria definitivamente no espaço do rodapé, onde permaneceria até a última edição, em 17 de dezembro de 1860. Em 2004, essas crônicas foram editadas em livro pelo professor da UNICAMP, Jefferson Cano, para quem o *Labirinto* possa ter sido “a única série à qual Macedo pretendeu atribuir uma caracterização particular”, embora acredite que a construção de uma identidade “nunca foi clara e nem constante” nas séries que o romancista publicou. Apesar de não assinadas, as crônicas do novo folhetim logo seriam atribuídas a Macedo, inclusive, por ele mesmo, em escritos posteriores, como observou Cano (2004, p. 7):

Se acaso os leitores não sabiam quem era o folhetinista do *Jornal do Commercio* em 1860, a dúvida já seria desfeita no ano seguinte, quando Joaquim Manuel de Macedo publicaria um volume de *Romances da Semana*, histórias curtas publicadas em meio às crônicas semanais que ele vinha escrevendo para o *Jornal* nos últimos anos, e entre as quais figurava o *Romance de uma velha*, publicado na série *Labirinto*.

Se a temática política dominava os assuntos tratados na *Semana*, no *Labirinto*, o cronista priorizava o caos urbano da cidade, tão bela, mas abandonada à sorte da inércia da administração pública. O deslumbre da paisagem carioca não o cega para os problemas causados pela ineficiente administração, entre eles, a falta de saneamento que comprometia o bem-estar e a saúde da população, como descreve na crônica de 18 de junho de 1860:

Não há talvez cidade alguma no mundo civilizado menos bem policiada em matéria de asseio público do que a do Rio de Janeiro! As suas praias mais vizinhas, *mais ligadas* ao grande foco de sua população, servem para despejos imundos!...

A sua maior praça, a que tem de ser a mais bela, o campo da Aclamação, é abusivamente um lugar de despejos que se fazem de noite e de dia! [...]

Não têm conta os quintais pestíferos com seus quartinhos de tábuas mal pregadas e dando lugar a largas fendas por onde saem e se espalham pelos quintais vizinhos as exalações mais pútridas (MACEDO, 2004, p. 81).

Cano (2004, p. 21) observa que a política estava presente no *Labirinto*, mas aparecia de um modo amplo, sem filiação a partidos ou princípios, concentrando-se em assuntos mais gerais: “da reforma eleitoral aos cães soltos pelas ruas, da reforma bancária à proteção aos teatros”. Entre as “coisas sérias” e graves que se sobrepõem às demais temáticas do *Labirinto*, a expectativa de algum divertimento na corte – no caso, um baile diplomático – é mencionada como “exceção” à escassez geral de entretenimento na capital: “Mas ainda bem que para o *Labirinto* desta semana temos, por exceção da regra, notícias festivas a dar aos nossos leitores” (MACEDO, 2004, p. 158). A ocupação desordenada da cidade e o constante desmatamento, que comprometiam a preservação dos recursos hídricos, também preocupavam o cronista, sempre atento às rápidas transformações do Rio de Janeiro. Em certos momentos, como na crônica de 22 de outubro de 1860, ele recorre ao próprio título da série para definir a cidade e apela aos habitantes da cidade para que se unam para torná-la um lugar melhor:

O que ela é todos sabem: na parte que se chama cidade velha é um labirinto de ruas tortuosas, de becos úmidos, ou antes *corredores* imundos, cidade sem esgotos, cidade úmida, edificada sem regra, sem ordem, sem sistema, sem amor.

O que ela será Deus o sabe; nós porém temos a obrigação de trabalhar para que pouco a pouco vá se transformando na mais bela, mais saudável e mais encantadora das capitais do mundo de Colombo (MACEDO, 2004, p. 206).

Para Cano (2004, p. 21), Macedo, nascido na vila fluminense de Itaboraí, foi um “cantor em verso e prosa de sua vila natal, mas carioca apaixonado até a incoerência”, cujo olhar sobre a cidade não arrefece nunca. Na década de 1860, Macedo vivia seu melhor momento de cronista do Rio e o *Labirinto* é um dos registros que atestam essa boa fase, conforme ressalta o crítico: “O que a leitura de uma série como o *Labirinto* nos proporciona é o flagrante da atividade de um literato do Império em seu apogeu [...]” (CANO, 2004, p. 32).

Na sequência do *Labirinto*, Macedo segue com a atividade de folhetinista, escrevendo a *Chronica da Semana*, entre 13 de janeiro e 14 de outubro de 1861, também no *Jornal do Commercio*. Entre as oito colunas que compõem a primeira crônica da nova série, Macedo utiliza pelo menos duas para despedir-se do folhetim anterior e apresentar o atual, que não traria mudanças significativas, como fazia questão de frisar o cronista:

Entretanto devo fazer uma franca e leal declaração: o *Labirinto* foi-se, a *Crônica da Semana* o substitui: o título deste folhetim está mudado; mas desconfio muito de que seja pouco mais ou menos a mesma a sua marcha e a sua missão (MACEDO, *Jornal do Commercio*, 13 jan. 1861).

Em outros momentos, como na crônica de 03 de fevereiro de 1861, Macedo retoma o clássico tema do calor no Rio de Janeiro e, ironicamente, questiona se há outro recurso, além do sorvete, contra os males da estação: “E não haveria, além dos sorvetes, mais algumas providências que empregar?... Todos sabem que sim, e não há administração pública que as empregue”. Na sequência, ele reclama das praias imundas, onde a população não pode se refrescar, e da falta de plantio de árvores, que aliviariam, com suas sombras, os efeitos dos fortes raios solares. Mas, na falta de tudo isso, resta ao carioca sofrer o calor “com paciência de dia, e de noite dormir com as janelas abertas para aproveitar a frescura da viração”, ainda que essa opção favoreça o “ataque dos ratoneiros”, diante do ineficiente policiamento.

Em 15 de outubro de 1861, na segunda página do *Jornal do Commercio*, edição 285, Macedo publica um comunicado, sob a rubrica de “Correspondência”, desligando-se da *Chronica da Semana*. O texto, assinado pelo cronista e com data do dia anterior, explicava que a decisão era motivada pela interferência do redator em sua coluna semanal. Sem que o cronista autorizasse, foram inclusos no texto um artigo sobre teatro e dois períodos, que encerravam o folhetim. Contudo, o episódio não significava o afastamento definitivo de Macedo da “folha oficial”, conforme ele mesmo relatava:

Convencido de que por modo algum houve pensamento de molestar-me com o fato que determina esta minha resolução, agradeço muito a V. S. o obsequioso empenho com que mostrou desejar conservar-me na redação do *Jornal do Commercio*, a que continuo pois a

pertencer, exceto na parte da *Crônica da Semana* (MACEDO, *Jornal do Commercio*, 15 out. 1861).

Isso porque, paralelamente à *Chronica da Semana*, Macedo vinha escrevendo outra série de crônicas para o folhetim do *Jornal*, intitulada *O passeio*, publicada entre 31 de janeiro de 1861 e 17 de agosto de 1863. Em 1862, o romancista lançaria o primeiro volume dessa série em livro, alterando o seu título para *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, obra que se tornou uma referência aos estudos memoriais e geográficos da capital fluminense. O segundo volume sairia no ano seguinte, quando Macedo foi eleito para a Assembleia Constituinte, pelo Partido Liberal. A obra, arrolada pela crítica ora como pertencente ao gênero memorialista ora como crônica, também recebeu várias edições póstumas no século XX. Entre elas, destacamos o volume organizado, na década de 1940, por Gastão Penalva e prefaciado por Astrojildo Pereira, que traça uma análise da crônica macediana:

Aí, no folhetim de meneio fluente e espirituoso de cada semana, estava Macedo, o bom dr. Macedinho, no seu elemento natural. A pequena história da cidade, com os episódios pitorescos, curiosos, sentimentais e às vezes picarescos da sua vida no passado e presente, a desenrolar-se sem maiores complicações no mesmo cenário de perene deslumbramento – eis a mina fácil, à (*sic*) flor da terra, onde o cronista encontrava o material mais adequado ao seu gênio, ao seu gosto – e as suas possibilidades (PEREIRA, 2009a, p. 20).

No jornal carioca *A noite*, encontramos um anúncio sobre a edição de Penalva, conforme mostra a seguinte imagem:

**Conheça a terra carioca do  
tempo antigo, fazendo**

**"UM PASSEIO PELA CIDADE  
DO RIO DE JANEIRO"**

através da nova edição desse precioso e raro livro de JOAQUIM MANOEL DE MACEDO, revista e anotada por Gastão Penalva e com erudito prefácio de Astrojildo Pereira. — Valiosa documentação ilustrada — Os mais interessantes episódios históricos, pitorescos, curiosos e sentimentais!

Preço do volume: em brochura, Cr\$ 40,00; com encadernação de luxo, Cr\$ 55,00; em papel especial, tiragem de 110 exemplares, Cr\$ 200,00.

**A VENDA EM TODAS AS LIVRARIAS**

Pedidos à LIVRARIA-EDITORA ZELIO VALVERDE  
— Travessa do Ouvidor, 27 — Caixa postal 2956  
— Rio

Remessas para o interior pelo Serviço de Reembolso Postal.

Figura 2: Anúncio sobre o livro de Macedo. *Jornal A Noite*, 23 dez. 1942.

Essa edição serviu de base a muitas outras que vieram depois, inclusive, a que foi publicada pelo Senado Federal em 2005 e reeditada em 2009, que ora utilizamos como referência ao nosso estudo da série. O livro traz os dois volumes da crônica publicada originalmente no *Jornal do Commercio*, entre 1861 e 1862, que inclui um prefácio, uma introdução, oito capítulos nomeados pelos lugares (ou passeios) descritos pelo cronista, além de dois “passeios” suplementares. Sem fechar os olhos aos problemas cotidianos do Rio de Janeiro, Macedo convida o leitor a uma pausa contemplativa, que valorize a natureza e o presente, delegando a Deus e aos poetas o futuro da cidade:

Fazei de conta que vos achais agora comigo no aprazível terraço do Passeio Público do Rio de Janeiro.

O dia foi calmoso. Em compensação, porém, a tarde é bela e fresca. O sol derrama sobre a terra seus últimos raios. Anuncia-se a hora do crepúsculo.

Imaginaí tudo isso. Embalar-vos-eis com uma ficção que já tem sido e será mil vezes uma verdade.

Sentemo-nos nestes bancos de mármore e de azulejos. Voltemos as costas para o mar. O espetáculo dessa natureza opulenta, grandiosa, sublime, absorve-nos-ia em uma contemplação insaciável. Cerremos por algum tempo os olhos à majestade das obras de Deus. [...]

Deixemos o futuro a Deus no Céu e aos poetas na Terra (MACEDO, 2009b, p. 81).

Em outros momentos, a descrição concentra-se nos interiores das instituições contempladas pelos passeios do cronista, como o Convento de Santa Teresa: “No seu aspecto interior, o convento apresenta o quadro da maior pobreza e humildade. Não vêem ali nem ornamentos de arte, nem objetos próprios para o cômodo da vida” (MACEDO, 2009b, p. 155). O Colégio de Pedro II, que ocupa grande parte do *Passeio*, também é visitado pelo cronista-professor, que ali lecionava e não fazia questão de ocultar o fato, revelado em uma nota de rodapé: “Creio que não tinha necessidade de dizer que o autor destes passeios é um e o mais obscuro dos professores do Imperial Colégio de Pedro II” (MACEDO, 2009b, p. 322).

Mesmo envolvido com a crônica de tom historiográfico, Macedo não abandonou a crônica de variedades, gênero em que se destacava desde o folhetim *A Semana*, do *Jornal do Commercio*. Concomitantemente ao *Passeio*, que vinha publicando no *Jornal*, desde janeiro de 1861, Macedo ainda assumiria em novembro daquele ano a *Chronica da quinzena*, na *Revista Popular*, substituindo o cronista usual, Carlos José do Rosário, que assinava a seção como “Carlos”. A colaboração de Macedo, sob o pseudônimo de “O velho”, duraria até o fim do periódico, em dezembro de 1862. A descoberta da autoria de Macedo para essas crônicas está registrada na *Enciclopédia da Literatura Brasileira*, organizada por Afrânio Coutinho e José Galante de Souza (1980). Na primeira crônica da série, “o velho” elogia a escrita de seu predecessor Carlos, “um cronista tão delicado quanto espirituoso”, e imagina a impressão dos leitores quando dessem pela mudança do narrador quinzenal:

Hoje, porém, ao receber a Revista Popular, vossos olhos correrão pressurosos, como setenta vezes antes, a procurar o querido cronista, e estou lendo o desânimo e a tristeza em vossos semblantes; porque em lugar de Carlos, o mancebo elegante, discreto, instruído e suave encontrais – O *velho* – e um velho rude, impertinente, maçante e antipático, um velho de óculos e de cabeleira, um velho que traz a mesma casaca que usava em 1822, casaca que nunca virou e por conseqüência inteiramente fora de moda. Em que mãos foi cair a crônica da quinzena da *Revista Popular!* (MACEDO, *Revista Popular*, 15 nov. 1861).

Também em outras crônicas da série, o cronista empolga-se com suas reflexões, deixando em segundo plano as notícias da quinzena. Por exemplo, na última crônica de 1861, após longa introdução em que critica os “carpideiros, praga

pseudo-sentimental”, cujo discurso melodioso deixa mais tristes as despedidas fúnebres, o cronista diz que fará alguns “apontamentos”, não mais que “duas palavras”, sobre o ano que se finda. Discute, então, a segurança pública e o direito à propriedade, “garantias constitucionais da primeira importância”, entre outros temas do gênero, para, enfim, concluir: “Cheguei ao fim da minha crônica sem dar aos meus leitores notícias da quinzena” (MACEDO, *Revista Popular*, 30 dez. 1861).

Um ano mais tarde, o cronista despede-se da quinzena e da revista, que chegavam ao fim. Na verdade, a *Revista Popular*, do francês Baptiste-Louis Garnier, seria substituída pelo *Jornal das Famílias*, do mesmo editor e impresso em Paris: a *Popular* não morria, mas metamorfoseava-se, segundo o “velho”:

É preciso não confundir morte com metamorfose.  
 A *Revista Popular* não morre; metamorfoseia-se.  
 Vai mudar de nome, como uma moça bonita de vestido.  
 E, para melhor mostrar-se no último rigor da moda e do tom, virá de Paris, garbosa e espirituosa, *comme il faut*.  
 Será sempre brasileira no corpo, mas vai tornar-se parisiense pelas roupas e enfeites.  
 [...] faço as minhas despedidas às minhas leitoras e aos meus leitores.  
 Não chorem, por quem são...  
 Poupem a minha sensibilidade...  
 Adeus! Adeus!... (MACEDO, *Revista Popular*, 15 dez. 1862).

Em 1862, enquanto ainda seguia com a *Chronica da quinzena*, Macedo escrevia também outra série para o folhetim do *Jornal do Commercio*, marcando uma época de intensa produção no gênero. Intitulada *O que sahir*, a coluna teve breve duração, entre 02 de março e 28 de maio daquele ano e, com ela, o cronista “radicalizava sua proposta de não apresentar programa” (CANO, 2004, p. 11). Isso porque na *Crônica da Semana*, no ano anterior, Macedo já ostentava um “certo descompromisso” com os assuntos a serem tratados no folhetim, justamente pelo fato de serem ocasionais (CANO, 2004).

Contudo, essa característica era sinal de excelência, na visão do cronista: “Hoje em dia os melhores títulos são os que menos prometem; e se nada exprimem, tocam a perfeição. Estou portanto muito satisfeito com o meu” (MACEDO, *Jornal do Commercio*, 02 mar. 1862). Por outro lado, o clássico dilema da transição de

assuntos, comum à crônica de variedades, incomodava o narrador da *Semana*, como relatou também no primeiro folhetim:

Estou seriamente embaraçado para achar uma transição natural. Deixei-me ir tão alto, que é difícil descer das lucubrações históricas e políticas às modestas águas nas quais navega a crônica semanal, quinzenal ou mensal; porque devo prevenir em tempo, as minhas conjunções com o público estão sujeitas a variações, cuja causa não importa.

Bom! Achei uma excelente transição para o leitor e para mim.

*Fa caldo*, como dizem os italianos, e como nós devíamos dizer, porque realmente neste tempo andamos metidos n'um caldo a ferver (MACEDO, *Jornal do Commercio*, 02 mar. 1862).

Além do calor, os cães soltos pelas ruas do Rio de Janeiro é outro tema recorrente na cronística de Macedo e um problema que já o aborrecia no *Labirinto*. Na coluna de 14 de abril de 1862, de *O que sair*, o cronista faz “algumas reflexões muito esdrúxulas” sobre o assunto e conclui que há “duas excelentes condições” na capital do Império: “a de mendigo e a de cão”, sendo que a última é melhor ainda, pois: “O cão é o único indivíduo que, depois da constituição e apesar dela, goza neste país de privilégios que não são inerentes ao cargo, nem estabelecidos por utilidade pública”. Para o cronista, os “animais de trato” (“burros de praça”, “vacas de leite” e “cavalos de sela”) têm muito mais serventia e, se soubessem escrever, dirigiriam aos vereadores uma petição, na qual requereriam o mesmo direito à liberdade concedida ao cão, que em nada contribui para o progresso da cidade. Comparado a outros animais mais úteis, o cão é o único isento de impostos e com privilégios garantidos pela municipalidade, mesmo oferecendo riscos à sociedade:

[O cão] Está acima das leis penais; tem o direito de ladrar aos que passam; de trazer constantemente os molares afiados, verdadeiras armas ofensivas; de ameaçar as canelas do respeitável público, de fazer ajuntamentos ilícitos, e perturbar à noite o sossego com vozerias e clamores (MACEDO, *Jornal do Commercio*, 14 abr. 1862).

Prestes a completar sessenta anos de idade, Macedo retomou a pena de cronista, depois de mais de uma década de ausência, para escrever o folhetim *Memórias da Rua do Ouvidor*, publicado no *Jornal do Commercio*, entre 22 de janeiro e 10 de junho de 1878. Assim como as crônicas da série *Um passeio* que,

em 1862, foram publicadas em livro por Macedo, as *Memórias* também receberam de seu autor uma edição livresca, ainda em 1878. Desde então, diversas edições têm surgido, além de estudos em torno das duas séries, que, de um modo geral, priorizam aspectos históricos da fundação da capital fluminense.

Nas *Memórias da Rua do Ouvidor*, Macedo une dados históricos à criação ficcional para contar a trajetória da famosa rua carioca, que só veio “florescer e primar na cidade do Rio de Janeiro depois de tornar-se rua francesa” (MACEDO, 2009a, p. 93). Paralelamente à história da Rua do Ouvidor, o cronista acompanha o processo civilizatório da própria cidade do Rio de Janeiro, desde os tempos coloniais, programa já demonstrado no sumário que precede cada um dos dezenove capítulos da série, como mostra o exemplo a seguir:

#### Capítulo I

Como a atual *Rua do Ouvidor*, tão soberba e vaidosa que é, teve a sua origem em um *desvio*, chamando-se primitivamente *Desvio do Mar*, e começando então (de 1568 a 1572) do ponto em que fazia ângulo com a *Rua Direita*, neste tempo com uma só linha de casas e à beira do mar. Como em 1590, pouco mais ou menos, o *Desvio do Mar* recebeu a denominação de *Rua de Aleixo Manuel*, sendo ignorada a origem dessa denominação [...] (MACEDO, 2009a, p. 9).

Em vários momentos das *Memórias*, Macedo parece assumir o caráter descritivo original da crônica, à maneira de Gândavo e Caminha<sup>9</sup>. Entretanto, não se trata de puro descritivismo: há o colorido do comentário irônico e subjetivo, que evidencia o tratamento literário que o autor dá aos seus escritos, mesmo quando objetiva atestar a “verdade histórica”, como na crônica de 13 de março de 1878:

Podem severos críticos achar de mau gosto o meu repetido recurso aos velhos manuscritos; mas hei de teimar nele: escrevo as *Memórias da rua do Ouvidor*, que em seu caráter de rua das modas, da elegância e do luxo merece e deve ser adornada e adereçada condignamente.

Não vendo gato por lebre, desde que previamente declaro a origem e a natureza das tradições, que vou contando a salvar sempre a verdade histórica (MACEDO, 2009a, p. 82).

E a “verdade”, segundo o cronista, é que a Rua do Ouvidor passou a ser chamada dessa forma em 1780, ou seja, em menos de dois anos (em 1880) ela se

<sup>9</sup> Pero de Magalhães Gândavo (1540-1579), historiador e cronista português, e Pero Vaz de Caminha (1450-1500), escrivão da armada portuguesa de Pedro Álvares Cabral.

tornaria centenária, visto que Macedo escrevia as *Memórias* em 1878. Para ele, há muito que dizer sobre a famigerada rua nessas crônicas do tempo: “Se eu *pudesse* escrever tudo quanto sei da *rua do Ouvidor*, encheria dois ou três volumes, e ainda me ficaria que dizer” (MACEDO, 2009a, p. 158).

O prolífero cronista começa a se despedir de seus leitores no capítulo XVI de suas *Memórias*, publicado em 14 de maio de 1878, mas a série duraria ainda mais três capítulos. De certo modo, fazia parte do “estilo digressivo e humorístico” de Macedo, nas palavras de Cano (2015), as longas despedidas, os exórdios e prólogos intermináveis, nos quais o autor negava que escrevia um exórdio ou um prólogo. No capítulo XVII, de 21 de maio, Macedo admite ter saudado “de antemão” o termo da viagem pela Rua do Ouvidor, que “definitivamente” chegaria ao fim naquele dia, com a “história ingênua” de um casal que havia se desencontrado na “espaçosíssima loja de modas Notre Dame de Paris”. Contrariando a promessa de “verdade histórica”, asseverada no oitavo capítulo, o cronista faz a seguinte confissão:

Agora cumpre-me declarar que a história ingênua de Alexandre e Elvira foi por mim imaginada sem malícia alguma e só no intuito de oferecê-la em despedida às minhas Ex.<sup>mas</sup> leitoras, e amolados leitores; pois que recebem aqui o seu ponto final as *Memórias da Rua do Ouvidor* (MACEDO, 2009a, p. 189).

Contudo, as *Memórias* seguem pelo capítulo XVIII, cujo subtítulo justifica a continuidade da crônica: “Três anexos às *Memórias da Rua do Ouvidor*, que objetivariam tratar de algumas “casas célebres”, cuja omissão tinha sido repreendida pelos leitores. Mas, por “não caber no folhetim”, que já estava longo demais, o terceiro anexo é delegado ao capítulo XIX, “decididamente o *último*”, como escreveu o cronista no derradeiro sumário, que anunciava uma “*historieta*, que as senhoras casadas não deveriam ler”.

Provavelmente existam ainda outras colaborações do Macedo cronista a serem descobertas, analisadas e publicadas, uma vez que seu nome era frequente nos jornais da época, sobretudo, entre as décadas de 1840 e 1860. A nossa pesquisa em torno da obra cronística macediana evidenciou que as séries de crônica publicadas em livro enquanto ainda vivia o autor –, a saber: Um *passeio*

*pela cidade do Rio de Janeiro* (1862-1863) e *Memórias da Rua do Ouvidor* (1878) – são as mais estudadas pela crítica, além de receberem maior número de edições. Talvez, a exceção seja o *Labirinto*, que não saiu em livro enquanto vivia Macedo, mas recebeu edição em 2004, por Jeferson Cano.

Cronista de muitas décadas e de variadas séries, Joaquim Manuel de Macedo é ainda hoje lembrado como romancista de um livro só, *A moreninha* (1844), sendo que sua participação no “gênero maior” extrapola a marca de dez romances. Curiosamente, por outro lado, José de Alencar foi cronista bem menos assíduo, destacando-se praticamente por uma única série, *Ao correr da pena* (1854-1855), mas entrou para o cânone nacional com sua galeria de romances canônicos. Na esteira desses ilustres predecessores e contemporâneos, Machado de Assis conferirá à crônica uma parte significativa de sua carreira literária de meio século, sem imaginar que o “milagre da reedição” (MOISÉS, 1982) tornaria esse gênero tão lido e estudado quanto muitos de seus romances.

Segundo Candido (1993, p. 104), a “linha evolutiva” do Machado romancista revela um escritor consciente de seu entorno literário: sua grandeza se deve ao fato de ele pressupor a existência de predecessores, entre eles, José de Alencar e Joaquim Manuel de Macedo. A nosso ver, essa mesma ideia acomoda-se à crônica, espaço literário e jornalístico igualmente frequentado por Alencar e Macedo antes que Machado se tornasse cronista. O talento para a “descrição de costumes”, do Macedo romancista, bem como a “vocalização analítica” do romance de Alencar, foram transportadas às respectivas crônicas desses autores, de onde Machado pôde extrair o que “havia de certo, de definitivo”, como lembra Candido. Superando-os, todavia, Machado de Assis imprimiu ao “gênero menor” (CANDIDO, 1992) a subjetividade necessária da literatura e o caráter informativo do jornalismo.

## 2. MACHADO DE ASSIS CRONISTA

### 2.1 AS PRIMEIRAS SÉRIES NA IMPRENSA: O PERIÓDICO *O ESPELHO*

*Machado de Assis foi soberbo cronista, que fez da crônica muito mais do que um registro pontual do cotidiano, transformando-a em um verdadeiro gênero literário, a servir de modelo, molde e paradigma a tudo e todos que o sucederam, inclusive os de hoje. [...] Foi ele um lúcido 'relator' da história brasileira e um crítico atento e severo da sociedade e das instituições do país: dedicou-se intensamente, para quem não sabe, a registrar, comentar, refletir e especialmente criticar assuntos da esfera política [...].*

(Rosso, 2011, p.13)

Antes de falar sobre a primeira manifestação pública do Machado cronista, cabe uma observação sobre o tratamento editorial dado às centenas de crônicas que o autor de “Bons dias!” produziu, entre 1859 e 1900. Escritas em série que veiculavam em jornais e revistas da época, muitas dessas crônicas permaneceram esquecidas nos jornais por décadas, após a morte do autor, em 1908. Conforme observou Crispim (1958, p. 11): “Parece que o mestre se divertia escondendo em jornais e revistas, sob pseudônimos variados, páginas e páginas que mais tarde os pesquisadores iriam procurar e trazer de novo à luz”. Nem do próprio Machado elas receberam a atenção merecida, como se deu com o romance, o conto e a poesia, obras “conscientemente elaboradas” para figurar na posteridade (GLEDSON, 1997). Se como ficcionista, contista e poeta Machado assinou contratos e reelaborou dezenas de edições para ver sua obra lida e comercializada; como cronista, apenas uma vez o escritor concedeu ao “gênero menor” (CANDIDO, 1992) as páginas de um livro<sup>10</sup>. A partir de 1937, com a editora Jackson, muitas séries machadianas inéditas seriam publicadas em diversos volumes. Nos anos seguintes, outras editoras, como a Civilização Brasileira e a José Aguilar, também passaram a incluir as crônicas em suas edições das “obras completas” de Machado de Assis. Entretanto, faltava um estudo aprofundando das séries, de forma individualizada e fidedigna ao texto original do jornal. No final da década de 1980, com Gledson<sup>11</sup>,

<sup>10</sup> Em 1899, sob o título de *Entre 1892 e 1894*, Machado lançou a única coletânea de crônicas por ele organizada, reproduzindo seis dos 248 textos de “A Semana”, a última e mais extensa série, produzida originalmente para a *Gazeta de Notícias*. Em 1914, postumamente, mais 109 crônicas dessa mesma série saíram do prelo, editadas por Mário de Alencar, filho do romancista José de Alencar. (Gledson, *Crônicas escolhidas*, 2013)

<sup>11</sup> John Gledson organizou as seguintes coletâneas de crônicas machadianas: *Bons Dias!* (Hucitec, 1990; Hucitec/ Unicamp, 1997 e Unicamp, 2008); *A Semana: 1892-1893* (Hucitec, 1996) e, em

começaram a aparecer as edições críticas e anotadas, como já havia se proposto a fazer o crítico e historiador Magalhães Júnior, nos anos 1950.

Voltando à proposta deste capítulo, apresentaremos na sequência, de maneira cronológica, o surgimento das crônicas machadianas na imprensa fluminense oitocentista. Entre setembro de 1859 e janeiro de 1860, Machado de Assis, aos vinte anos, publicou, na revista literária *O Espelho*<sup>12</sup>, suas primeiras séries de crônicas, sob os títulos de “Aquarelas” e “Revista de Teatros”. Era a primeira vez que o criador de Brás Cubas empreendia uma colaboração sequencial no gênero e integrava a redação de um veículo informativo, ou seja, uma “oportunidade verdadeira” para tornar seus escritos conhecidos no meio literário e jornalístico, ainda que sua participação fosse “gratuita” ou “paga simbolicamente” (MASSA, 2009, p. 209). O *Espelho* era editado no Rio de Janeiro, por Francisco Eleutério de Sousa, e trazia o subtítulo de “Revista semanal de literatura, modas, indústria e artes”. Por escassez de assinaturas, o periódico deixou de circular após dezenove edições, das quais Machado participou de todas, não apenas escrevendo crônicas, como também poemas e textos diversos, incluindo o célebre ensaio “A reforma pelo jornal”, de 23 de outubro de 1859, que retomava a temática do desenvolvimento da imprensa, já abordada em janeiro daquele ano em outro importante ensaio, publicado por Machado no *Correio Mercantil*: “O jornal e o livro”. Em ambos os momentos, o jovem escritor entusiasma-se com o futuro do profissional de letras e com as “tendências democráticas do jornalismo” do qual já fazia parte (AZEVEDO, 2013, p. 15).

Antes, porém, de escrever suas primeiras crônicas em série para *O Espelho*, Machado de Assis vinha experienciando a pena jornalística em outros veículos, produzindo, sobretudo, alguns artigos sobre literatura e política. Segundo Massa (2009), foi na *Marmota Fluminense*,<sup>13</sup> do editor Francisco de Paula Brito, que o literato carioca estreou na prosa, aos quinze anos de idade, escrevendo três artigos sobre gêneros literários, sob o título de *Idéias vagas*, que vinham assinados por “As”. No primeiro deles, publicado em 10 de junho de 1856 e dedicado à poesia,

---

parceria com Lúcia Granja, *Notas Semanais* (Unicamp, 2008). Atualmente, Gledson prepara uma nova edição da série “A Semana”, referente aos anos 1893-1894.

<sup>12</sup> Todos os números de *O Espelho* encontram-se disponíveis no site da Biblioteca Nacional e podem ser acessados pelo link <<http://memoria.bn.br/docreader/700037/1>>. Acesso em: 27 mai. 2020.

<sup>13</sup> Até a edição 860, de 30 de junho de 1857, o jornal de Paula Brito trazia o título de *Marmota Fluminense*, passando a se chamar *Marmota*, a partir de 03 de julho do mesmo ano, edição 861.

Machado de Assis, ao encerrá-lo, solicita o perdão do leitor diante das possíveis falhas de linguagem, típicas de um estreante nas letras:

Aqui terminam as minhas *ideias* sobre poesia, e sobre os poetas. – Perdoai, leitores, a minha fraca linguagem; é de um jovem que estreia nas letras, e que pede proteção e benevolência. Ainda existem alguns Mecenas piedosos: animai o escritor (ASSIS, 2013, p. 56).

O fragmento acima pertence ao artigo intitulado “A poesia”, de *Idéias vagas*, que inicia a relação cronológica da prosa machadiana na coletânea de textos críticos organizada por Azevedo (2013). Para Massa (2009, p. 151), esse é “o começo efetivo de Machado de Assis na carreira literária, isto é, na prosa”, lembrando que, na mesma *Marmota*, de Paula Brito, Machado publicou também seu primeiro ensaio, em 09 de abril de 1858: “O passado, o presente e o futuro da literatura”, que se tornaria um clássico entre a crítica. Depois deste, vieram mais textos célebres, como os já mencionados “O jornal e o livro” e “A reforma pelo jornal”, veiculados em 1859, respectivamente, no *Correio Mercantil* e n’*O Espelho*, além de “Ideal do crítico” (*Diário do Rio*, 08 de outubro de 1865) e “Notícia da atual Literatura Brasileira – Instinto de nacionalidade” (*O Novo mundo*, Nova Iorque, 24 de março de 1873).

Também antes de colaborar n’*O Espelho*, Machado escreveu artigos, a partir de abril de 1858, para o jornal *O Parahyba*, que circulou entre 1857 e 1859, em Petrópolis, sob a direção do escritor português Augusto Emílio Zaluar. Segundo Massa (2009, p. 206), nesse veículo Machado publicou um dos primeiros textos com temática política, intitulado “A odisséia econômica do Sr. ministro da fazenda<sup>14</sup>”, em 26 de junho de 1859, na coluna “Colaboração”. Para o crítico francês, esse trabalho era uma ocasião para Machado “entrar na luta política”, já que, antes dele, o folhetinista abordava preferencialmente assuntos gerais e “nunca atacara um ministro”. Portanto, ao iniciar as séries no *Espelho*, Machado já trazia certo traquejo jornalístico: passava da crítica literária à crônica, ocupando a primeira página de uma revista, “um lugar de honra” (MASSA, 2009, p. 214), para divulgar suas “Aquarelas”, que saíam aos domingos, num total de quatro textos, assinados por “M-

---

<sup>14</sup> O artigo citado pode ser lido na versão original em <<http://memoria.bn.br/docreader/809047/652>> Acesso em: 27 mai. 2020.

s”, e a “Revista de Teatros”, série composta por dezoito crônicas sobre os espetáculos dramáticos que Machado assistia constantemente na capital do Império.

Para Coutinho (1986, p. 125-126), “Machado deixou numerosa e interessante bagagem de crônica, na qual se refletem acontecimentos do mundo e episódios da sociedade fluminense em largo período a partir de 1859”, ano em que Machado começou a escrever crônicas para o *Espelho*. Portanto, na concepção do crítico, é no periódico de Francisco Eleutério que Machado inicia-se como cronista. Essa opinião é compartilhada por Gledson (2013), que elaborou uma tabela das séries machadianas, na qual figuram “Aquarelas” e “Revista de teatros”, como as primeiras manifestações do Machado de Assis na crônica, e por Faria (2009), organizador da coletânea de crônicas *O Espelho*. Segundo Ramos (2016), entretanto, a “longa trajetória” de Machado na crônica inicia-se nos anos 1860, desde as suas “primeiras crônicas” no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, onde o escritor colaborou entre 1861-1862, escrevendo os “Comentários da Semana”. A mesma ideia encontramos em Granja (2000), que estuda a formação de Machado no jornalismo, a partir do *Diário*, não mencionando o percurso do cronista no *Espelho*.

Para Massa (2009, p. 235 e 237), as “Aquarelas” são “águas-fortes, quatro gravuras desenhadas pelo buril daquele que se apresentava como um ‘prosador novato’”. Mesmo breves, elas permitem entrever as “intenções profundas” do jovem Machado de Assis o que, segundo o biógrafo, também é suficiente para classificar as “Aquarelas” como “ensaios”, gênero que, sob aparente informalidade, revela sempre um propósito do autor (MOISÉS, 1982). Em relação à “Revista de teatros”, tratada acertadamente por Azevedo (2013) como crítica teatral, a nosso ver, esses textos também não deixam de ser crônicas, pelas características inatas ao gênero que apresentam, tais como “subjatividade, diálogo, estilo entre oral e literário, temas do cotidiano” (MOISÉS, 1982, p. 119). Ressaltamos ainda que, embora a série teatral componha a parte mais extensa e importante da participação de Machado de Assis no *Espelho*, foram as “Aquarelas” que ajudaram a firmar a figura do jovem intelectual no universo jornalístico da época (FARIA, 2009).

No editorial da primeira edição d’*O Espelho*, intitulado “Prospecto”, há uma promessa de suprir a capital do Império da falta de jornais literários. Com “boa

vontade”, esperava-se conferir ao periódico “a maior circulação possível”, cabendo aos leitores a sua permanência ou não na “grande seita fundada por Gutenberg”:

O *Espelho* será pois o pequeno reverbero de uma parte desses raios com que a inteligência procura iluminar o mundo. Da aceitação que lhe derem os leitores depende o futuro; é ela que marcará as dimensões de sua grandeza, a extensão de seu curso, a sua vida ou a sua morte (*O Espelho*, 04 set. 1859, p. 1).

Dedicado “ao talento e à inteligência”, o jornal buscava ainda incentivar a “brilhante mocidade, que com os seus vôos de águia procura abraçar o futuro”, conforme descrevia o *Prospecto*, num entusiasmo progressista que se refletirá nos escritos machadianos, posteriormente elogiados por um colunista do periódico *O Futuro*: “Colaborava no *Espelho* o Sr. Machado de Assis, que nele fez uma das mais brilhantes estréias em artigos de bastante animação, de mui vivaz colorido, cheios de muito sal e fina critica” (MELLO, 1862, p.221).

A primeira série de Machado para *O Espelho*, “Aquarelas”, apresenta quatro textos independentes, cada qual com temática única, sendo que os três primeiros trazem uma crítica explícita, respectivamente, ao literato de fachada (chamado de “fanqueiro literário”), ao parasita social e ao empregado público aposentado. Para Faria (2009, p. 13), Machado adota nas crônicas de “Aquarelas” o ponto de vista do observador, que apresenta ao público alguns “tipos” que comprometem o brilho da sociedade. O primeiro deles é o sujeito adepto à “fancaria literária”, cultivador de uma obra grosseira, com fins comerciais e sem nenhum princípio. Segundo o cronista, o mal produzido pelo fanqueiro só poderia ser eliminado pelo fogo, numa espécie de “inquisição literária”, que destruiria todo o “ópio encadernado” que anda por aí a encher as livrarias (ASSIS, 2009, p. 35). O próximo esboço das “Aquarelas” recai sobre o parasita social, uma “erva que desdenha a terra para enroscar-se, identificar-se com as altas árvores”, dividindo-se em vários tipos, cujo “mais vulgar” e “mais conhecido” é aquele que exerce sua função à beira de mesas fartas, onde aparece com “intenção formada”:

Ei-lo que entra, riso nos lábios, chapéu na mão, o vácuo no estômago. O dono da casa a quem já fatiga aquela visita diária saúda-o constrangido e com um riso amarelo. Mas isso não é decepção; tão pouco não desarma um bravo daquela ordem. Senta e

começa a relatar notícias do dia, entremeadas de algumas de própria lava, e curiosas – a atrair a afeição vacilante do hóspede (ASSIS, 2009, p. 43).

O terceiro perfil delineado pelas “Aquarelas” machadianas é o do empregado público aposentado, uma “carpideira dos velhos sistemas”, a quem o cronista não perdoa um antigo hábito: “Conceber um aposentado sem caixa de rapé é conceber o sol sem luz, o oceano sem água. Um pertence ao outro, como a alma pertence ao corpo; são inseparáveis” (ASSIS, 2009, p. 51). Para Faria (2009, p.13), Machado apresenta esse tipo como “um retrógrado, um inoportuno conservador, avesso a reformas e preso ao passado e às manias, como o rapé”. O crítico menciona ainda a influência do teatro de Alencar sobre essa crônica de Machado, uma vez que o escritor cearense também retrata o empregado aposentado em sua peça *O Rio de Janeiro, verso e reverso* (1857), como um indivíduo que, segundo ele, “vive falando mal do governo, das novidades, da estrada de ferro, dos espetáculos teatrais que não frequenta porque tudo era melhor no ‘seu’ tempo”. Apenas ao folhetinista, assunto da quarta e última crônica, de 30 de outubro de 1859, cabem alguns elogios e não apenas críticas, como aos demais indivíduos citados nas “Aquarelas”, que são o fanqueiro literário, o parasita social e o empregado público aposentado. Mesmo vindo da França e adaptando-se com dificuldade em terras brasileiras, o folhetinista é, aos olhos do cronista, “a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo” (ASSIS, 2009, p. 55). Mas nem todos os folhetinistas reuniam essas características sublimes e conseguiam relatar com literariedade e graça os últimos acontecimentos semanais da capital do Império:

De fato, poucos folhetinistas se notabilizaram nessa tarefa de fundir num mesmo texto o interesse jornalístico e a graça da literatura, dando conta de passar em revista os principais assuntos da semana: fatos políticos ou econômicos, estreias de óperas ou peças dramáticas, bailes, festas, escândalos, novidades, polêmicas etc. [...] E o segredo dos bons folhetinistas era fazer a passagem de um assunto a outro com engenho e arte (FARIA, 2009, p. 14).

Convencido de que “escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil”, o autor das “Aquarelas” sugere aos folhetinistas que deem “mais cor local, mais feição americana” ao seu “confeito literário sem horizontes vastos”. Dessa forma, o folhetim

não causaria tanto mal à “independência do espírito nacional”, tão ameaçado por imitações que o conduzem a um “suicídio de originalidade e iniciativa” (ASSIS, 2009, p. 57-58). Para Gledson (2013, p. 13), Machado deixa entrever, nessa crônica, “uma grande compreensão das características e exigências do gênero” e uma determinação de abraçá-lo, seguindo os preceitos de “antecessores ilustres”, como Francisco Otaviano e José de Alencar.

Concomitantemente às “Aquarelas”, Machado de Assis, sob o mesmo pseudônimo de “M-as”, escrevia para *O Espelho* a “Revista de teatros”, série que se prolongou por dezoito edições e que, geralmente, vinha publicada entre as páginas sete e nove da revista. Nela, a pena do cronista dedicava-se exclusivamente aos assuntos de arte dramática, elencados numa espécie de sumário que antecedia cada texto. Massa (2009) lembra que as crônicas teatrais de Machado no *Espelho* têm um “interesse histórico” e que, a partir delas, é possível acompanhar a temporada de espetáculos que ocorria na segunda metade do século XIX. Para o biógrafo, esses textos são também críticas que refletem a sensibilidade, a inteligência e a cultura de Machado, além de revelar a preocupação constante do escritor com os problemas enfrentados pelo teatro no Brasil. Os detalhes técnicos, as questões temáticas e o desempenho dos atores também concorriam para as aflições do cronista, que foi censor do Conservatório Dramático na década de 1860: “Ele se mostrava vigilante no sentido de que o repertório fosse liberal, democrático, artístico e social. A ‘naturalidade’ era sempre examinada e apreciada” (MASSA, 2009, p.231). Na esteira de José de Alencar, também comentarista de teatro em seus folhetins de “Ao correr da pena” (1854-1855), Machado tornou-se um grande analista da arte dramática. Enquanto ao criador de *Iracema* encantavam mais os espetáculos líricos, o cronista do *Espelho* conferia destaque à arte dramática, que lhe despertava interesse em todos os níveis:

Machado foi um crítico preocupado com todos os aspectos da montagem teatral. Seus folhetins quase sempre seguem um padrão: ele faz um estudo da peça, do ponto de vista literário e dramático, sem deixar de resumir o seu enredo para facilitar o entendimento do leitor, e em seguida um documentário sobre a encenação, destacando porém, quanto a este segundo aspecto, as interpretações dos artistas (FARIA, 2009, p. 21).

Com a “Revista de teatros”, O *Espelho* trazia uma inovação à crônica teatral, pois fixava uma coluna especializada para comentar os espetáculos semanalmente, o que não havia, por exemplo, na antecessora *Marmota*, de Paula Brito. Massa (2009) explica que, na década de 1850, de vez em quando, os jornais diários de grande tiragem cediam espaço à arte dramática, mas isso só acontecia se não houvesse folhetim traduzido do francês a ser publicado; uma raridade, pois os romances estrangeiros eram muito apreciados pelos leitores. No *Correio Mercantil*, por exemplo, o folhetim “Páginas Menores” trazia esporadicamente uma seção “Revista dos teatros”, que compartilhava com a “Revista da Semana”, de Francisco Otaviano, o rodapé da primeira página da folha. Para o crítico francês, todavia, a experiência das crônicas teatrais do *Espelho* era “particularmente interessante e original”, pois acreditava que, nelas, “Machado de Assis se mostrou espontaneamente, sem as máscaras com que se cobriu mais tarde” (MASSA, 2009, p. 223).

Estar à frente da crônica teatral, ainda que em uma revista efêmera e de proporções modestas, aproximava Machado de Assis da sociedade frequentadora dos espetáculos e dos artistas do palco, contribuindo para disseminar ainda mais seu nome nas rodas intelectuais. Sua cultura e o elevado conhecimento dos espetáculos favoreciam a expansão de uma “liberdade intelectual”, deixando-o em “pé de igualdade com a sociedade”, como observa Massa (2009, p. 228):

Em resumo, por sua cultura Machado de Assis se achava em consonância com a época. Suas leituras ainda eram poucas mas bem assimiladas e utilizadas adequadamente, sem agressividade nem pedanteria. Em suma, graças à inteligência, e ao bom gosto que se apurava, Machado de Assis sabia quase sempre encontrar o termo justo e expressão que já tornavam seu estilo agradável.

Na “Revista de teatros”, o cronista machadiano dirigia-se preferencialmente à leitora, fazendo dela “o árbitro de suas preferências estéticas” (MASSA, 2009, p. 225). Assim, já na primeira crônica, de 11 de setembro de 1859, convida-a para ir assistir à peça *Cobé*, do autor de *A Moreninha*, representada em comemoração ao dia da Independência: “Dê-me a leitora o braço e vamos ao teatro de S. Pedro. [...]. Estou ainda debaixo da impressão do excelente drama do nosso autor dramático, o Dr. Joaquim Manuel de Macedo” (ASSIS, 2009, p. 69). Como observou Faria (2009),

os comentários a respeito do espetáculo, a princípio elogiosos, ocultam uma crítica aos exageros da escola romântica, sobretudo, pelas referências ao “desfecho sanguinolento” e “nada conforme com o gosto dramático moderno” (ASSIS, 2009, p. 68). O cronista compromete-se a falar mais sobre o drama de Macedo em outra oportunidade e, novamente, a leitora é evocada para acompanhá-lo: “Descanse seus lindos olhos; e se gostou da minha prosa espere-me domingo” (ASSIS, 2009, p. 70).

Apesar de frequentar o Teatro S. Pedro de Alcântara, onde os repertórios românticos ainda imperavam, Machado de Assis era partidário da nova tendência da escola francesa realista, representada pelo Ginásio Dramático, dirigido por Joaquim Heliodoro Gomes dos Santos, desde 1855 (FARIA, 2009). O Ginásio vinha impor uma estética antagônica ao conservador S. Pedro, que há décadas dominava os espetáculos no Rio de Janeiro, sob o comando do ator e empresário João Caetano, figura máxima do teatro romântico no século XIX. Com a renovação do drama brasileiro, surgem as temáticas sociais e as questões psicológicas, desbancando as abstrações da escola de Victor Hugo e comprometendo as “composições-múmiás” de João Caetano, alvo da crônica em 09 de outubro de 1859:

Aprecio o Sr. João Caetano, conheço a sua posição brilhante na galeria dramática de nossa terra. Artista dotado de um raro talento escreveu muitas das mais belas páginas da arte. Havia nele vigorosa iniciativa a esperar. Desejo, como desejam os que protestaram contra a velha religião da arte, que debaixo de sua mão poderosa a plateia de seu teatro se eduque e tome uma outra face, uma nova direção; ela se converteria decerto às suas ideias e não oscilaria entre as composições-múmiás que desfilam simultâneas em procissão pelo seu tablado (ASSIS, 2009, p. 99).

Na visão de Machado e de alguns outros intelectuais da época, entre eles, José de Alencar, Quintino Bocaiúva e Francisco Otaviano, o teatro deveria ter feição moralizante, estar pautado na realidade e não ser apenas um “mero passatempo das massas” (FARIA, 2009, p. 17). Por isso, o cronista acreditava que o famoso ator do Teatro S. Pedro deveria atualizar suas encenações e educar sua plateia para as novas concepções de arte, abandonando os velhos modelos, para receber as “bênçãos da reforma”, que o livrariam das “maldições dos *fósseis*” (ASSIS, 2009, p. 100). Dirigindo-se novamente à leitora, o cronista espera que ela concorde com ele,

o que já seria uma primeira vitória frente à batalha que se tem pela frente contra a persistente e ultrapassada escola romântica preconizada por João Caetano. Um terceiro teatro, o S. Januário, deslocado do centro e encenando peças repetidas do S. Pedro de Alcântara, aparecia poucas vezes nas crônicas teatrais de Machado. A instituição seria renovada em 1862, passando a se chamar Ateneu Dramático. Na crônica de 11 de dezembro de 1859, o cronista desabafa: “Finalizo com uma súplica. Tenho deixado no esquecimento o pequeno teatro de S. Januário, onde o Sr. Germano tem dado espetáculos com a sua modesta companhia”. Confessando sua falha, ele promete frequentar com mais assiduidade o teatro que, mesmo afastado, “tem por garantia o trabalho e a dedicação” (ASSIS, 2009, p. 156 e 157).

Escrevendo a “Revista de teatros”, Machado de Assis “pôs sua pena a serviço da renovação do teatro brasileiro” (FARIA, 2009, p. 31), impelido por uma militância crítica que, nas séries seguintes, irá cedendo espaço ao comentário enviesado, de quem acompanha o desenrolar da semana e sobre ela opina com distanciamento cético e pessimista. A experiência adquirida no *Espelho* proporcionou a Machado uma colaboração fixa e remunerada em um grande jornal, o *Diário do Rio de Janeiro*, onde ele iniciará uma nova série de crônicas intitulada “Comentários da Semana”.

Nas palavras de Massa (2009, p. 238), com o posto alcançado no *Diário*, Machado estava prestes a tornar-se um “intelectual engajado” e assumir verdadeiramente o ofício de jornalista que o acompanharia até o fim da vida. Nesse sentido, a crônica é importante para se entender a trajetória machadiana, não apenas no que concerne às preferências temáticas do escritor, mas, sobretudo, ao constante aperfeiçoamento de seu estilo. A biógrafa Lúcia Miguel Pereira também acredita que a colaboração de Machado no *Diário* revelaria, mais tarde, o caminho que o escritor carioca deveria seguir nas letras: “Aí está tudo, em embrião: a pouca confiança nos homens traduzida na falta de entusiasmo pelos políticos, [...] a supremacia da arte bem marcada na seriedade com que fazia a crítica e sobretudo na certeza da missão educadora do teatro”. (PEREIRA, 2017, p. 102).

## 2.2 O CRONISTA MILITANTE DO *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*

*Sou um pouco audaz nas minhas investigações, e não poucas vezes tenho visto que a audácia acaba muitas vezes por dar na cabeça, bem que em alguns casos seja uma virtude preciosa.*

(ASSIS, 2008a, p.156)

A experiência adquirida na imprensa com periódicos efêmeros e revistas literárias, entre os anos de 1856 e 1859, proporcionou a Machado de Assis, aos 21 anos, em 1860, o ingresso em um grande veículo de orientação liberal, o *Diário do Rio de Janeiro*. Vigente desde 1821, o *Diário* havia parado de circular em 1859, ressurgindo em 1860, sob a direção de Saldanha Marinho e tendo, entre os redatores, o jornalista republicano Quintino Bocaiúva, ex-editor do jornal *O Paraíba* e o responsável pela entrada de Machado no *Diário* (MASSA, 2009). Nessa nova fase, o jornal mostrou-se bastante combativo frente à política conservadora, assumindo uma posição liberal sem precedentes na imprensa fluminense (GRANJA, 2000). Por essa época, acredita-se que o experiente Bocaiúva tenha sondado as opiniões de Machado, um jovem e audaz folhetinista, antes de convidá-lo a fazer parte da redação, como supôs o próprio escritor carioca, quase quarenta anos depois, em “O velho Senado”, artigo publicado na *Revista Brasileira*, em 1898. Nele, Machado de Assis relata uma de suas conversas sobre política com o amigo Quintino Bocaiúva, que era “já então liberal bastante para dar um republicano convicto”:

Nem é exato dizer que conversamos de política, eu antes respondia às perguntas que Bocaiúva me ia fazendo, como se quisesse conhecer minhas opiniões. Provavelmente não as teria fixas nem determinadas; mas, quaisquer que fossem, creio que as exprimi na proporção e com a precisão apenas adequadas ao que ele ia me oferecer (ASSIS, *Revista Brasileira*, 1898, p. 258)<sup>15</sup>.

Segundo Pereira, nem era preciso a Bocaiúva sondar as convicções de Machado, pois o redator do *Diário* já as devia conhecer desde os tempos do jornal *Paraíba*, quando Machado publicou seu primeiro texto sobre política, atacando o ministro da Fazenda, Sales Torres Homem. Para a autora, nesse e em outros textos

---

<sup>15</sup> Extraído do texto original, disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/139955/12247>>. Acesso em 27 mai. 2020. Sempre, nesses casos, atualizaremos a ortografia e manteremos a pontuação e as concordâncias do autor.

da juventude, como no artigo “A reforma pelo jornal”, publicado no *Espelho*, em 1859, Machado já “deixava bem patentes as tendências liberais, louvando o jornal pela sua ação democratizante, declarando-se adversário das aristocracias” (PEREIRA, 2017, p. 92). A mesma opinião é compartilhada por Magalhães Júnior (1971, p. 66), para quem Machado de Assis, em colaborações anteriores, “já havia deixado na imprensa o traço de suas inclinações liberais”. Segundo esse crítico, ainda que os primeiros trabalhos do estreante jornalista expressassem um “tom dogmático”, próprio do “ardor juvenil”, já é perceptível nesses escritos “a posição de um liberal”.

No primeiro momento no *Diário*, Machado de Assis responsabilizou-se, como os demais redatores, pelas notícias em geral e, exclusivamente, pelas resenhas dos debates ocorridos no Senado, os quais ele acompanhava como repórter. Além do noticiário coletivo, o escritor colaborou no *Diário do Rio* com artigos de crítica teatral e literária, correspondências e algumas séries de crônicas de variedades, entre elas, os “Comentários da semana” (1861-1862), que destacaremos adiante. Os “Comentários” ajudaram a compor um estilo próprio, machadiano, que será a verdadeira novidade do escrito semanal, uma vez que as notícias dadas nessas crônicas, muitas vezes, já eram conhecidas do público do jornal (GRANJA, 2000). Antes, porém, de estudarmos alguns aspectos dos “Comentários da semana”, apresentaremos resumidamente as demais colaborações de Machado de Assis no *Diário do Rio de Janeiro*, o mais importante veículo de expressão liberal no Império, na década de 1860.

Começaremos pelas seções que tiveram breve duração, como a “Revista dramática”, composta por três “análises teatrais” (MASSA, 2009, p. 248), escritas entre março de 1860 e julho de 1861, sendo que as duas primeiras foram veiculadas no rodapé, espaço nobre do folhetim, e assinadas por “M. de A.”, e a última, publicada na seção *Variedades* e firmada com o nome do escritor. Como o título indica, o crítico-cronista falava de teatro, “feliz e satisfeito” por haver encontrado uma tribuna para lançar suas críticas e convicções estéticas, como observou Massa (2009, p. 249): “Nesse momento, o técnico, o especialista, que dormitava nele, abria as comportas. Faz leis, glosa. Tem a sensação de grande segurança. A tribuna se transforma em púlpito. Ele se pretendia justo, imparcial, de opinião autorizada”.

Ainda menos extensas que a “Revista Dramática” foram as “Conversas hebdomadárias” (1863) e as “Cartas fluminenses” (1867), ambas as séries constituídas por apenas dois números. A primeira delas saiu no espaço dos folhetins, firmada por “M.A”, e versava sobre livros recém lançados, estreias dramáticas e a morte do ator teatral, João Caetano dos Santos. Já as duas “Cartas” vinham assinadas sob o pseudônimo Job e foram dirigidas à opinião pública e à mulher, em lances de ironia e seriedade, “as duas marcas indelévels da inteligência em Machado de Assis” (MASSA, 2009, p. 445). Além dessas rápidas colaborações e dos “Comentários da Semana”, que estudaremos na sequência, Machado produziu para o *Diário* outras duas séries mais longas, que abordaremos brevemente a seguir: o folhetim “Ao acaso” (junho de 1864 a maio de 1865), composto por 42 crônicas de variedades, e a “Semana literária” (1866), com aproximadamente trinta textos, classificados pelos especialistas como crônica (MASSA, 2009) ou crítica (AZEVEDO, 2013). Gledson (2013), por exemplo, optou por não incluir a “Semana Literária” em sua tabela das séries de crônicas machadianas, possivelmente, pelo teor desses escritos, “um verdadeiro tratado de literatura” (MASSA, 2009, p. 440).

Escrevendo “Ao acaso”, Machado ocupava pela segunda vez o “espaço galante do rodapé” (GRANJA; CANO, 2008, p. 14), lugar privilegiado do folhetim, já que a primeira tinha sido com a “Revista Dramática”, entre 1860 e 1861. A nova série folhetinesca, iniciada em 1864, aparecia geralmente aos domingos e era também assinada pelo já usual pseudônimo “M.A”, com que Machado firmou diversas séries, desde as primeiras colaborações na década de 1850. Segundo Massa, é possível que o convite para Machado retornar à crônica do *Diário*, com a série “Ao acaso”, depois de ter escrito os “Comentários da semana”, seja uma consequência da colaboração do escritor na revista *Imprensa Acadêmica*, de São Paulo, entre abril e outubro de 1864. Nesse periódico, segundo o crítico, Machado trazia para os leitores paulistas um resumo dos principais acontecimentos da capital do Império, de forma “entediante e banal”, que logo abandonou para escrever uma nova série “viva”, “irônica” e “prazenteira”, no folhetim de rodapé do *Diário* (MASSA, 2009, p. 369).

“Ao acaso” trazia inicialmente o subtítulo de “Crônica da Semana”, que foi substituído por “Revista da Semana”, a partir de 24 de outubro de 1864, nome que se ajustava melhor à intenção do cronista de comentar os eventos dos últimos dias,

com leveza e menos seriedade. A propósito, esse programa já vinha estabelecido no título da série, como ele mesmo relatava na primeira crônica, 05 de junho de 1864<sup>16</sup>:

[...] O folhetim não é outra coisa mais do que o acaso, o vago, o indeterminado; é o acontecimento que há de haver, o livro que se há de imprimir, o sarau que se há de dar; é o dito que escapa, a anedota que circula, o boato que se espalha; é o capricho do tempo, o capricho da pena, o capricho da fantasia; é a chuva e o sol, a elegia e o cântico; o folhetim reside no dia seguinte, vive do futuro, sai do ventre de todas as semanas [...]. Vinha aqui muito a pêlo fazer uma divagação política a respeito dos ministérios que fazem programa, mesmo quando não têm nenhum, e dos programas que ainda estão à espera de ministérios. Mas eu não quero de modo algum tornar demasiado séria a fisionomia destes escritos. Só farei exceção para os assuntos de política amena (ASSIS, *Diário do Rio de Janeiro*, 05 jun. 1864).

Para Massa (2009, p. 389), é por essa “brecha” que o cronista deixou escoar as “inúmeras infidelidades” ao seu propósito de se manter afastado das questões políticas mais sérias. Entre um comentário e outro sobre saraus literários, carnaval, exposições e chuvas, que aparece com frequência na série, às vezes, Machado carregou a pena, comprometendo a leveza do folhetim com assuntos mais graves, como a defesa do teatro, abandonado pelos governantes, uma bandeira antiga da cronística machadiana, e os gastos desnecessários com o carnaval, num momento de grande crise ocasionada pelas despesas com a Guerra do Paraguai. Segundo Massa (2009, p. 395), nesses momentos, o cronista experimentava novamente “a embriaguez particular de morder, com dentes aguçados, o fruto proibido da política”, como observamos no comentário irônico sobre o sistema parlamentarista no Brasil, que aparece na crônica de 17 de julho de 1864:

Tenho sempre medo quando escrevo a palavra parlamento ou a palavra parlamentar. Um descuido tipográfico pode levar-me a um trocadilho involuntário. Sistema parlamentar, composto às pressas,

<sup>16</sup> A série machadiana “Ao acaso”, até o presente momento, não possui uma edição completa e anotada, como observou Gledson (2013). Há, porém, opções de download em diversos sites sobre a obra de Machado de Assis e uma, em formato *e-pub*, pela Editora L.L Library (abril de 2015). Entretanto, em todas essas edições, notamos a ausência de introdução e notas específicas para a série, bem como observamos que elas foram reproduzidas a partir do segundo volume das obras completas de Machado de Assis, da Editora Jackson (1937), por apresentarem o mesmo equívoco: a omissão da primeira crônica, de 05 de junho de 1864, e o início da série pelo segundo texto, de 12 de junho de 1864. Além de que, igualmente à editora pioneira, as versões digitais apresentam vários deslizes gráficos, em relação ao texto do jornal. Por essas razões, optamos por citar trechos de “Ao acaso” diretamente da fonte original, o *Diário do Rio de Janeiro*, respeitando a pontuação e as concordâncias do autor, e adequando a ortografia, quando necessário.

pode ficar um sistema *para lamentar*. Note-se bem que eu falo do erro de ser composto às pressas ou mal composto... pelos compositores (ASSIS, *Diário do Rio de Janeiro*, 17 jul. 1864).

Machado não perdoava o fato de que muitos discursos pronunciados na assembleia fossem alterados quando impressos, já que essa retratação (palinódia) comprometia a veracidade dos anais do Senado. No folhetim de 14 de agosto de 1864, o cronista lembra que existem sempre duas cadeiras ao representante da nação: “uma no parlamento, outra na opinião pública; e que muitas vezes o indivíduo ainda ocupa a primeira, quando já tem perdido a outra há muito tempo”.

Para Massa (2009), após essas incursões à política “torva”, da qual havia prometido distância, o cronista do *Diário* refugiar-se-ia plenamente na literatura, escrevendo os textos da “Semana literária”, no ano seguinte. Os artigos dessa série literária, escritos entre janeiro e junho de 1866, eram assinados com o nome de Machado de Assis, e expunham, segundo Massa (2009, p. 442) “um autêntico panorama da literatura brasileira moderna manual de literatura”, mostrando que a obra de arte trazia em si todos os elementos necessários ao seu entendimento, para aqueles que sabiam lê-las sem “idéias preconcebidas”. Nessa época, em que Quintino Bocaiúva dirigia o *Diário do Rio de Janeiro*, a crônica semanal foi desmembrada em colunas de artigos específicos, a saber: “Semana política”, “Semana financeira”, “Semana estatística”, “Semana comercial” e “Semana literária”, esta, a cargo de Machado. Mesmo quando a política torna-se a temática central de sua colaboração, o cronista do *Diário* não deixará de examinar o estado atual da literatura nacional, reservando a ela um espaço notável em seus “Comentários da semana”, que passamos a estudar na sequência.

### 2.2.1 A série “Comentários da Semana” (1861-1862)

*Machado acreditava no poder da imprensa como instrumento democrático, crença que modificaria ao longo dos anos, mas que nunca abandonou.*  
(GLEDSON, 2013, p. 14)

Os “Comentários da Semana” constituíram a primeira série machadiana na categoria “crônica de variedades”, gênero que se popularizou na imprensa carioca com Francisco Otaviano, no *Jornal do Commercio*, a partir de 1852. Já tendo demonstrado suas “inclinações liberais” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1971, p. 66), em publicações de outros periódicos mais efêmeros, na década de 1850, Machado de Assis estava agora encarregado de opinar a respeito dos acontecimentos culturais e, sobretudo, políticos da capital do Império da segunda metade do século XIX. Diferentemente das colaborações anteriormente produzidas para o *Diário*, esses escritos transcendiam o dia a dia e desentranhavam do acontecimento sua “porção imanente de fantasia”, o que os diferenciava da matéria meramente informativa do jornal (MOISÉS, 1982, p. 104). Nos “Comentários”, o cronista registrará, muitas vezes, com gracejo irônico, o desenrolar dos fatos semanais, recriando de forma artística os episódios do cotidiano que, longe da crônica, estariam fadados ao esquecimento, além de exprimir, de um modo crítico e argumentativo, o seu ponto de vista quanto à política do Império. Dessa forma, ele transforma o presente em “matéria narrativa aprazível” (GRANJA, 2000, p. 42) cuja literariedade propicia o exercício da crítica e a aproximação com o leitor, num diálogo constante.

A colaboração de Machado saía na seção *Comunicado*, numa coluna à direita da primeira página do jornal e, apesar de o título indicar a frequência com que apareceriam os textos, nem sempre eles foram “semanais”. Totalizando vinte crônicas, a série teve início em 12 de outubro de 1861 e terminou em 05 de maio de 1862, sendo que as quinze primeiras obedeceram a certa regularidade de veiculação, com intervalo médio de sete a dez dias; depois disso, as últimas tornaram-se praticamente mensais. Surgidos num momento de tensão política, marcado pela possibilidade de o partido liberal constituir novamente um gabinete de ministros, após longos anos longe do poder, os “Comentários” abordam com bastante ênfase essa situação. Neles, destaca-se “a pena afiada, ousada e precisa do jovem Machado, traçando linhas de um vivo interesse histórico e retórico”

(GRANJA; CANO, 2008, p. 11). Mesmo comprometidas com a linha ideológica do jornal de Saldanha Marinho, essas crônicas não deixam de reproduzir também o livre pensamento de Machado acerca dos desdobramentos políticos da época, que eram retomados sob a ótica crítica e irônica do cronista iniciante. Animada pela condução literária do texto, a versão do comentarista para os últimos eventos da corte de D. Pedro II “restará soberana sobre todos os fatos” (GRANJA, 2000, p. 141).

Até mesmo a vigência dessas crônicas esteve condicionada aos eventos políticos que se sucederam na época. Em maio de 1862, data que coincide com o fim da série, liberais e conservadores uniram-se para formar a “Liga Progressista”, que vigoraria até janeiro de 1864, o que arrefeceu a militância liberal do grupo do *Diário* ao qual Machado pertencia e, conseqüentemente, determinou o encerramento dos “Comentários”. As primeiras nove crônicas foram assinadas sob o pseudônimo Gil e as demais subscritas por “M.A.,” sem que isso significasse mudança de estilo, como afirmam Granja e Cano (2008, p. 14):

A troca do pseudônimo *Gil* para as iniciais *M.A.* não indica que houvesse qualquer pretensão a mudar também o caráter da série, como não mudaram, de fato, seu conteúdo, seu espaço ou sua função dentro do jornal. É bom que estejamos atentos, porém, para o fato de que a mudança de pseudônimo, como atitude autoral, significa, nesse caso, uma assunção mais clara da paternidade das idéias e do estilo, uma vez que as iniciais iconizam diretamente o autor ou, no mínimo, um autor que com essas letras se pudesse subscrever.

Para Massa (2009, p. 38), talvez Machado não fosse ainda um “combatente” das ideias liberais como os demais do grupo do *Diário*, mas era um aprendiz, tateando o melhor caminho para se manter na arena da imprensa jornalística da época. O estudo do biógrafo francês sobre os “Comentários” destaca-se por relacionar esses textos machadianos ao posicionamento liberal que o cronista estreante do *Diário* teria assumido naquele momento. Por outro lado, segundo a crítica contemporânea, essa visão de Massa “padece muito ao tratar isoladamente as opiniões políticas do escritor” (CAVALLINI, 2005, p. 303). Isso porque, desde as pesquisas de John Gledson, iniciadas na década de 1980, tem-se buscado analisar as crônicas de Machado, levando-se em consideração a dependência desses textos

dos jornais em que veicularam originalmente. Sobre esse aspecto, é necessário também ponderar a abertura ou a restrição que cada periódico impunha ao cronista para divulgar suas ideias. Vemos, por exemplo, que as visões progressistas de Machado sobre o teatro, a política e a sociedade, já estavam em desenvolvimento no periódico literário *O Espelho*, porém ganham mais nitidez e convicção nos “Comentários da semana”, que vinham “alinhadíssimos com as idéias políticas do *Diário*” e expressavam a “posição política combativa” do cronista estreante (GRANJA; CANO, 2008, p. 15-16).

Como é notável, a maioria dos estudos especializados sobre os “Comentários” concentra suas análises nas questões políticas que envolvem a série, destacando, sobretudo, o posicionamento liberal de Machado enquanto cronista do *Diário do Rio*. De fato, a temática política é frequente na série e aparece, sobretudo, nas crônicas escritas a partir de 16 de dezembro de 1861, quando, coincidentemente, o escritor substitui o pseudônimo Gil por “M.A”. Entretanto, a afirmação categórica de Massa (2009, p. 255) de que as novidades literárias e teatrais ocupariam “espaço reduzido” na série foi questionada pelos organizadores da coletânea homônima, Granja e Cano (2008, p.16), que a rebatem, argumentando que, em cada uma das crônicas, Machado de Assis, geralmente, reservava a “parte final” para a literatura e o teatro, mas eles sempre apareciam, fazendo com que os “Comentários” sejam reconhecidos como crônica de variedades. Todavia, nem sempre a temática literária era delegada ao encerramento do texto, como indicam os citados organizadores, a começar pela primeira crônica, de 12 de outubro de 1861, que praticamente não trata de política e menciona uma ópera francesa logo no início, após o cronista pedir às sibilas (mulheres videntes da corte) que designem a sorte dos comentários que ele iria empreender:

Não podia encabeçar melhor o meu escrito; mas o que é doloroso é o salto mortal que sou obrigado a dar do prefácio às ocorrências do dia. Escolherei a menos prosaica, e direi mesmo a mais poética; falo da companhia francesa de ópera cômica, que acaba de estreiar no teatro lírico [...] (ASSIS, 2008a, p. 54).

Depois de analisar o espetáculo lírico, o cronista emenda outros temas, passando da regata de Botafogo e das corridas de escaleres na praia aos elogios ao

artista Victor Frond e suas litografias do *Album pittoresco*, chegadas no último pacote. Finalizando a crônica, o narrador diz que propositadamente se calou, por falta de tempo e espaço, sobre a peça de Francisco Pinheiro Guimarães, *História de uma moça rica*, muito popular na época, a qual, segundo ele, não merecia apenas uma menção. Bastante criticado pela ala conservadora dos jornais da corte, o drama de Pinheiro, que tratava da “reabilitação” da mulher adúltera, foi defendido pelo comentarista na crônica seguinte. Para ele, o dramaturgo não errou ao trazer ao palco cenas que escandalizassem a “boa e rígida moral”, pois é preciso mostrar as “conseqüências do mal” para torná-lo “antipático e repugnante” (ASSIS, 2008a, p. 64-65). A política segue ausente no terceiro comentário, cujas observações estão voltadas para uma publicação do *Jornal do Commercio*, que ironizava a atitude do folhetinista Joaquim Manuel de Macedo, por ele ter deixado a “Crônica da semana”, após desavenças com os redatores. A ópera francesa, a música e o regresso de artistas nacionais ao Brasil também aparecem no texto machadiano, que se encerra com uma nota de pesar: a lembrança de um mês da morte do poeta Casimiro de Abreu, que, segundo o cronista, “morreu no verdor dos anos, tangendo a lira que se interrompeu no melhor da melodia” (ASSIS, 2008a, p. 74).

Somente depois da quarta crônica, em 01 de novembro de 1861, a política aparece nos “singelos e inocentíssimos comentários” assinados por Gil (ASSIS, 2008a, p. 63). A partir dessa data, torna-se latente na série a “resoluta oposição que Machado fazia aos atos gerais e particulares de um governo que considerava medíocre” (GRANJA; CANO, 2008, p. 32). O alvo preferido do cronista será o gabinete conservador chefiado por Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias, vigente entre março de 1861 e maio de 1862, ou seja, durante toda a série machadiana. A crônica inicia-se com uma questão retórica sobre o marasmo político:

O que há de política? É a pergunta que naturalmente ocorre a todos, e a que me fará o meu leitor, se não é ministro. O silêncio é a resposta. Não há nada, absolutamente nada. A tela da atualidade política é uma paisagem uniforme; nada a perturba, nada a modifica. Dissera-se um país onde o povo só sabe que existe politicamente quando ouve o fisco bater-lhe à porta (ASSIS, 2008a, p. 77).

Inconformado com a situação, o autor dos “Comentários”, ironicamente, afirma que a sublimidade desse ministério é ser medíocre, mas pondera que não se

deve exigir de um melro “o alcance do olhar de águia”, portanto, o país está “bem assim” (ASSIS, 2008a, p. 78). Segundo Massa (2009, p. 263), Machado acrescentou ao perfil do ministério Caxias “o imobilismo, a incapacidade, a ilegalidade, a hipocrisia, o favoritismo”, sem que essa enumeração esgotasse os seus “itens de acusação”. Na crônica seguinte, de 10 de novembro de 1861, a desonestidade do sistema imperial é ressaltada, após vagar uma cadeira no Senado, que pertenceu a João Antonio de Miranda, do Mato Grosso, que havia falecido recentemente, “levando consigo a experiência e o conhecimento do egoísmo de um partido político” (ASSIS, 2008a, p. 87). Havia muitos pretendentes para o cargo, segundo o *Jornal do Commercio*, mas o cronista do *Diário do Rio* sabe de antemão quem será o escolhido pelo “legítimo governo”, que é quem sempre escolhe os sucessores:

Tais e outros são os ovos que estão incubando, agasalhados pelas asas protetoras daquela remota e passiva província de Mato Grosso: estão sim, mas a ansiedade da surpresa não se dará no fim do termo legal da incubação; já se conhece o ovo que há de gerar, e a mim até me parece ver já o pinto no poleiro. A tal ponto chega a ciência política! (ASSIS, 2008a, p. 88).

Ao futuro senador, segundo o cronista, caberia observar um “salutar preceito”, que todos deveriam seguir quando no “posto de príncipe do império”: o de não se esfalfar em orações políticas contra os desmandos de poder, pois era melhor aproveitar as “honorarias” da posição e abrir mão das discussões, para não ir “mais depressa à sepultura, onde ninguém é senador [...]” (ASSIS, 2008a, p. 88).

A essa altura, os “Comentários” já estão mais propensos à abordagem política, ainda que os demais assuntos (“variedades”) continuem a atrair a atenção do cronista, sobretudo, o teatro, uma das temáticas mais exploradas nas crônicas iniciais de Machado de Assis. Como observou Granja (2000, p. 46), o cronista vai elaborando seus comentários explorando a literariedade do texto, o que reforça não apenas o sentido de suas palavras, mas também o interesse do escrito jornalístico. Aos poucos, Machado de Assis aclimatava-se à dinâmica do *Diário* e, possivelmente, sentia-se mais à vontade para analisar o panorama político, tendo o amparo do grupo liberal a que pertencia nesse momento, formado pelos redatores do jornal, ao qual se incluíam também, além de Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva, Henrique César Múzzio e Salvador de Mendonça (MASSA, 2009). Por

isso, não se intimidava o estreante cronista a criticar o governo e a emitir pareceres sobre a política imperial, mesmo quando ela estava de acordo com a opinião popular, como no caso da unificação italiana, assunto que abre a crônica de 25 de novembro de 1861:

A opinião havia acolhido com entusiasmo a unificação da Itália; o governo acaba de reconhecer *com prazer* e sem delongas acintosas o novo reino italiano. Não é caso de milagre, mas também não é comum.

Afez-se o país por tal modo a ver no governo o seu primeiro contraditor, que não pode reprimir uma exclamação quando viu o pressuroso concluir o ato diplomático a que aludo. E por que não havia de fazê-lo? Perguntará o otimista. Eu sei! por descuido, por cortesia, por qualquer outro motivo, mas a regra é invariável: o governo sempre contrariou a opinião (ASSIS, 2008a, p. 105).

Em 01 de dezembro de 1861, o cronista volta a mencionar a monotonia política do gabinete de Caxias e espera que a Exposição Nacional, a inaugurar-se no dia seguinte em Londres e da qual o Brasil participaria, servisse para trazer um pouco de alegria à história desse ministério, onde nada acontecia. Empolgava-o a ideia de o país exibir no exterior seus produtos agrícolas, industriais e artísticos, ato que deveria também ocorrer em solo nacional, com exposições provinciais ao ano:

Mercê de Deus, não é capacidade que nos falta; talvez alguma indolência e certamente a mania de preferir o estrangeiro, eis o que até hoje tem servido de obstáculo ao desenvolvimento do nosso gênio industrial. E, pode-se dizê-lo, não é uma simples falta, é um pecado, ter um país tão opulento e desperdiçar os dons que ele nos oferece, sem nos prepararmos para essa existência pacífica de trabalho que o futuro prepara às nações (ASSIS, 2008a, p. 114).

A verve crítica e progressista do cronista do *Diário*, já visível nas séries do *Espelho*, nas quais sobressaía a defesa pela renovação do teatro brasileiro, segue evidente nos “Comentários da semana”, em que ele também manifesta sua preocupação com os rumos da arte dramática no país. Na mesma crônica, de 01 de dezembro, depois de traçar uma “linha de pontinhos” e avisar que passará a “assuntos de outro gênero”, para os quais não encontrou transição melhor (ASSIS, 2008a, p. 115), o cronista analisa os últimos espetáculos teatrais e líricos dados na

corde. Na sequência, cita algumas providências do governo em relação ao teatro e, finalmente, emite um parecer sobre as iniciativas necessárias a sua continuidade:

Estou no capítulo dos teatros; cabe mencionar aqui a nomeação de uma comissão que o governo acaba de fazer para examinar o contrato com o teatro subvencionado, e dar a sua opinião sobre a celebração de um que encaminhe o teatro a melhoramentos reais. [...].

O teatro é uma coisa séria, carece de muito trabalho e de muita constância. Em uma terra onde tudo está por fazer, não seria o teatro, cópia continuada da sociedade, que estaria mais adiantado. A este respeito não nos iludamos, é preciso trabalhar ainda muito, e trabalhar inteligente e conscienciosamente (ASSIS, 2008a, p. 116).

O último comentário assinado sob o pseudônimo Gil, de 11 dezembro de 1861, também aborda o teatro e louva a atitude da Sociedade Dramática Nacional, que havia se reunido para “dar animação à literatura dramática, corrigir os talentos e as plateias” (ASSIS, 2008a, p. 122). Essa crônica, entretanto, é marcada por duas notícias tristes que enterneceram o cronista: a morte de dois membros da monarquia portuguesa e o naufrágio do navio *Hermes*, na costa fluminense, que vitimou, entre outros passageiros, o autor de *Memórias de um sargento de milícias*, Manuel Antonio de Almeida, sobre quem Machado escreveu: “Pertencia a essa mocidade ardente e cheia de fé, que põe olhos de esperança no futuro, e aspira contribuir com o seu valioso contingente para o engrandecimento da pátria (ASSIS, 2008a, p. 120).

Nas próximas dez crônicas da série, agora assinadas por “M.A”, intensificam-se as censuras à política do Segundo Reinado, com suas leis questionáveis, como o decreto “abusivo” e “ridículo” (ASSIS, 2008a, p. 128) que regulamenta a concessão de condecorações, um dos atos mais nulos do monarca na visão do cronista. Por essa época, o estilo machadiano já se mostra mais sutil, e irá refinando-se, gradualmente, até atingir as obras da maturidade nos anos 1880, como observou Mendonça (1991, p. xxv), para quem o texto de Machado no *Diário* é “medidamente substantivo”, mostrando que o escritor havia aprendido a conciliar “a oportunidade com o ouvido político”. A propósito, nessa fase dos “Comentários”, o cronista passa a opinar nas ações do governo, sobretudo, no que se refere, novamente, ao teatro. Segundo ele, a instituição deveria atrair todos os esforços da Coroa para a organização de uma escola normal, que permitisse aos alunos aprender não apenas

a técnica dos palcos, mas também línguas e arte em geral, tudo com a garantia do imperador e sem sujeição à concorrência ou à lei do mercado:

Uma legislação emanada da autoridade, a reunião dos melhores artistas, a escolha dos mestres de ensino, a criação de escolas elementares, onde se aprenda arte e língua, duas coisas muitas vezes ausentes de nossas cenas, a boa remuneração ao trabalho dos compositores, um júri de julgamento de peças, em boas bases, ficando extinto o conservatório, tudo isto sem cuidar-se da flutuação das receitas, tais são os fundamentos, não de um teatro-escola, mas do teatro, na sua acepção mais abstrata (ASSIS, 2008a, p. 129-130).

Somente assim, comenta o cronista, haveria estímulo para as gerações futuras, que veriam na arte algo real, possível de concretizar-se, a partir da subvenção governamental, que aniquilaria a “doutrina liberal de concorrência”, cujo objetivo é transformar o teatro em “indústria” (ASSIS, 2008a, p. 130). Portanto, segundo o autor dos “Comentários”, os políticos têm muito a fazer pela arte e pelo povo, em vez de despender tempo com decretos inúteis, como a lei das condecorações. Na última crônica de 1861, publicada em 29 de dezembro, o cronista menciona outro decreto equivocado do governo, que concedia créditos suplementares ao ministério da fazenda, sem analisar primeiramente as necessidades e as consequências de tal medida. Outro deslize do ministério, segundo ele, era o envio do Sr. Conselheiro Penna, homem de “minúcias e observações limitadas”, ao Mato Grosso, onde estrearía em missão diplomática, graças à “fada política” que o protegia (ASSIS, 2008a, p. 142). Empenhado na “moralização da vida política”, o cronista do *Diário do Rio* atingia diretamente os membros de diversos partidos, num tom “agressivo e provocador”, que se intensificará nas crônicas das décadas de 1870 e 1880 (MASSA, 2009, p. 402).

A partir da 15ª crônica, de 26 de janeiro de 1862, até o fim da série, em 05 de maio do mesmo ano, a coluna de Machado de Assis torna-se praticamente mensal. Justificando suas espaçadas aparições, o literato carioca diz que eles deveriam ser da quinzena e não da semana, já que era a primeira vez que omitia sua opinião sobre as ocorrências dos últimos dias, por motivos pessoais: “Razões que não podem ser devassadas, e que me tocam particularmente, ocasionaram esta falta de dever” (ASSIS, 2008a, p. 161). Esses motivos, provavelmente, já se apresentavam

na crônica anterior, de 14 de janeiro, em que ele deixa entrever certo desânimo, que vai além da escassez de assunto: “(...) acho-me sinceramente vexado quando apareço de alforje vazio, e *mais vazia a alma*, de com que entreter os ócios do leitor” (ASSIS, 2008a, p. 155, sem grifos no original).

Um indício de que o fim dos “Comentários” aproximava-se era a iminência da união partidária entre liberais e conservadores, mencionada anteriormente que, de certa forma, esvaziaria, por ora, o sentido da militância agressiva do cronista do *Diário*. Mas isso não significava, a nosso ver, que Machado desistiria de atacar os desmandos do ministro, como interpretou Massa (2009, p. 267): “Machado de Assis não era mais Robespierre, mas um pobre Dom Quixote, combatendo pelo ideal [...]”. Para formular sua hipótese, Massa leva em consideração um dos temas do sumário da crônica de 22 de fevereiro de 1862: “Desgosto pela política” (ASSIS, 2008a, p. 173), que exprime momentaneamente a reação machadiana aos acontecimentos. Nesse dia, o cronista opta por dedicar sua coluna à língua e à literatura, ocupando-se de um compêndio de gramática, de algumas peças poéticas e da publicação do drama *Mãe*, de Alencar, “um dos que melhor reúnem os requisitos necessários a um autor dramático” (ASSIS, 2008a, p. 177). Ao encerrar o texto, ele deseja que outras obras surjam para distrair os cidadãos, entediados com o lamentável cenário político:

Hoje é necessário que alguma coisa assim satisfaça e entretenha o espírito público, desgostoso e enjoado com as misérias políticas de que nos dão espetáculo os homens que a aura da fortuna ou o mau gênio das nações, colocou na direção, patente ou clandestina, das coisas do país.

Causa tédio ver como se caluniam os caracteres, como se deturpam as opiniões, como se invertem as ideias, a favor de interesses transitórios e materiais, e da exclusão de toda a opinião que não comunga com a dominante (ASSIS, 2008a, p. 178).

Para Massa (2009, p. 261-262), é a partir dessa crônica, de 22 de fevereiro, que Machado deixa de exibir no sumário “temas habilmente associados”, reduzindo-o a uma “lista de títulos”. O biógrafo acredita que, por essa época, o plano dos “Comentários” alterou-se e Machado tenha sido “proibido” de falar de política, confinando-se nas letras. Isso porque abria-se para o partido liberal a chance de participar do governo e, na visão do crítico, os redatores da folha precisariam se

mostrar menos exaltados, sobretudo, o cronista principal. Massa lembra ainda que, nessa série, Machado não dirigia suas críticas apenas ao ministério Caxias, mas atingia também os “princípios morais da política”, e era nesse ponto que “o sapato apertava”. Entretanto, a proibição mencionada pelo estudioso francês não nos parece acertada, uma vez que Machado voltará a endereçar suas críticas ao governo Caxias, como veremos. Frente ao panorama desfavorável, a comemoração do carnaval parecia despropositada ao cronista, que compara a festa ao cenário político vigente: ambos vulgares e plenos de máscaras inibidoras da realidade. Em 02 de março de 1862, aproveitando-se do tema, ele emite um parecer irônico sobre a política e convoca o leitor a ficar em casa, ocupando-se com algo mais valioso:

E com isto deixo o leitor, que arderá por ir tomar parte na folgança destes três dias, a não ser que, como eu, olhe para estas coisas de mascarados como uma distração muito vulgar. Em verdade, será preciso esperar o carnaval para ver mascarados? [...] O carnaval nesta terra é constante, e é a política que nos oferece o espetáculo de um contínuo disfarce [...]

Se pensas como eu, ó sério leitor, limita-te a ver passar os que se divertem, e vai depois entreter o resto da noite com a leitura do livro que imortalizou Erasmo (ASSIS, 2008a, p. 184).

Na crônica seguinte, de 24 de março, ressurgem dominante a temática política, com o anúncio, para o dia seguinte, da inauguração da famigerada estátua de D. Pedro I, na Praça do Rocio, data que coincidia com o aniversário da primeira constituição brasileira. Para Magalhães Júnior (1971, p. 11), toda essa crônica é uma “glosa ferina ao acontecimento” e mostra que o comentário político de Machado não havia sido censurado pelos redatores do *Diário do Rio de Janeiro*, como sugeriu Massa (2009) que, por outro lado, admite que os novos “golpes desferidos” pelo cronista nos “Comentários”, eram bastante “duros” e “dolorosos” naquele momento:

Machado de Assis cativou os gozadores descobrindo a incoerência, a incoerência, a asneira dos membros do governo. O pugilista atacava nos pontos sensíveis e obrigava o Ministério a se defender, a responder. [...] Machado de Assis não era tido como um pequeno jornalista bilioso e desprezível. A imprensa era livre, mas revelava certa coragem ao se colocar tão vivamente contra a política do gabinete (MASSA, 2009, p. 264-265).

O “jovem brigão” (MASSA, 2009, p. 265), assim como os demais exaltados do partido liberal, negava-se a reconhecer no primeiro imperador o herói da Independência brasileira, portanto, questionava, em sua crônica, a elevação de um monumento em homenagem ao monarca que os próprios liberais obrigaram abdicar no passado. Segundo o cronista e os demais opositores do gabinete, o verdadeiro libertador na nação e merecedor das honrarias daquele dia era o alferes mineiro, cuja alcunha veio, em 1890, a nomear o antigo Rocio, hoje, Praça Tiradentes. Para Cavallini (2005, p. 326), o que realmente importava naquela disputa entre liberais e conservadores não era a “verdade histórica”, mas “a desqualificação do grupo rival pela estigmatização de seus símbolos”. Não apenas o significado do evento decepcionava o comentarista do *Diário do Rio de Janeiro* como também os boatos da imprensa antagônica, que anunciava para aquele dia um levante popular incentivado pelos liberais; uma mentira com que o “ministério estéril, tacanho, ramerraneiro” buscava confiança dos regentes imperiais (ASSIS, 2008a, p. 189). Frente aos acontecimentos, o cronista prefere omitir seu parecer sobre as comemorações de 25 de março, concentrando-se apenas nas “demências políticas” dos conservadores, cujo fruto principal era a “prevenção de revoltas imaginárias”:

Nada direi do aniversário que festejamos, mesmo por não entrar na apreciação dos atos pecaminosos que há desvirtuado o nosso código político. Não me autorizarei mesmo de uma circunstância que alguém notou, a de estar a figura do primeiro imperador, que hoje se há de descobrir, com a constituição estendida para o lado do teatro, querendo daí concluir o malévolo que o pacto fundamental é uma comédia.

Tampouco me ocuparei com a estátua que se vai inaugurar. Fora preciso recorrer aos fatos da história e cotejar atos e apreciações, talvez em detrimento da opinião aceita, e por mal das contrições públicas e solenes, que o sol da manhã vai presenciar (ASSIS, 2008a, p. 187).

Até mesmo a movimentação literária daquele momento era uma das mais “insignificantes”, com poucos livros publicados e menos ainda sendo lidos, como registra o cronista: “Aprecia-se muito a leitura superficial e palhenta, do mal travado e bem acidentado romance, mas não passa daí o pecúlio literário do povo” (ASSIS, 2008a, p. 189). Na contramão do marasmo literário, o anúncio de duas publicações parece renovar as esperanças do cronista: a *Biblioteca Brasileira*, revista mensal de

literatura, dirigida por Quintino Bocaiúva, e *O Futuro*, periódico literário quinzenal onde Machado escreverá uma série de crônicas, entre 1862 e 1863, a convite do editor Faustino Xavier de Novais, que viria a ser o cunhado do escritor.

O cronista do *Diário* descumpria o programa por ele mesmo expresso, ao ocupar praticamente todo o penúltimo comentário, saído em 01º de abril de 1862, com a inauguração da estátua equestre de D. Pedro I, sendo que na crônica anterior, de 24 de março, como vimos, afirmava que nada diria a respeito do evento. Os festejos, que incluíam a comemoração dos trinta e oito anos da primeira constituição, tiveram que ser adiados para 30 de março, devido à chuva do dia 25. Descontente com a “imprensa oficial” (o *Jornal do Commercio*), que caluniava qualquer tentativa de discussão sobre a legitimidade da escultura, o comentarista da semana lembra que semelhante episódio comprometia a veracidade histórica daquele ato: “O historiador do futuro que quiser tirar dos debates da imprensa os elementos do seu estudo da história do império, há de vacilar sobre a expressão da memória que hoje domina a praça do Rocio” (ASSIS, 2008a, p. 197). Como observou Pereira (2017, p. 96), “Machado não se pôde furtar ao prazer de meter a ridículo a cerimônia” e, por isso, entre “galas e louçanias desusadas”, ruas “ornadas de bandeiras” e “juncadas de folhas odoríferas” (ASSIS, 2008a, p. 198), o que mais chamou a atenção do cronista foi a presença do adjetivo nos artigos dos jornais:

Não ria, leitor, o adjetivo é uma grande força e um grande elemento! E ninguém melhor que os publicistas do *Jornal do Commercio* compreende o valor que ele tem, e nem o emprega melhor. Foi o adjetivo quem fez as despesas das arengas escritas anteriormente em defesa da estátua. Na apoteose, o adjetivo serviu de óleo cheiroso com que se incensou todas as virtudes duvidosas. Na censura, o adjetivo foi, por assim dizer, o suco venenoso com que aqueles bugres ungiram a ponta das suas flechas (ASSIS, 2008a, p. 198).

O conselho para que o leitor não ria reforça a ironia pretendida pelo cronista, por apresentar o sentido mais tradicional desse recurso: dizer o contrário do que se pretende de verdade (GRANJA, 2000). Segundo o cronista, desconhecer o adjetivo é o mesmo que “desconhecer a luz”, risco que não acometia os jornalistas da “folha oficial”, que empregavam o elemento gramatical, “com jeito e a tempo”, em seus artigos ministeriais, conforme exemplifica o autor dos “Comentários”: “Veja o leitor

como esta palavra – *imortal* – veio sempre em auxílio de um substantivo desamparado de importância intrínseca”, ou seja, quando, por muito usado, não pudesse mais aparecer era substituído por “um *ínclito*”, “um *magnânimo*” ou um “substancial *augusto*” (ASSIS, 2008a, p. 198). Sob pompas e elogios, a festa do antigo Rocio transcorreu sem perturbações, como propagavam os jornais da oposição, terminando com um jantar para os bajuladores do governo imperial.

A última crônica da série, de 05 de maio de 1862, é iniciada com a expressão “Era um dia...”, logo interrompida pelo autor, que alega não ir bem com esse exórdio que o faz lembrar a infância, quando ele não escrevia comentários nem era lido por ninguém: “O que eu queria dizer, e que tão mal encabecei, era que havia há tempos uma revista semanal que eu publicava mais ou menos regularmente, comentando inocentemente as ocorrências notáveis de cada semana” (ASSIS, 2008a, p. 203). O cronista refere-se ao seu afastamento da coluna do *Diário do Rio de Janeiro*, a partir de 1862, quando as crônicas tornaram-se mais espaçadas, por motivos que não pertencem ao “domínio público”. Na sequência, ele promete retomá-las com mais regularidade, pois não será por falta de matéria que deixará de comunicar aos leitores suas opiniões sobre a semana, um voto, todavia, que não pôde ser cumprido visto o encerramento da série. Mesmo breve, a crônica final dos “Comentários” insiste na crítica ao gabinete Caxias, destacando a abertura das câmaras, cujos órgãos iriam questionar o governo o que se tem feito na ausência dos membros do corpo legislativo e o que se resolveu. A crise havia chegado ao ministério Caxias e a situação era “confusa, marasmática, sem cor, nem alcance”, cabendo às câmaras

[...] provar que o gabinete por inepto não pode continuar na gerência do país, e que não é para fazer um regulamento de condecorações e outras ridicularidades que se põe sete homens à testa da governança de um império. [...]

Se o exame do corpo legislativo não for profundo e patriótico, renunciemos à esperança de termos um país e um governo, porque com ministérios tais, não há país que prospere, nem situação que resista (ASSIS, 2008a, p. 204).

Para o cronista, a política era sempre um campo “vasto e farto”, onde se podia “ceifar à larga”, na falta de outro assunto com que preencher os comentários semanais. A propósito, desmotivado para enredar qualquer outro tema, ele encerra o último comentário transcrevendo parte de uma carta recebida do poeta Bethencourt

da Silva, com estrofes saudosas, de que quem foi feliz na vida e hoje só espera pelo fim de tudo. Não é possível afirmar que Machado de Assis conhecia o destino da série do *Diário* àquela altura, mas, coincidência ou não, um trecho da carta, citada na crônica, vinha ao encontro das desilusões do cronista militante naquele momento: “É triste este viver assim, quando ainda em meia vida, o espírito cansado se volve ao passado procurando embeber-se dele, porque o futuro está morto, ou pelo menos despido de todas as ilusões da juventude!” (ASSIS, 2008a, p. 205).

Na visão de Massa (2009), esse desencanto do autor dos “Comentários” teria levado Machado de Assis a afastar-se gradativamente da política, tese que vem sendo questionada pelos estudos mais recentes, cuja base são as pesquisas de Gledson (2003, 2006), iniciadas nos anos 1980 e retomadas em novas edições em décadas seguintes. Para o crítico inglês, é preciso atentar-se às entrelinhas do discurso machadiano, reveladoras do potencial irônico e alegórico do texto, o que rechaçaria afirmações definitivas sobre o engajamento ou não do escritor em questões políticas. Parte da análise de Massa sobre os “Comentários da semana” também encontra resistência em Cavallini (2005), para quem o biógrafo francês, apesar de acertadamente relacionar as ideias do jovem cronista ao discurso liberal da época, equivoca-se ao abordar isoladamente as opiniões políticas do escritor carioca, ignorando os debates da imprensa naquele momento. Seja como for, o fim da série não esgotou o interesse de Machado de Assis pela política, tema central das crônicas que ele produziria para a *Gazeta de Notícias*, a partir de 1880, nas quais refletirá a experimentação literária pujante vivida no *Diário do Rio de Janeiro*.

Quatro meses após encerrar os “Comentários da Semana” e antes de iniciar outra série de variedades no *Diário do Rio*, Machado de Assis participou do espaço “Crônica”, no periódico literário luso-brasileiro *O Futuro*, escrevendo, entre setembro de 1862 e julho de 1863, dezesseis dos vinte textos da seção. Diferentemente dos “Comentários”, quando a linha combativa do jornal e o apoio do grupo de redatores liberais favoreciam a abordagem política, no *Futuro*, editado por Faustino Xavier de Novais, Machado precisava conter sua verve militante para não se afastar do propósito do periódico, que era comentar as obras literárias nacionais, sobretudo, aquelas que apareciam na revista de Quintino Bocaiúva, a *Biblioteca Brasileira*. Na acepção de Massa (2009, p. 303), a colaboração de Machado no *Futuro* servia para

a “lenta cicatrização” da ferida causada pelo fim dos “Comentários”: a decepção, segundo o biógrafo, o atingia, mas ele aprendia também com a experiência. A observação do biógrafo francês relaciona-se aos dizeres da crônica machadiana de estreia, publicada em 15 de setembro de 1862. Nela, Machado explica que retirou do “fundo da gaveta” a sua “pena de cronista”, que lá jazia “com um ar triste”. Antes, porém, de começar, ele a adverte para não se envolver mais em polêmicas de nenhuma espécie, uma referência direta aos “Comentários da Semana”:

Não te envolvas em polêmicas de nenhum gênero, nem políticas, nem literárias, nem quaisquer outras; de outro modo verás que passas de honrada a desonesta, de modesta a pretenciosa, e em abrir e fechar os olhos perdes o que tinhas e o que te fiz ganhar. O pugilato das ideias é muito pior que o das ruas; tu és franzina, retraí-te na luta e fecha-te no círculo dos teus deveres, quando couber a tua vez de escrever crônica. Sê entusiasta para o gênio, cordial para o talento, desdenhosa para a nulidade, justiceira sempre, tudo isso com aquelas meias-tintas tão necessárias aos melhores efeitos da pintura. Comenta os fatos com reserva, louva ou censura, como te ditar a consciência, sem cair na exageração dos extremos. E assim viverás honrada e feliz (ASSIS, 2014, p. 37-38).

Contrariando essa perspectiva e também a afirmação de Massa (2009, p. 304) de que Machado, no *Futuro*, se despedia do “entusiasmo” e do “ardor” de outrora, a pena franzina do cronista adentrou novamente, em *O Futuro*, o terreno da crítica, defendendo o teatro e cobrando investimentos dos governantes; envolvendo-se em questões administrativas do Império, como a invasão de navios peruanos à costa amazônica; denunciando as “empoeiradas usanças” do clero brasileiro; ou ainda ironizando a dissolução da Câmara, em 12 de maio de 1863, o que colocava um fim na Liga Progressista, iniciada um ano antes. Todavia, Massa (2009, p. 305) não reconhece nesses episódios a verve crítica e irônica machadiana que estava apenas adormecida pela situação, e insiste em sua tese de um Machado comedido e cauteloso, após os “Comentários”. Para ele, Machado descrevia agora, com “muitos circunlóquios e precauções oratórias”, situações que poderiam fornecer um texto divertido, como a suposta descoberta e exumação dos restos mortais do português Estácio de Sá, narrada na crônica de 30 de novembro de 1862. Mais uma vez, é possível discordar do crítico, pois, na abordagem machadiana sobre o assunto mencionado, é nítida a presença da ironia do cronista, que desaprova as

pompas e circunstâncias do evento do Castelo, frequentado pelo Imperador e seu séquito, além de lançar a dúvida no leitor de que os ossos encontrados no antigo morro fossem realmente do fundador do Rio de Janeiro:

Creio que são autênticos, e na verdade é isso que devemos crer todos, porque não podemos crer noutra coisa. Compensa isso à fadiga dos que lá foram ao Castelo assistir ao ato. Eu não fui e creio que fiz mal. [...] se é verdade isto, sejam ou não aqueles ossos autênticos, uma vez que a intenção é boa, Estácio ficará agradecido e aceitará lá de cima a fé, a intenção, *se não puder aceitar os ossos* (ASSIS, 2014, p. 51, sem grifos no original).

Ainda sobre a política, o agora experiente cronista do *Futuro* estava ciente de que não poderia, pelas características da revista, estender-se muito nessa temática melindrosa, fato lamentado na crônica de 15 de maio de 1863: “Se me fosse dado a escrever uma crônica política, esta seria de todas as minhas crônicas a mais farta e mais interessante” (ASSIS, 2014, p. 137). Não parece, portanto, que ele fizesse uma “autocrítica pelos excessos” (MASSA, 2009, p. 304) do passado, antes, esperava retornar ao “pugilato das ideias”, lugar privilegiado da crônica machadiana.

### 2.2.2 Novos rumos da crônica machadiana após o *Diário*

*Há casos em que a indignação silenciosa é o mais eloqüente comentário.*  
(ASSIS, 2008b, p. 124)

Encerradas as colaborações no *Diário do Rio de Janeiro*, em maio de 1865, com o término da série de crônicas “Ao acaso”, Machado de Assis permaneceria ainda no jornal até abril de 1867. Por essa época, o escritor foi nomeado para ajudante do diretor do *Diário Oficial*, pelo Conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, senador do Império e chefe de ministérios liberais (MAGALHÃES JÚNIOR, 1971). Abria-se para Machado a oportunidade de ingressar na carreira burocrata, na qual ocuparia, gradualmente, após 1873, os cargos de primeiro oficial, chefe de seção e oficial de gabinete no Ministério da Agricultura.

Em julho de 1868, os liberais seriam aliçados do gabinete ministerial, após os insucessos da Guerra do Paraguai e uma manobra política do Imperador, que

proporcionaria a volta dos conservadores ao poder, na figura do Visconde de Itaboraí. Essa intervenção levou muitos liberais à dissidência e os mais exaltados a um “republicanismo declarado” (MAGALHÃES JÚNIOR, 1971, p. 71 e 72), que não foi seguido por Machado de Assis. Segundo Magalhães Júnior, esses eventos abalaram a crença do escritor no sistema representativo e intensificaram sua crítica ao método eleitoral brasileiro, que será latente nas próximas séries de crônicas do escritor, sobretudo, as da *Gazeta de Notícias*, no pós 1880. Machado continuava liberal, mas estava descrente daquela organização política falha, cujas frequentes subidas e descidas de gabinetes evidenciavam a “eloqüência tribunícia vazia” dos parlamentares (MAGALHÃES JÚNIOR, 1971, p. 84). Antes do “golpe” do Imperador, o cronista do *Diário*, sob o pseudônimo de Job, havia registrado em uma das “Cartas fluminenses” sua aversão à República e seu respeito ao monarca D. Pedro II:

Quanto às minhas opiniões políticas, tenho duas, uma impossível, outra realizada. A impossível é a república de Platão. A realizada é o sistema representativo. É sobretudo como brasileiro que me agrada esta última opinião, e eu peço aos deuses (também creio nos deuses) que afastem do Brasil o sistema republicano porque esse dia seria o do nascimento da mais insolente aristocracia que o sol jamais alumiou... Não frequento o paço, mas gosto do imperador. Tem as duas qualidades essenciais ao chefe de uma nação: é esclarecido e honesto. Ama o seu país, e acha que ele merece todos os sacrifícios (ASSIS, *Diário do Rio*, 04 de mar. 1867).

Com a entrada de Machado para o funcionalismo público do Império e subsequente ascensão do gabinete conservador do Visconde de Itaboraí, em julho de 1868, as convicções liberais do ex-cronista militante precisariam ser neutralizadas. Segundo Magalhães Júnior (1971, p. 73), havia para ele dois caminhos a trilhar: “ou a abstenção por principio ou o aplauso incondicional a todos os ministérios. Preferiu a abstenção, tornando-se um ausente na luta áspera entre conservadores e liberais”. No entendimento de Pereira (2017, p. 99 e 100), após entrar para órgãos oficiais do governo monárquico, Machado de Assis passaria por uma “transformação”, para se enquadrar no “elemento governista”: o ponto de vista de “livre-pensador” seria, portanto, substituído por uma “prudência burocrática”.

Entretanto, isso não significa que o ex-cronista do *Diário* tenha se ausentado dos jornais, após encerrar o folhetim “Ao acaso”, em 1865. Antes de ingressar na

revista *Ilustração Brasileira*, em 1876, com suas “Histórias de quinze dias”, Machado colaborou na *Semana Ilustrada*, publicação dirigida pelo desenhista alemão Henrique Fleiuss, que circulou no Rio, entre 1860 e 1875. Por longas décadas, a autoria machadiana para uma das séries desse periódico, as “Badaladas”, foi considerada incerta, sobretudo, porque as crônicas eram assinadas por um pseudônimo coletivo, o “Dr. Semana”, símbolo da revista e também seu personagem. No ensaio “Crônicas que não são de Machado...”, que integra a obra *Machado de Assis desconhecido* (1971), Magalhães Júnior questiona a seleção de textos atribuídos a Machado de Assis pela Editora Jackson, que aparece no primeiro volume de crônicas, lançado em 1970, sob o título de “Crônicas do Dr. Semana”. Segundo o crítico, essas crônicas “nem de longe” possuem as características de estilo do criador de Brás Cubas, tampouco “sua graça, leveza e finura de espírito”, além de indicarem uma possível autoria lusitana (MAGALHÃES JUNIOR, 1971, p. 175). Outro estudioso da obra machadiana, Massa, naquela mesma época, comentava em seu ensaio de biografia intelectual<sup>17</sup> a dificuldade de determinar quais textos das “Badaladas” eram efetivamente de Machado, pois o Dr. Semana “passou de pena em pena” (MASSA 2009, p. 529). Em 2019, as “Badaladas”, até então inéditas em livro, integraram definitivamente a cronística de Machado de Assis, com a publicação da coletânea homônima, organizada pela professora Maria Sílvia Azevedo.<sup>18</sup> Segundo a pesquisadora, o estabelecimento do texto e sua atribuição a Machado decorre da “leitura sequencial das crônicas, a partir da qual foram identificados traços recorrentes em relação a temas, referências históricas, culturais e literárias, citações, recursos estilísticos”.<sup>19</sup>

Antes das séries da *Gazeta de Notícias*, veiculadas após 1880 e nas quais é retomada, de forma mais elaborada e plena de estratégias linguísticas, a crítica militante dos “Comentários da semana”, Machado escreveu, sob o pseudônimo de Manassés, a série “História de quinze dias” (1878) para a revista *Ilustração Brasileira*. As três últimas crônicas da seção, de um total de quarenta, saíram com o título de “História de trinta dias”, devido à regularidade da publicação que passou a ser mensal em seus últimos números. Por essa época, Machado começava a intervir

---

<sup>17</sup> MASSA, *A juventude de Machado de Assis*, 2009.

<sup>18</sup> São Paulo: Nankin Editorial, 2019, 1.628 pp.

<sup>19</sup> Disponível em <https://jornal.usp.br/artigos/novas-badaladas-de-machado/> Acesso em: 03 out 2020.

nos discursos sobre a escravidão, por meio de Manassés, pseudônimo com o qual assinava a crônica da *Ilustração*. Supostamente apegado à tradição, o narrador da série expunha as bases estruturais da sociedade a que pertencia, sem enfrentá-la:

Seja por temperamento ou pela cautela de funcionário público, que experimentava em sua trajetória as agruras e possibilidades que eram próprias dos dependentes, [Machado] evitava assim confrontar diretamente tal lógica – ainda que tentasse levar seus leitores a perceber seus exageros. Naquele momento, a vitalidade dessa ideologia ainda não permitia que Machado concebesse um narrador mais articulado como Policarpo [de “Bons dias!”], cujas opiniões explicitariam em tons mais fortes o cinismo envolvido nas relações de domínio que estruturavam aquela sociedade (PEREIRA, 2009b, p. 45-46).

A colaboração machadiana no gênero, na década de 1870, encerra-se com a série folhetinesca “Notas semanais”, composta de quatorze textos firmados sob o pseudônimo Eleazar e publicados no rodapé da primeira página do jornal *O Cruzeiro*, entre junho e setembro de 1878. A série, que tratava, sobretudo, de acontecimentos políticos, representava a volta de Machado de Assis à crônica semanal em uma folha diária, o que, depois de 1878, só voltaria a acontecer em 1883, com a sua participação na série coletiva “Balas de estalo”, da *Gazeta de Notícias*.

Em todas essas séries posteriores à experiência de Machado de Assis no *Diário do Rio de Janeiro*, evidencia-se a importância da folha liberal na formação do cronista que saiu do “amadorismo das revistas literárias” para enfrentar o “grande público” de um jornal importante (PEREIRA, 2017, p. 95). É inegável, portanto, o “valor literário” desses escritos da juventude militante de Machado de Assis que, segundo Pereira (2017, p. 98), “não teve aquele medo de opinar, aquela prudência que todos tomam por um de seus traços característicos”, com base apenas na produção do pós 1880. Massa (2009, p. 243) radicaliza essa opinião, ao dizer que Machado “passou claramente para a oposição” quando entrou para o *Diário*, ou seja, tornou-se liberal, para, anos depois, converter-se em “fiel e zeloso funcionário do Império, muito apegado ao regime e à família imperial”. Para o crítico francês, o cronista aguerrido de outrora não deixou de se interessar pela política, mas “se revelou menos ativamente empenhado nos vários debates” que se sucederam na

época. Por sua vez, Magalhães Júnior (1971, p. 5 e 6) questiona os “julgamentos apressados” e as “idéias errôneas” que muitos estudiosos fizeram da obra machadiana, valorizando, geralmente, as produções da maturidade e dispensando os escritos iniciais, por encontrarem neles um equivocado absentismo do autor dos “Comentários” em relação aos acontecimentos políticos de cada momento.

Frente às opiniões da crítica, vale destacar a posição iluminadora de Magalhães Júnior (1971), por ele defender a tese de que Machado de Assis, ainda que ausente do comentário político, após a queda forjada dos liberais, no final da década de 1860, não abandonou a temática definitivamente em suas crônicas. As “brasas” restantes do “fogo morto” daquele tempo manteriam acesa a preocupação do escritor com os sucessos políticos do Império (MAGALHÃES JÚNIOR, 1971, p. 74). Assim, anos mais tarde, sua ficção exibiria personagens como Brás Cubas e Rubião, desprovidos de vocação ou interesse na vida pública e metidos inescrupulosamente na política. Também a cronística de Machado beneficiou-se do suposto “desencanto” (MASSA, 2009) do homem com a política, pois, na década 1880, surgirão as melhores séries de crônicas, na *Gazeta de Notícias*, entre elas, “Bons Dias!”, verdadeiro ápice da ironia machadiana no gênero.

## **2.3 MACHADO DE ASSIS NA GAZETA DE NOTÍCIAS**

### **2.3.1 ENTRE ANONIMATO E PSEUDÔNIMOS**

*As outras folhas – não tinham o domínio da notícia e do anúncio, da publicação solicitada, da parte comercial e oficial; demais serviam a partidos políticos.*  
(ASSIS, 1996, p. 278)

Depois de quase cinco anos sem publicar crônica, Machado de Assis iniciou, em 1883, sua colaboração numa série coletiva da *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, jornal em que encerraria sua trajetória no “gênero menor” (CANDIDO, 1992). Nessa nova etapa, já reconhecido no universo das letras, como o autor de romances e contos geniais, Machado adota procedimentos estéticos e discursivos arrojados para sua cronística, tornando o texto mais oblíquo, sugestivo e, sobretudo, irônico. Se, no tempo dos “Comentários da semana”, sob o impacto das ideias

liberais do grupo do *Diário do Rio de Janeiro*, o jovem Machado expunha diretamente seu ponto de vista a respeito da política imperial, agora, o experiente cronista estava ciente de que era preciso “intervir sem confrontar” (RAMOS, 2016 p. 48). Constituído chefe de seção da Secretaria da Agricultura, por decreto assinado pela Princesa Isabel, em 1876, Machado já entrava na *Gazeta* com a carreira no funcionalismo público garantida e sob a tutela dos monarcas. Era preciso, portanto, moderar o discurso militante de outrora e lançar mão de algumas estratégias para expressar-se com segurança em meio ao caos político que levaria à queda da monarquia. Gledson (2013, p. 19) observa que, nessa fase, pós 1880, os diferentes gêneros passaram a ocupar um lugar mais ou menos fixo nas “prioridades criativas” do escritor, que deixava de utilizar a crônica como “meio de expressão ou especulação estética”, conforme havia feito anteriormente. Nesse sentido, a crônica desse período era o espaço ideal para o consagrado autor das *Memórias* expor obliquamente seu aguçado ponto de vista dos acontecimentos políticos que movimentavam a capital.

Surgida na capital do Império, em 1875, e fundada pelos editores Ferreira de Araújo, Manuel Carneiro e Elísio Mendes, além dos redatores Henrique Chaves e Lino de Assunção (ROSSO, 2011), a *Gazeta de Notícias* inovou a imprensa carioca por praticar um jornalismo livre, democrático e sem engajamentos políticos. Outra novidade, segundo Gledson (2006), era a venda da folha nas ruas, a um preço acessível para o grande público, enquanto os concorrentes ainda delimitavam seus conteúdos aos assinantes. No final do século XIX, a *Gazeta*, ao lado do *Jornal do Commercio* e de *O País*, era um dos três periódicos de maior tiragem no Brasil e o que mais espaço concedia à literatura, como observa Simões Jr. (2003/2004, p. 237):

No seu rodapé, abrigavam-se autores nacionais e estrangeiros, que publicavam romances-folhetins, crônicas e contos. Nas suas colunas, muitos poemas famosos de nossa literatura foram lidos pela primeira vez pelo grande público. Além disso, muitos autores hoje canônicos publicaram crônicas na folha de Ferreira de Araújo.

Muito amigo de Machado de Assis, o redator-chefe da *Gazeta* será citado em diversas crônicas machadianas publicadas nesse jornal, sempre em tom elogioso e agradecido, proferido por quem reconhecia no editor um dos responsáveis pela

democratização da imprensa cotidiana em um Rio de Janeiro ainda monárquico. Em 14 de maio de 1893, em uma crônica de “A Semana”, a última série que Machado escreveu para a *Gazeta*, o cronista recorda o dia da abolição, ocorrido havia cinco anos, e trazia à memória o seu “gordo amigo ausente”, Ferreira de Araújo, que havia desfilado com ele, em carro aberto, naquele momento de festa, e agora estava distante, em viagem pela Europa. O jornal onde Machado também publicou diversos contos<sup>20</sup> e poesias será ainda lembrado na crônica de 6 de agosto de 1893, da mesma série, por ocasião do aniversário de dezoito anos da *Gazeta de Notícias*. Nesse texto, o cronista recorda as palavras do historiador e colega de redação, Capistrano de Abreu, para quem a *Gazeta* e o bonde eram os “dois maiores acontecimentos dos últimos trinta anos” na capital do Império. De fato, o bonde surgia no Rio de Janeiro no momento em que a folha de Ferreira de Araújo começava a circular, como registrou Machado na crônica: “O bonde foi posto em ação, e a *Gazeta* veio no encalço”. A partir daí, a cidade não seria mais a mesma:

Tudo mudou. Os meninos, com a *Gazeta* debaixo do braço e o pregão na boca, espalhavam-se por essas ruas, berrando a notícia, o anúncio, a pilhéria, a crítica, a vida, em suma, tudo por dois vinténs escassos. A folha era pequena; a mocidade do texto é que era infinita. A gente grave, que, quando não é excessivamente grave, dá apreço à nota alegre, gostou daquele modo de dizer as coisas sem retesar os colarinhos. A leitura impôs-se, a folha cresceu, barbou, fez-se homem, pôs casa: toda a imprensa mudou de jeito e de aspecto (ASSIS, 1996, p. 279).

Colaborando na *Gazeta de Notícias*, Machado publicou mais de 470 crônicas, distribuídas em cinco séries: “Balas de estalo” (1883-1886), “A +B” (1886), “Gazeta de Holanda” (1886-1888), “Bons dias!” (1888-1889) e “A Semana” (1892-1897). Com exceção da última, escrita quando o país já vivia a República, nas demais séries a questão abolicionista e a movimentação política dos anos finais da monarquia são temáticas destacáveis. Os gabinetes ministeriais alternavam-se frequentemente

---

<sup>20</sup> Na página dedicada a Machado de Assis, organizada pela Academia Brasileira de Letras, lemos o seguinte sobre a colaboração do escritor para a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro: “A colaboração de Machado de Assis na *Gazeta de Notícias* começa em 1881; estende-se ininterruptamente até fevereiro de 1897, voltando duas vezes em 1899, quatro em 1900, uma em 1902 e em 1904. Não obstante, seu nome aparece desde 1877, subscrevendo poesias, em homenagem a José de Alencar e a Camões. Figura na relação de colaboradores efetivos até 1904”. Fonte: <<http://www.machadodeassis.org.br/>> Acesso em 27 mai. 2020.

entre liberais e conservadores, conforme os interesses do poder moderador exercido por D. Pedro II, alvo preferido dos cronistas das “Balas de estalo”, série da qual Machado participava sob o pseudônimo de Lélío. Esse narrador-personagem apostava no humor para criticar a lentidão do processo emancipacionista e cobrar dos responsáveis uma solução imediata para o fim do cativeiro. Entretanto, o entusiasmo de Lélío por ações significativas sofrerá grande abalo em 1885, com a promulgação da Lei dos Sexagenários, aprovada depois de longa discussão e várias emendas, que alteravam negativamente o projeto inicial de libertação dos escravos com mais de sessenta anos. Pelo texto final, os “libertos” estavam obrigados a pagarem indenização aos seus senhores, trabalhando para eles por mais alguns anos. Essa medida mexia com os ânimos dos abolicionistas que já vinham insatisfeitos desde a ineficácia da lei anterior, a do Ventre Livre, de 1871, para a extinção definitiva da escravatura. Toda essa situação provocaria mudanças consideráveis no comportamento do narrador machadiano nas “Balas de estalo”:

Lélío se tornará mais cético e mais amargo em relação ao mundo da política. Se até aquele momento era possível escrever crônicas leves e alegres sobre a retórica parlamentar, a experiência da discussão sobre a libertação dos escravos sexagenários evidenciaria para o narrador a hipocrisia por parte daqueles que governavam e faziam leis no país. [...] Lélío continuou sendo Lélío em finais de 1884 e 1885, mas, tal como qualquer outro personagem, diante de acontecimentos novos em seu caminho, mudou, sensivelmente, sua narrativa em “Balas de estalo”, especialmente quando o assunto em questão referia-se à política ou à escravidão (RAMOS, 2016, p. 222-223).

Terminadas as “Balas”, em março de 1886, neste mesmo ano, no mês de agosto, Machado voltou a ter sua própria série, quando iniciou na *Gazeta* a publicação de “A + B”, composta apenas por sete crônicas dialogadas, assinadas sob o pseudônimo de João das Regras. Sem intervenção de narrador, as personagens “A” e “B” tratavam, sobretudo, das finanças do império, estabelecendo relações de sentido entre os debates políticos e os assuntos do cotidiano (ROSSO, 2011). Para Gledson, essa pequena série, que também abordava os escândalos financeiros e políticos da época, é uma das mais difíceis de entender dentre as que Machado produziu, além de que o formato em diálogo também contribui para a obscuridade do texto, como ressalta o crítico: “Os contemporâneos sem dúvida compartilhavam o

‘segredo’ em parte, mas mesmo assim chega a ser uma espécie de agressão contra o leitor, uma conversa até certo ponto excludente” (GLEDSON, 2013, p. 21).

Na sequência de “A + B”, que durou pouco mais de dois meses, Machado de Assis seguiu inovando esteticamente sua cronística para o jornal de Ferreira de Araújo, com a publicação de uma série em versos rimados, a “Gazeta de Holanda” (1886-1888), assinada por Malvólio, personagem homônimo da comédia shakespeariana *Noite de reis*. Cerca de vinte crônicas das quarenta e oito que a compõem abordam a política ou mencionam a escravatura, que será abolida na vigência da próxima série, “Bons dias!” (1888-1889). A “Gazeta de Holanda” terminou sem que seu fim fosse anunciado, mas, segundo Gledson (2013, p. 23), não é difícil saber o motivo para o desaparecimento da série: “os acontecimentos políticos e sociais chegavam a um clímax, e era certo que a abolição da escravidão, de um jeito ou de outro, estava próxima”, portanto, era preciso sair de cena.

Ainda para a *Gazeta*, Machado produziu a série “A semana” (1892-1897), a mais longa de sua carreira e que, sozinha, comporta mais da metade de todas as crônicas que o escritor carioca escreveu. Mesmo veiculadas sem assinatura, a autoria de Machado era facilmente reconhecida nessas crônicas, nas quais ele menciona fatos particulares, como suas conversas com José de Alencar na Livraria Garnier e seu primeiro encontro, em 1868, com a futura esposa Carolina (Gledson, 2013). Ao deixar “A semana”, em março de 1897, Machado transfere a responsabilidade da sua coluna a outro grande cronista, Olavo Bilac, que escrevia para a *Gazeta* desde 1890 (DIMAS, 2006). Nos dias 04 e 11 de novembro de 1900, durante um afastamento temporário de Bilac e quando a série já se chamava “Crônica”, Machado escreveu mais dois textos para a seção, antes de encerrar sua atividade de quatro décadas.

Considerando os objetivos, o enfoque e o estilo das três séries que Machado escreveu para a *Gazeta de Notícias*, entre 1886 e 1889, após sua participação em “Balas de estalo”, Rosso (2011, p. 11) acredita que elas sucedem-se como se uma preparasse a outra, “cada qual criando elementos para a seguinte”. Segundo o pesquisador, o teor de “A + B” continua em “Gazeta de Holanda” e será mais enfático em “Bons dias!”, quando a linguagem torna-se mais crítica. De fato, em todas elas, inclusive na participação machadiana nas “Balas de estalo”, sobressai o

descontentamento do cronista em relação aos caminhos da política imperial no pós 1880. Na concepção de Gledson (2006, p. 149), Machado era um “monarquista liberal”: ao mesmo tempo em que defendia os princípios da coroa e louvava as qualidades intelectuais do Imperador<sup>21</sup>, a quem creditava o progresso cultural do Rio de Janeiro, o cronista da *Gazeta* não poupava críticas aos projetos de lei da Câmara e Senado. Essa postura vinha desde a década de 1860, quando o jovem colunista do *Diário* atacava a política seguida pelo regime e não o regime em si: “[Machado] esperava que o regime pudesse se transformar, como de fato tentou se transformar, e realizar reformas importantes, principalmente a abolição da escravidão, sem se auto-destruir” (GLEDSON, 2003, p. 307).

Quanto a esse aspecto, a situação de Machado era similar e de Joaquim Manoel de Macedo, mais de trinta anos antes. O profícuo cronista do *Jornal do Commercio* exercia cargos políticos sob a tutela do Imperador, ocupando um lugar de destaque na sociedade fluminense, mas nem por isso poupava críticas à má administração do Império, como acertadamente observou Almeida (2010, p. 9-10): “[...] por um lado, a intenção de defender a monarquia, mantendo incólume a imagem de D. Pedro II, e, por outro, a crítica nada menos que ao próprio cenário da política brasileira”, com suas mazelas e o constante desrespeito à constituição. Para o crítico, a compreensão desse “paradoxo macediano” deve levar em conta o papel que o autor de *A Moreninha* ocupava na elite intelectual do Segundo Reinado:

É importante levar isso em consideração porque, ao lermos *A carteira*, podemos ter a impressão de que o livro critica o poder, pura e simplesmente, o que incluiria o próprio regime monárquico. Uma leitura cuidadosa, contudo, revelará que o autor foi muito hábil em expor suas ideias políticas de forma a preservar a instituição monárquica ao mesmo tempo em que não perdoou as esferas de poder inferiores a ela (ALMEIDA, 2010, p. 16).

Para Macedo, o problema estava nas assembleias, nos ministros, na organização dos partidos, no sobe e desce de gabinetes e na confusão dos governos provinciais, questões que perdurarão por todo o Segundo Reinado e não escaparão da pena mordaz do cronista de “Bons dias!”.

---

<sup>21</sup> Em crônica de 1º de outubro de 1877, da série “História de quinze dias”, publicada na *Revista Ilustração Brasileira*, Machado de Assis ressalta “os dotes naturais, e os fortes estudos” que distinguem “Sua Majestade o Imperador”, e o tornam credor de sua admiração.

### 2.3.2 A série “Bons Dias!” (1888-1889)<sup>22</sup>

*As crônicas são divertidas, mas são também sérias, e o seu ponto de vista é único; está longe de ser uma repetição do mundo dos romances e dos contos, e às vezes são elas que iluminam estes.*  
(GLEDSON, 2013, p. 10)

Entre 5 de abril de 1888 e 29 de agosto de 1889, Machado de Assis escreveu para a *Gazeta de Notícias* quarenta e nove crônicas sob o título de “Bons dias!”, a série “mais abertamente ‘política’” (GLEDSON, 2013, p. 24) de sua carreira literária e jornalística. Todas as crônicas terminam com a expressão “Boas noites”, entendida por alguns críticos como o pseudônimo machadiano para a série. Contudo, o reconhecimento da autoria de Machado<sup>23</sup>, só aconteceu sessenta anos após a veiculação das crônicas na *Gazeta*. Segundo Gledson, Machado não desejava ser reconhecido como autor de “Bons dias!”, como argumenta:

Quando começamos a compreender as crônicas, as razões para esse sigilo se tornam claras. São textos de contundente sarcasmo, que assumem uma visão pessimista – pode-se imaginar que seriam chamadas de cínicas e negativas – sobre a Abolição (entre outras coisas). Se não chegam a ser subversivas, também não são crônicas amáveis; mas a verve cômica que as caracteriza também sugere que se tratou de algo além da simples obrigação jornalística. Machado tinha algo a dizer, e iniciou uma nova série com esse objetivo, aproveitando-se da liberdade extra proporcionada pelo anonimato (GLEDSON, 2013, p. 138).

O experiente cronista da *Gazeta* misturava aos temas corriqueiros da semana (febre amarela, experiências científicas, carnaval, porte de armas, imigração chinesa, etc) os assuntos políticos que agitavam o período, sobretudo, o antes e o depois da abolição e a queda inevitável do Império. Utilizando uma linguagem

<sup>22</sup> A série “Bons dias!” foi editada pela primeira vez por Raymundo Magalhães Júnior, em *Diálogos e reflexões de um relojoeiro* (Civilização Brasileira, 1956). Parte dessas crônicas reapareceu três anos depois, na *Obra completa* da Editora Aguilar, mas, somente em 1990, surgiu a primeira edição com notas e estudo introdutório, organizada por John Gledson. O trabalho de Gledson, caracterizado também pela confrontação com o texto original da *Gazeta de Notícias*, rendeu mais duas edições: a segunda em 1997, idêntica à primeira, e a terceira, no centenário da morte de Machado de Assis, em 2008, que apresenta uma nova introdução.

<sup>23</sup> A autoria da série “Bons dias!” só foi atribuída a Machado de Assis em 1950, por Galante de Sousa, que encontrou uma lista de pseudônimos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (SOUSA, J. Galante. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Livro, 1955, p. 31)

permeada por implícitos, trocadilhos e ironias, Machado registra seu ponto de vista referente aos acontecimentos daquele momento de instabilidade política, utilizando para isso estratégias linguístico-discursivas que evidenciam suas inclinações liberais, seu lamento pelo fim iminente da monarquia e seu descontentamento com a chegada da República, que já nascia oligárquica e sob o signo de um golpe.

Em muitas crônicas de “Bons dias!”, a linguagem metafórica, o arranjo lexical, a talento para a personificação ou a paródia intertextual, entre outros procedimentos linguístico-discursivas, permitem entrever a crítica machadiana à inépcia dos parlamentares e o ceticismo cronista da *Gazeta* frente à euforia abolicionista e republicana. É nesse momento, pós 1880 que, segundo Brayner, Machado

[...] coloca em jogo desnudamentos, que ele não tinha tido, até então, coragem de fazer, ou não podia, ou não quis fazer, resolve erigir uma *estratégia sumamente sofisticada*, em que o processo de assimilação e desassimilação dos conteúdos é proposto simultaneamente. Ora, quando ele instaura um desafio e uma desestabilização desta lógica, desta *ratio*, à qual estava ligado e que era o pensar ocidental até então, Machado elege uma outra lógica de ambivalência, que nós poderíamos chamar de uma *lógica do paradoxo*, que lhe será tão querida. Machado, ao instituir a lógica do paradoxo, desnuda os apoios lógicos de classes e propriedades, que até então não tinham sido tocados por nenhuma corrente literária brasileira (BRAYNER, 1982, p. 314, sem grifos no original).

Uma dessas classes desnudadas por Machado em “Bons dias!” é a dos fazendeiros e senhores de escravos, a camada oligárquica que Machado temia no poder com a República. Na crônica de 19 de maio de 1888, por exemplo, o cronista dá voz a um liberal que havia se antecipado à Lei e alforriado um “molecote”, por nome Pancrácio, alguns dias antes. Orgulhoso de seu ato o homem apresenta o ex-escravo à sociedade para colher os elogios de seus convivas. No dia seguinte, mesmo ouvindo que era livre, Pancrácio decide ficar na casa onde, segundo o patrão, teria sempre “casa amiga” e um pequeno ordenado. A liberdade, porém, não anula os maus tratos e o ex-escravo segue apanhando, conformado com seu destino: “Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil

adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos” (ASSIS, 1997, p. 63-64).

O tema da liberdade antecipada reaparecerá em outros momentos na obra de Machado, como no seu último romance, o *Memorial de Aires* (1908), mas, dessa vez, sem a conotação irônica da crônica de “Bons dias!”. A personagem do Barão de Santa Pia, antes de morrer, também tinha alforriado seus escravos, legando a fazenda aos seus herdeiros, que, à primeira vista, desejavam vender a propriedade. Ao fim, a terra é “doada” aos ex-escravos, ou melhor, “restituída”, como lembra Magalhães (1971), para quem Machado de Assis parece insinuar nessas páginas que apenas a liberdade não bastava àqueles que tinham sido escravizados: “Não lhes bastava a carta de alforria, o gesto romântico de libertação aparente. Era necessário completar com um pouco de chão, com um trato de terra para a lavoura, [...]”. (MAGALHÃES 1971, p. 307). Em resumo, os ex-escravos de Santa Pia só alcançam a liberdade quando já não vive mais o Barão e os herdeiros deixam de controlar o local. A mesma sorte não é concedida a Pancrácio da crônica de “Bons dias”, que, “livre” e recebendo um ordenado, segue ultrajado pelo patrão, que o ainda vê como escravo.

Para Facioli (1982, p. 342), “Machado não assume a ideologia em que Joaquim Nabuco foi um grande especialista, a ideologia da... bondade dos brancos quando libertaram os negros. [...] Como também não assume a República”. Segundo o crítico, rastreando-se bem a prática textual de Machado, é possível obter uma “compreensão clara” de que a mudança para o sistema republicano significou apenas um “remanejamento de poder”. É preciso, entretanto, cuidar para não ler a sério o que é irônico (como o exemplo de Pancrácio) e, ironicamente o que é sério e pode refletir a opinião do autor, como o caso das doações de terra ao ex-escravos, no *Memorial*. Ao mesmo tempo em que Machado de Assis não assume abertamente a ideologia abolicionista das classes dominantes da década de 1880 – na crônica de 11 de maio de 1888, ele dirá que gosta da liberdade, mas entende que o “princípio da propriedade” não é menos legítimo – ele não se posiciona contra os ideais republicanos de abolição do cativeiro. Talvez, por isso, Gledson (2006), o classifique de “monarquista liberal”, expressão que parece absorver as ideias paradoxais machadianas quanto ao assunto.

Ainda que mais latente nas dez primeiras crônicas da série, a política é o grande assunto de “Bons dias!”, reaparecendo vez ou outra, mesmo quando Machado aborda a medicina popular, os neologismos e o espiritismo, temas também em voga naquele momento em que despontavam as correntes positivistas e evolucionistas, movidas pela crença na ciência e na razão. Nesse panorama, muitos intelectuais liberais do período viam a monarquia como “sinônimo de práticas políticas autoritárias e esclerosadas” (RAMOS, 2005, p. 105), cuja modernização dependia do surgimento de um novo sistema de governo.

Cético e pouco entusiasta dos ideais de progresso imediato, o experiente cronista acompanhava com insatisfação o advento da República e a queda inevitável do Império, cujas falhas, ele procurava evidenciar ao longo da série, de maneira oblíqua e permeada de estratégias linguístico-discursivas. Lançando mão de metáforas, como a dos relógios descompassados, que aparecerá na primeira crônica, Machado alude às divergências de ideias políticas entre os membros do governo; ou, via intertextualidade, ele recria um dos evangelhos bíblicos para explicar o processo abolicionista que, em verdade, não refletia um ato de generosidade ou consciência, mas era a única saída para um momento de crise. Posicionando contra o federalismo iminente, o cronista da *Gazeta de Notícias* sugeria que, na prática, a República era um grande equívoco, pois seria “oligárquica, branca, e até compatível com a escravidão” (GLEDSON, 2006, p. 167).

Em um panorama tão incerto, era impossível ao cronista da *Gazeta* aparecer naturalmente; tampouco poderia usar uma linguagem que não viesse camuflada pela ironia e por artimanhas retóricas. Chamam atenção também a economia narrativa das crônicas e as ausências textuais, muitas vezes, apoiadas em elementos gráficos, como as reticências, que incumbem o leitor a continuar um pensamento, ou os parênteses, frequentemente utilizados pelo cronista para fazer digressões e revelar implicitamente sua verdadeira opinião a respeito dos temas que aborda. Segundo Neves (2018, p. 1175) os parênteses são usados para suspender uma construção textual iniciada, para que se interponha outra que tenha alguma relação semântica com a que foi suspensa. Esse expediente promove a hierarquia dentro do texto, criando “efeitos de sentido particulares”, como pontua a autora.

Em suma, nem sempre é fácil construir algum sentido para as crônicas de “Bons dias!”, ou notar nelas o tom sagaz e afiado comumente associado à obra machadiana, mas ele existe, como salienta Gledson (1997, p.12): “A sagacidade das crônicas é mais difícil de demonstrar – tal como acontece nos romances, aparece muitas vezes nas entrelinhas, sem ser por isso menos real e penetrante.”

## CAPÍTULO III – CRÔNICA E LINGUAGEM: ESTRATÉGIAS DO DISCURSO MACHADIANO EM “BONS DIAS!”

### 3.1 A IRONIA, UM MODO DE DIZER

*Moderação e urbanidade na expressão, eis o melhor meio de convencer;  
não há outro que seja tão eficaz.*  
(ASSIS, 2013, p. 239)

A tradição clássica define a ironia como uma figura de retórica que contraria, nas entrelinhas, aquilo que se diz ou se escreve de forma explícita. Há nesse tropo “um efeito de *não assumir* a enunciação por parte do locutor e de *discordância* em relação à fala esperada em tal tipo de situação” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 291). Segundo Martins (2012, p. 264), o receptor só compreenderá as figuras de retórica, entre elas, a ironia, atentando-se para a “violação da relação de verdade entre o que o emissor diz literalmente e aquilo de que ele fala”. Para que isso aconteça, o conhecimento prévio do referente é essencial: só assim é possível atribuir ao enunciado algum sentido e fazê-lo significar, como explica a autora.

Fiorin (2014) lembra que muitos autores fazem distinção entre os termos ironia e antífrase, definindo o primeiro como “inversão semântica” e o segundo como uma “dissimulação do orador”. Entretanto, o linguista as entende como sinônimos, uma vez que a antífrase também é uma operação enunciativa, caracterizada pela astúcia do enunciador em fingir. Mais recentemente, a ironia, essa “estratégia de decifração indireta imposta ao destinatário” (GUIMARÃES, 2018, p.96-97), ganhou novas perspectivas de estudo, como a discursiva, que a relaciona aos demais campos da linguagem, entre eles, a Estilística, a Neo-retórica e a Semiótica. Nessa e em outras vertentes, o texto literário surge como um dos mais propícios à análise dos procedimentos irônicos, sobretudo, pelo seu caráter plurissignificativo e acolhedor dos diferentes efeitos de sentido.

Em Machado de Assis, a ironia é comumente analisada a partir dos gêneros mais consagrados do escritor, o romance e o conto. Entretanto, também, nas crônicas que Machado produziu para a imprensa carioca oitocentista, encontramos a ironia como a base das estratégias linguístico-discursivas de um cronista raramente satisfeito com o cenário político vigente, alvo constante de suas críticas mais

inflamadas e cujo ápice é a série “Bons dias!” (1888-1889). Em uma época conturbada por grande movimentação política, o viés irônico configurava-se indispensável ao comentário aparentemente bem humorado, que tanto pode revelar a “agressão a instituições vigentes” como “aspectos encobertos por discursos oficiais, cristalizados ou tidos como sérios” (BRAIT, 2008, p. 15). Na primeira hipótese, temos a velha monarquia, com seu impasse sobre a abolição da escravidão, na mira do cronista e, na segunda, as falas empoladas dos parlamentares, praticantes da retratação (palinódia), que consistia em alterar, na versão escrita, os discursos acalorados da tribuna, tornando-os mais adequados aos anais do Senado.

A propósito, a retórica vazia dos parlamentares, tema frequente em “Bons dias!”, inspira o cronista a compor um livro intitulado *O orador parlamentar*. A obra, segundo ele, é inspirada em outra já existente, *O Orador popular*, que contém “discursos prontos” para diversas comemorações (batizados, enterros, aniversários, etc.), como explica na crônica de 17 de dezembro de 1888. Aplicado à política e sem limites para a ironia, o inusitado volume pretende socorrer os membros da Câmara e Senado, quando lhes faltarem ideias:

É sabido que, se Deus dá o frio conforme a roupa, não faz o mesmo com as idéias; há pessoas bem enroupadas e pouco *idéiadas*. Trinta coletes nem sempre supõem um silogismo. Entretanto, como tais coletes podem entrar nas câmaras, é bom pregar-lhes, em vez de botões, discursos. Aqui parece que faço confusão misturando idéias com discursos, coisas que, muita vez, andam separadas; mas é engano. Eu dou as idéias e o modo de as dizer (ASSIS, 1997, p. 143).

O sentido da crônica é construído a partir da ironia, aliada a outros recursos, como o apelo à tradição popular (“Deus dá o frio conforme a roupa”) e a metonímia (“trinta coletes”). Para identificá-lo, é preciso que o leitor reconheça no enunciado “a forma particular sob a qual a proposição vem impressa” (KOCH, 2011, p. 27), lembrando que a ironia apresenta “duas vozes em conflito” (FIORIN, 2014, p. 70) que estabelecem uma “compatibilidade predicativa por inversão”, exigindo do leitor/interlocutor a percepção dessa estratégia. Quando isso não acontece, a intenção conscientizadora do texto é comprometida, pois o conhecimento não foi

suficientemente compartilhado. Como propõe Neves, compreender a ironia implica inferir os propósitos do enunciador e identificar a situação de produção do discurso:

[...] em primeiro lugar, a percepção de outras mentes, isto é, da intenção comunicativa do falante que a produziu, deve-se inferir que o falante não deseja que se acredite em suas palavras literais para que o enunciado não seja tomado como ‘erro’ ou decepção. Em segundo lugar, é preciso ter acesso às informações contextuais do enunciado em questão, já que a ironia se torna impossível de ser distinguida sem elas, [...]. A falta de tais informações pode levar o ouvinte/ leitor a compreender um enunciado irônico como erro e/ ou mentira (NEVES, 2006, p. 30-31).

Constituída pela antífrase, a ironia denuncia ainda a “falsa seriedade em nome de uma seriedade superior - a da razão, do bom senso, da moral” (REBOUL, 1998, p. 133). Há uma passagem em “Bons dias!”, na crônica de 15 de julho de 1888, que, a nosso ver, exemplifica esse pressuposto de Reboul. Nela, Machado compara as rotinas de trabalho nas Câmaras inglesa e brasileira, atribuindo ao calor o ritmo desacelerado de nossos parlamentares:

Sejamos justos. A Câmara, não fazendo sessão aos sábados, obedece a um alto fim político: – imitar a Câmara dos Comuns ingleses, que nesse dia também repousa. Deste modo, aproxima-nos da Inglaterra, berço das liberdades parlamentares, [...]. Dir-me-ão que os comuns ingleses descansam no sábado, porque ficam estafados das sessões de oito, nove e dez horas, que é o tempo que elas duram nos demais dias. É verdade; mas cumpre observar que os comuns começam a trabalhar de tarde e vão pela noite dentro, depois de terem gasto a primeira parte do dia nos seus próprios negócios. Deste modo estão livres e prontos para ir até a madrugada, se preciso for. Trabalham com a fresca, despreocupados, tranquilos. Não acontece o mesmo conosco. As nossas sessões parlamentares começam ao meio-dia, hora de calor, sem dar tempo a fazer alguma coisa particular; e depois o clima é diferente (ASSIS, 1997, p. 93-94).

A leitura desse trecho mostra a dimensão irônica da crônica em questão, que já se inicia com a seguinte frase: “Não gosto de ver censuras injustas” (por isso, o cronista convoca o leitor a fazer justiça: “Sejamos justos”). Esse mesmo enunciado, com que o cronista começa o texto, é retomado integralmente na crônica de 06 de outubro de 1888, por motivo similar: uma comparação entre os discursos proferidos nos congressos americano e brasileiro. Enquanto aqui o “abuso da palavra” é “um

dos males que afligem o regime parlamentar<sup>24</sup>”, nos Estados Unidos, segundo explica o cronista, apenas o exórdio e o final dos pronunciamentos são lidos em público, delegando aos eleitores que busquem pela parte faltante, a do meio, nos jornais do dia seguinte. A razão é econômica: “Time is money”. O aforismo, cuja origem remonta ao ensaio de Benjamin Franklin, “Advice to a young tradesman<sup>25</sup>”, alerta para o custo monetário da preguiça, dispensando qualquer outro comentário. Fora do contexto da crônica, a frase ainda manteria o sentido, mas não a mesma carga irônica, porque essa depende do contexto para significar. Segundo Guimarães e Lessa (1988, p. 50), esse é um aspecto fundamental da ironia: “o fato de ela não estar nas palavras em si, mas ‘por trás’ das palavras”.

Bem informado sobre as últimas notícias da corte, o cronista de “Bons dias!” sente-se à vontade para usar o “argumento do excesso”, que consiste em “exagerar retoricamente um ponto de vista com finalidade de levá-lo à aceitação” (FIORIN, 2017, p. 222). Pleno dos advérbios “sempre” e “nunca”, que caracterizam esse tipo de argumentação, o discurso machadiano vai muito além de uma simples conversa com o leitor, beirando, às vezes, a agressão. Sua prosa marcadamente irônica extrapola o material jornalístico, distanciando o leitor desavisado, incapaz de reconstruir o significado via entrelinhas e referências extratextuais, que permitem o acesso aos temas mais profundos, cuidadosamente entrelaçados ao acontecimento banal. Nessa tênue relação entre dois universos incomuns, reside a essência da ironia, esse “movimento de canto de boca, cheio de mistérios”, que revela “a feição própria dos cétricos e desabusados” (ASSIS, 2007, p.89).

Por essas razões, podemos afirmar que, em grande medida, a ironia machadiana presente das crônicas da série “Bons dias!” pressupõe um público conhecedor da situação politicamente conturbada em que vivia o país nos momentos finais da monarquia. Essa noção prévia ajuda a construir o sentido de ceticismo e desaprovação frente às transformações que estão em curso no período, dentre as quais destacam-se a abolição e a chegada da República. Tão importante quanto essas preliminares são os conhecimentos “pressupostos como partilhados” entre os interlocutores, que determinam, por exemplo, “o balanceamento entre o que

---

<sup>24</sup> Essa e a anterior são expressões da crônica de 16 de setembro de 1888, de “Bons dias!”.

<sup>25</sup> Consta no livro de George Fischer, *The American instructor or young man's best companion*, de 1748.

precisa ser explicitado e o que pode ficar implícito no texto” (KOCH, 2009, p. 45). Nessa perspectiva, Machado de Assis, em “Bons dias!”, explora ao máximo as notícias dos jornais, acreditando (ou fingindo acreditar) que seus leitores também as liam ou, pelo menos, tinham vaga ideia dos assuntos de que trata. Pelos exemplos retirados das crônicas da série em estudo, observamos que, longe de “agir na explicitude linguística”, o autor de “Bons dias!” monta seu discurso “envolvendo as intenções em modos de dizer” (KOCH, 2011, p.10), os quais estão sempre permeados pela ironia.

### **3.2 A SITUACIONALIDADE**

A situacionalidade é um dos sete fatores de textualidade apresentados por Beaugrande e Dressler (1981), aos quais se incluem: coesão, coerência, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade. Segundo os autores, a situacionalidade trata da relação do texto com seu ambiente de produção e refere-se às circunstâncias que o tornam relevante numa situação comunicativa. Descrevendo alguns modos significativos nos quais o texto é correlacionado às ações do discurso e aplicados a uma situação, eles afirmam:

The correlations involved are far from the simple reflections of the apperceptible evidence in the situation alone. Instead, the content of texts is usually removed via MEDIATION from the evidence according to the producer's outlook, beliefs, plans, and goals. Whether a text is acceptable may depend to the "real world", but rather on its believability and relevance to the participants' outlook regarding the situation<sup>26</sup> (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, p. 179).

Em relação a esse aspecto, que envolve elementos intrínsecos ao texto para produzir significação, Koch (2009, p. 40) lembra que é o “contexto imediato de situação” e o “entorno sócio-político-cultural” que determinarão as escolhas do produtor para significar, levando em consideração as condições no meio das quais acontece o ato enunciativo, como explicam Ducrot e Todorov (1972, p. 172):

---

<sup>26</sup> As correlações envolvidas estão longe de serem simples reflexos da evidência perceptível apenas na situação. Em vez disso, o conteúdo dos textos é, geralmente, extraído da evidência via mediação, de acordo com a perspectiva, crenças, planos e objetivos do produtor. Para um texto ser considerado aceitável dependerá não da exatidão de sua referência ao “mundo real”, mas sim de sua credibilidade e relevância para a perspectiva dos participantes em relação à situação. (Tradução nossa).

É preciso entender com isso ao mesmo tempo o ambiente físico e social em que este ato se dá, a imagem que dele têm os interlocutores, a identidade desses, a idéia que cada um faz do outro (inclusive a representação que cada um possui daquilo que o outro pensa sobre ele), os acontecimentos que precederam o ato de enunciação (especialmente as relações que tiveram antes os interlocutores, e principalmente as trocas de palavras em que se insere a enunciação em questão).

Sob essa perspectiva, entendemos que, ao produzir “Bons dias!”, Machado de Assis levou em consideração diversas particularidades relacionadas ao local de veiculação das crônicas (o jornal), ao perfil do leitor da *Gazeta* e também à recepção de sua coluna no meio jornalístico da corte. Os fatos históricos que ele traz à cena enunciativa estão situados num dado tempo (os anos finais do Segundo Reinado) e espaço (o Rio de Janeiro) claramente definidos pelo contexto político da abolição, como evidenciam diversas passagens. Por exemplo, na crônica de 27 de abril de 1888, o cronista revela o meio inspirador de sua obra: “[...] a minha rua habitual é a do Ouvidor, onde a gente é tanta e tais as palestras, que não há tempo nem espaço [...]”; ou então relata o assunto em voga, que ele aproveita como tema:

Para não ir mais longe, ainda ontem estive a conversar sobre estes *negócios de abolição e emancipação*. A conversa travou-se a propósito dos vivos ao Partido Liberal, dados por uns escravos de Cantagalo<sup>27</sup>, no ato de ficarem livres, manifestação política tão natural, que ainda mais me confirmou na adoração da natureza (ASSIS, 1997, p. 49, sem grifos no original).

Como veremos, a situacionalidade configura-se na cronística machadiana como “uma forma de o texto se adequar tanto a seus contextos quanto a seus usuários” (MARCUSCHI, 2008, p.129), os leitores dos jornais. Interferindo nos debates do tempo, Machado de Assis os reconstruía, em suas crônicas, contemplando o entorno enunciativo de sua produção, caracterizado por transformações políticas de grande importância à história nacional. O envolvimento da obra machadiana com as questões temporais está imortalizado em um dos estudos mais representativos da fortuna crítica do autor de “Bons dias!”, o livro de

---

<sup>27</sup> Localidade fluminense conhecida na época pelas fazendas onde se castigavam com frequência os escravos capturados.

Roberto Schwarz, *Um mestre na periferia do capitalismo*<sup>28</sup>, originalmente publicado em 1990. Nele, o renomado crítico, continuador de Antonio Candido, examina as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, observando o “espetáculo histórico-social complexo” (SCHWARZ, 2000, p. 11) que envolve a narrativa do escritor carioca, características, a nosso ver, perfeitamente transportáveis às crônicas de “Bons dias!”, espaço também acolhedor do estilo capturado das relações sociais e do contexto imediato dos jornais.

Distanciadas de seu tempo de produção, essas crônicas só fazem sentido, hoje, se relacionadas à situação em que foram concebidas, pois não apenas transmitem um conteúdo linguístico, mas, sobretudo, estão imbuídas da realidade reconstituída a partir da ótica do cronista, num dado momento. Sobre esse aspecto, Marcuschi (2008, p. 87-88) comenta que “não se pode produzir nem entender um texto considerando apenas a linguagem. O nicho significativo do texto (e da própria língua) é a cultura, a história e a sociedade”. Assim, acreditamos que a imersão situacional é indispensável à significação de um texto: além da temática histórica e política, Machado aproveita-se de outros tópicos em discussão naquele momento para atrair o leitor e justificar a pertinência de sua coluna na *Gazeta de Notícias*, entre eles, o espiritismo, a medicina popular, os neologismos, as invenções e as epidemias que assolavam o Rio de Janeiro.

Considerando ainda a perspectiva de Beaugrande e Dressler (1981) a respeito dos “efeitos do cenário situacional” na elaboração do texto, identificamos a presença da situacionalidade no relacionamento discursivo que Machado de Assis estabelece com o leitor da época (interação mediada pelas crônicas); na influência daquela situação comunicativa no estilo e na temática de “Bons dias!” e, sobretudo, nas escolhas linguísticas do cronista, ancoradas na realidade do momento enunciativo. Tratando-se de um gênero efêmero, subordinado ao contexto de produção para significar e construído ao sabor das notícias igualmente efêmeras, a crônica depende, enfim, da situacionalidade para existir; é ela que indica sua relevância e pertinência (e por que não?) sua resistência nos dias atuais.

---

<sup>28</sup> Esse volume é, na verdade, uma conclusão dos estudos de Schwarz em torno da obra machadiana, cuja outra metade, o livro *Ao vencedor as batatas* (1977), examina os primeiros romances do autor.

### 3.3 OUTROS RECURSOS LINGÜÍSTICO-DISCURSIVOS PARA O EFEITO DE SENTIDO

#### 3.3.1 A metáfora

Considerada uma das figuras mais importantes desde a Antiguidade clássica, a metáfora recebeu especial atenção de Aristóteles, que a ela dedicou importante estudo em suas obras *Arte Retórica* e *Arte Poética*, trabalhos de referência para o entendimento dessa ferramenta linguística “recriadora da linguagem”, como apontam as vertentes mais atuais. Trata-se de uma figura potencialmente argumentativa, que desloca um vocábulo do seu contexto de origem para ressignificá-lo em outro, a partir de uma intersecção sêmica entre os termos cotejados. Por isso, a metáfora é capaz de mudar instantaneamente o sentido das palavras, criando novas expressões de maneira súbita (BRÉAL, 2008, p. 91). Para Fiorin (2014, p. 34), é a metáfora que torna concreta uma ideia abstrata, ao intensificar-lhe o sentido: “Poder-se-ia dizer que o sentido torna-se mais tônico. Ao dar ao sentido tonicidade, a metáfora tem um valor argumentativo muito forte”. Martins (2012, p. 126), por sua vez, salienta o caráter subjetivo da metáfora, resultante da busca movida por sensibilidade e imaginação, cujo fim é transmitir uma “mensagem complexa semanticamente polivalente”.

Quanto ao entendimento da metáfora, Guimarães e Lessa (1988, p.9) pontuam que a semelhança entre os termos comparados nos processos metafóricos “é resultado da imaginação, da subjetividade de quem cria a metáfora”, o que torna a sua compreensão, às vezes, complexa ao leitor, como explicam os autores:

Muitas metáforas exigem que o leitor complete o seu sentido, ou seja, que o leitor lance mão das suas experiências, da sua sensibilidade para compreendê-las. Isso significa que nem sempre elas são compreendidas da mesma forma por todas as pessoas. A compreensão das metáforas depende, também, da subjetividade do leitor (GUIMARÃES; LESSA, 1988, p.10).

Para Cherubim (1989, p. 44), a metáfora está “intimamente ligada à fala humana” por uma série de motivos, dos quais se destacam os quatro principais, a saber: “é um fator primordial de motivação; é uma fuga para as emoções intensas; é

um artifício expressivo; é uma fonte de polissemia e sinonímia”. Segundo o autor, o “esquema psicológico” da metáfora é simples: “há sempre dois termos presentes: a coisa que se diz e aquilo com que se quer comparar; o primeiro é o *teor*; o segundo, o veículo; os semas comuns (traços mínimos de significação) são o fundamento”.

No campo literário, o emprego de metáforas tende a revelar o estilo do escritor, como o de Machado de Assis, para quem “a metáfora é metade da civilização”, conforme escreveu na crônica de 28 de julho de 1878, na série “Notas semanais”. Geralmente, os estudos da expressão metafórica em Machado de Assis priorizam os gêneros mais conhecidos do autor (o romance e o conto), delegando pouco ou nenhum espaço à crônica, como é o caso, respectivamente, de *Metáforas machadianas* (1978), de Walter de Castro, para quem o autor de “Bons dias!” tem seus próprios conceitos de metáfora, e *Dicionário de Machado de Assis: língua, estilo, temas* (2018), de Castelar de Carvalho. Neste último livro, a metáfora é apenas um dos diversos tópicos abordados pelo pesquisador, em seu minucioso trabalho com os nove romances machadianos, além de alguns contos.

Entretanto, também nas crônicas da série “Bons dias!”, Machado lançou mão de procedimentos metafóricos para dialogar anonimamente com seus leitores, implicando seu ponto de vista a respeito de diversas temáticas, com destaque para a política. Mais que um mecanismo linguístico com fins estilísticos ou persuasivos, a metáfora é o meio de dizer do cronista, cuja argúcia narrativa e o tom irônico marcam um discurso por vezes agressivo. Ao longo da série, a metáfora dos relógios (que não marcam a mesma hora) e a do chapéu (o melhor deles é o que serve à cabeça), que aparecem nas primeiras crônicas, vão sendo retomadas para indicar, respectivamente, o descompasso das ações governistas e a opinião do cronista de que o sistema monárquico é o que melhor cabe ao país. Outras imagens são trazidas ao texto para representar a insatisfação machadiana com a situação política, confirmando a proposição de Castro (1978, p. 7), de que Machado soube extrair o “melhor partido” das imagens,

Não só usando o legado cultural de suas leituras, como rejuvenescendo inúmeras “figuras” pela alteração de seus constituintes formais, pela nova ordem dos termos, pelo jogo habilidoso das palavras. Alongou o campo significativo de muitas outras, já que, penetrando os sombrios escaninhos da alma humana, cultivando com amor a fantasia, pôde empregar, renovando sempre,

muitas imagens; pôde fazer comparações que, pelo insólito, despertam no leitor viva admiração, verdadeiro espanto diante do delicioso inusitado.

Transformando, pois, a matéria cotidiana das ruas em conteúdo histórico e plurissignificativo, repleto de imagens e analogias elaboradas, Machado conferia perenidade às crônicas de “Bons dias!”, ainda que delegadas ao esquecimento por muitas décadas. Apropriando-se de temas difíceis e inexpressivos, como a embaraçosa política cearense, o cronista convertia-os em metáfora para a falta de bom senso dos políticos brasileiros. Em outros momentos, o cronista potencializa o efeito metafórico para comentar o uso de armas de fogo pelos civis, cuja utilidade não afasta os perigos nem combate a “terrível visita” (febre amarela) que conduzia grande parte da população fluminense à “madre implacável” (morte).

Essa junção de elementos contrários “provoca o imprevisto” e torna a metáfora “verdadeiramente original e viva”, como assinala Castro (1978, p. 22). Além de que, por meio do recurso metafórico, o cronista estabelece uma “relação de proximidade” (SARDINHA, 2007, p. 14) com o leitor, tornando-o cúmplice, inclusive, de sua melancolia, como acontece na crônica de 06 de fevereiro de 1889. Nela, Machado traz à memória o ciclo de existência do xarope do Bosque, seu apogeu e sua queda, etapas metaforicamente associadas à monarquia que, tal como o milagroso medicamento, conheceu a ruína, após anos de poder: “[...] O xarope foi caindo, caindo, caindo até morrer. [...] Paciência; Babilônia caiu; caiu Roma, caiu Nínive, caiu Cartago” (ASSIS, 1997, p. 162). A evocação desses impérios grandiosos bem como a escolha de termos lexicais próprios do campo semântico da história para esses eventos conferem mais argumentatividade à metáfora, afastando-a da lógica racional, da objetividade e estabelecendo outra lógica, a *lógica da sensibilidade* (GUIMARÃES; LESSA, 1988, p.12).

Como elemento construtor do sentido, a metáfora exerce sua função comunicativa de produzir sentidos conotativos a partir de comparações implícitas, tal qual a que Machado realiza na crônica de 22 de agosto de 1889. Num dos momentos mais reflexivos da série, em relação à temática política, o cronista ironiza o fato de, nas eleições para deputado em Minas, um único candidato ser apresentado por três partidos: liberal, conservador e republicano. O “caso único”

chamou-lhe a atenção: “Todos os partidos armados uns contra os outros no império, naquele ponto uniam-se e depositavam sobre a cabeça de um homem os seus princípios”. Num lance de ironia comenta: “Não faltará quem ache tremenda a responsabilidade do eleito, – porque a eleição, em tais circunstâncias, é certa [...]”.

A partir de imagens retiradas da natureza que ressaltam a expressividade do uso metafórico, Machado de Assis imagina como seria seu discurso na Câmara, caso fosse eleito em tais condições, com filiação tripla:

Eu diria então que ser conservador era ser essencialmente liberal, e que no uso da liberdade, no seu desenvolvimento, nas suas mais amplas reformas, estava a melhor conservação. Vede uma floresta (exclamaria, levantando os braços). Que potente liberdade! E que ordem segura! A natureza, liberal e pródiga na produção, é conservadora por excelência na harmonia em que aquela vertigem de troncos, folhas e cipós, em que aquela passarada estridula, se unem para formar a floresta. Que exemplo às sociedades! que lição aos partidos! (ASSIS, 1997, p. 209).

Nas linhas finais, Machado de Assis, que foi repórter do Senado, de onde pôde acompanhar de perto ruidosos debates políticos, não perde a oportunidade de, sob a capa metafórica, ironizar esses eventos maçantes onde os políticos, tal como a passarada “estridulam” para formar suas respectivas bancadas (floresta).

### **3.3.2 A repetição**

A repetição, no sentido amplo do termo, é um proveitoso recurso linguístico, presente tanto na oralidade quanto em textos escritos, sobretudo, no meio literário, espaço privilegiado para a flutuação de sentidos. Como estratégia linguístico-argumentativa, de filiação retórica, a repetição desdobra-se em variados tipos que, segundo o estudo de Fiorin (2014), abrangem não apenas palavras ou sintagmas (ex. anáfora, epístrofe, polissíndeto, quiasmo, etc) como também orações ou versos (ex. ritornelo, refrão, etc.), além de sons ou morfemas (ex. aliteração, assonância, homeoteleuto, etc.). Há também, ainda de acordo com o mencionado trabalho, a repetição semântica, caracterizada pelo aproveitamento do sentido (ex. diáfora, paranomásia, paráfrase, pleonasma, paralelismo, etc), e a repetição estrutural (ex.

paralelismo), que ocorre quando são retomados orações ou sintagmas de igual extensão e organização sintática.

Para Koch e Elias (2015) a repetição é uma das formas de progressão textual de que se pode valer o produtor para convencer os interlocutores. Longe de representar um estilo irrefletido ou uma linguagem viciosa, que resulta em enunciados redundantes, a prática iterativa, quando usada de forma elaborada e intencional, contribui para o efeito persuasivo, como explicam as autoras: “Aquilo que é dito fica como que ‘martelando’ na mente do leitor, tentando levá-lo a concordar com os nossos argumentos” (KOCH; ELIAS, 2015, p. 159). Machado de Assis utilizou largamente esse recurso na série “Bons dias!” para criticar o meio político da época. Na crônica de 04 de maio de 1888, por exemplo, o escritor ironiza, por meio da repetição, o fato de ninguém entender a confusa política do Ceará, com suas subdivisões dentro do mesmo partido:

- Saberá V. Ex.<sup>a</sup> que não entendo patavina dos partidos do Ceará...
  - Com efeito...
  - Eles são dois, mas quatro; ou, mais acertadamente, são quatro, mas dois.
  - Dois em quatro.
  - Quatro em dois.
  - Dois, quatro.
  - Quatro, dois.
  - Quatro.
  - Dois.
  - Dois.
  - Quatro.
  - Justamente.
  - Não é
  - Claríssimo.
- (ASSIS, 1997, p. 54).

A repetição insistente dos números “dois” e “quatro” confere humor ao trecho, sobretudo, por vir acompanhada pelo advérbio “justamente” e pelo adjetivo “claríssimo” que, ironicamente, sugerem a compreensão por parte do interlocutor. Em outro momento da série, esses arranjos reiterativos também se mostram como estratégias para a estruturação argumentativa do discurso machadiano. A respeito desse aspecto organizacional, Marcuschi (2006, p. 219) explica que a repetição desempenha papéis variados, devido à sua “maleabilidade funcional”:

Contribui para a organização discursiva e a monitoração da coerência textual; favorece a coesão e a geração de seqüências mais compreensíveis; dá continuidade à organização tópica e auxilia nas atividades interativas. De tudo isso resulta uma textualidade menos densa e maior envolvimento interpessoal [...].

Isso porque a repetição não se configura como “um simples ato tautológico”, mas, ao contrário, “expressa algo novo” (MARCUSCHI, 2006, p. 220), como mostra o exemplo machadiano da crônica de 11 de junho de 1888, de “Bons dias!”. O cronista ironiza o ato do imperador Frederico III, da Alemanha, de conceder a um funcionário de Estado o título de “Excelência”. Na seqüência, com um sentido sempre diferente, a palavra é reiterada várias vezes:

Valha-me Deus! Frederico III acaba de conceder a um alto funcionário do Estado o tratamento de *Excelência*... [...]  
 Eu cá, no tempo que tinha relojoaria aberta, distribuí *Excelência* que foi um gosto. Às vezes até servia de animação e alívio ao freguês. Entrava-me algum carrancudo, assim como quem receia ser enganado. Eu, sem decreto, sem nada, zás, *Excelência*. [...]  
 E fiquem sabendo que também eu recebia *Excelências*, e agora recebo-as ainda mais [...]  
 (ASSIS, 1997, p. 77, sem grifos no original).

A propósito desse tipo de iteratividade, concordamos com Marcuschi (2006, p. 220): “Há uma grande diferença entre repetir elementos lingüísticos e repetir o mesmo conteúdo. Portanto, repetir as mesmas palavras num evento comunicativo não equivale a dizer a mesma coisa”. Não pertencente à série em estudo, “Bons dias!”, há outro exemplo bem representativo dessa proposição de Marcuschi, que vale a pena citar. Trata-se da crônica de 22 de agosto de 1864<sup>29</sup>, publicada na coluna “Ao acaso”, do *Diário do Rio de Janeiro*. Nela, Machado sugere aos membros da câmara que observem três princípios fundamentais em prol da municipalidade:

A futura câmara, para bem desempenhar os seus deveres e levantar a instituição do abatimento em que jaz, deve observar três preceitos. Esses preceitos são os seguintes:  
 1º – Cuidar do município.  
 2º – Cuidar do município.  
 3º – Cuidar do município.

<sup>29</sup> Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/0941170\\_02/18916](http://memoria.bn.br/docreader/0941170_02/18916)> Acesso em: 20 set. 2020.

Lexicalmente idênticas, as orações do conjunto ternário machadiano encerram, cada uma, um sentido único. A mensagem intensifica-se de forma gradativa, conforme a leitura, de modo que a frase seguinte é sempre mais enfática que a anterior, ideia também sugerida pela numeração dos “preceitos”. Implicamente, um a um traz seu referente específico, pois a identidade lexical entre eles não significa equivalência semântica (MARCUSCHI, 2006).

Voltando a “Bons dias!”, na crônica de 6 de fevereiro de 1888, mencionada anteriormente, Machado lança mão da repetição aleatória de enunciados, denominada epímone (FIORIN, 2014), como estratégia linguística para ironizar a ineficácia das previsões do Almanaque de Ayer<sup>30</sup>. O cronista agradece a chuva, não por ela melhorar o “estado sanitário da cidade”, mas porque, chovendo, era possível circular pela capital sem ouvir o torturante refrão: “– A folhinha de Ayer dá chuva lá para 20 de fevereiro”. Nas duas primeiras ocorrências da repetição, Machado dá a entender que reproduz a estrutura de maneira consciente, a fim de criticá-la:

Já se pode entrar num bonde, numa loja ou numa casa, bradar contra o calor e suspirar pela chuva, sem ouvir este badalo:  
 – *A folhinha de Ayer dá chuva lá para 20 de fevereiro.*  
 [...]
   
 – Oh! não pude dormir esta noite! Onde irá isto parar? Nem sinais de chuva, um céu azul, limpo, feroz, eternamente feroz.  
 – *A folhinha de Ayer dá chuva lá para 20 de fevereiro.*  
 (ASSIS, 1997, p. 160, sem grifos no original).

Aparentemente, mudando de assunto, Machado passa a comentar o auge e a derrocada do xarope do Bosque, citado em nosso estudo da metáfora. Fingindo confundir o antigo medicamento com a folhinha de Ayer, o cronista deixa subentendida a força persuasiva da repetição que invade, inclusive, sua escrita:

“[O xarope do Bosque] Curava tudo: à proporção que os curados iam espalhando que as *folhinhas de Ayer só davam chuvas...* Perdão, enganei-me; iam espalhando que estavam curados, a fama do xarope ia crescendo e as suas obras eram o objeto das palestras nos ônibus (ASSIS, 1997, p. 161, sem grifos no original).

<sup>30</sup> Citado com frequência nas crônicas machadianas, o *Almanaque de Ayer* trazia, entre outros assuntos, equivocadas previsões do tempo para o ano todo. Anteriormente, na crônica de 26 de agosto de 1888, Machado diz que, se pudesse adivinhar o que irá acontecer na política nos próximos seis meses, comporia um almanaque, “gênero Ayer”, predizendo as “tempestades ou simples aguaceiros” que estariam por vir (ASSIS, 1997, p. 109).

Sob a perspectiva da argumentatividade, em cujo plano atua a repetição, essa estratégia machadiana possibilita a reafirmação da ideia inicial: ironizar a falibilidade das previsões do Almanaque de Ayer, bem como o fato de que, mesmo assim, a publicação era referência para os assuntos climáticos. Repetido pela quarta e última vez, o eterno “badalo” encerra a crônica, garantindo a “continuidade tópica” e propiciando a “amarração” do assunto (MARCUSCHI, 2006, p. 232).

### 3.3.3 A INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um dos sete fatores de textualidade, assim como a situacionalidade, ambas, apresentadas por Beaugrande e Dressler (1981), que explicam a intertextualidade como “[...] the ways in which the production and reception of a given text depends upon the participants’s knowledge of other texts<sup>31</sup>”. Sob o nome de “dialogismo”, esse fenômeno discursivo foi primeiramente estudado por Mikhail Bakhtin, sendo que o nome que hoje conhecemos desse fenômeno linguístico surgiu na década de 1960, com a semioticista búlgara Júlia Kristeva. Segundo o *Dicionário de análise do discurso*, a palavra “intertextualidade” designa “ao mesmo tempo uma *propriedade constitutiva de qualquer texto* e o conjunto das relações explícitas ou implícitas *que um texto ou um grupo de textos determinado mantém com outros textos*” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 288). No mesmo verbete, os autores mencionam a “transtextualidade”, vocábulo escolhido pelo crítico literário francês Gerard Genette para distinguir os diferentes tipos de relações transtextuais, entre elas, a intertextualidade<sup>32</sup>. A propósito de terminologias, para Koch, Bentes e Cavalcante (2012, p.18), “[...] há autores que reservam o termo *intertextualidade* somente para os casos em que se recorre a intertextos alheios”, e que eles preferem falar em “autotextualidade” ou “intratextualidade”, quando um autor ou compositor insere em seu texto trechos de outras obras que escreveram, um procedimento comum em Machado de Assis, como veremos adiante.

---

<sup>31</sup> Maneira pela qual a produção e recepção de um determinado texto dependem do conhecimento de outros textos pelos demais participantes (tradução nossa).

<sup>32</sup> As demais são: a paratextualidade, a metatextualidade, a arquitextualidade e a hipertextualidade. (CHARAUDEAU, 2014, p. 289.)

Como estratégia discursiva, a intertextualidade é muito recorrente na cronística machadiana, tanto na forma implícita quanto na explícita. Brayner (1982, p. 314) observa que nenhum outro escritor brasileiro havia utilizado “tão complexamente” o universo intertextual: “A intertextualidade ganha, na obra de Machado, foros de uma legitimação insistente, até mesmo obsessiva<sup>33</sup>”. Por exemplo, na crônica de 04 de maio de 1888, de “Bons dias!”, o alvo de Machado são dois grupos políticos do Ceará, conhecidos por seus “títulos”: Aquirás e Ibiapaba. Apesar de ambos serem liberais, desejam ser distinguidos pelos “princípios” que, de fato, não possuem. Ao comentar as tensas reuniões desses adversários, o cronista faz uma paráfrase (captação) da fala de Joseph-Dominique, o Barão Louis (1755-1837), ex-ministro de Napoleão, para criticar a desordem reinante. O texto de origem (“Dai-me boa política e eu vos darei boas finanças”) passa a ser: “Dai-me boa educação, e eu vos darei boa política”. Modificada, a citação segue atribuída ao político francês (“como diria o Barão Louis”), indicando que o nobre francês também aprovaria a mudança feita pelo cronista. Segundo Gledson (1997), esse fragmento representa a verdadeira expressão do político sem criatividade, um dos alvos favoritos da pena machadiana. O trecho original aparecerá ainda no capítulo LVII, de *Quincas Borba*, de 1891, num índice de “princípios e aspirações” da personagem Camacho; e também na crônica de 09 de setembro de 1892, da série “A semana”, publicada na *Gazeta de Notícias*. Nessa última aparição, o cronista recebe a visita do “fantasma” do barão, que lhe pede para trocar a sua “célebre máxima” para a versão alterada, menos entediante.

Ainda referindo-se ao acúmulo de títulos por parte dos políticos cearenses, na mesma crônica de 04 de maio de 1888, o cronista deturpa, com fins humorísticos (subversão), a conhecida passagem da obra shakespeariana, *Hamlet*, para essa versão: “Há entre o céu e a terra mais *acumulações* do que sonha a vossa vã filosofia...” [sem grifos no original]. Optando agora por uma referência clássica e possivelmente reconhecida (intertextualidade implícita), Machado espera que o leitor identifique nela a “presença do intertexto”, a partir da ativação do texto-fonte em sua memória discursiva (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2012, p. 31).

---

<sup>33</sup> Sobre temas recorrentes em Machado de Assis, ver dissertação de Mestrado: “O dinheiro e jogo das aparências: temas recorrentes na contística machadiana”, de Rita de Cássia Simões Martelini (UEL, 2012), disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000176606>.

A propósito de intertextos canônicos, Koch, Bentes e Cavalcante (2012) apresentam alguns modelos de captação e subversão da “Canção do exílio”, de Gonçalves Dias, elaborados por grandes nomes da literatura nacional, como Casimiro de Abreu, Oswald de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Paulo Mendes Campos e Mário Quintana. Todavia, as autoras deixam de mencionar Machado de Assis, que antecede todos os exemplos citados, com a crônica de 05 de setembro de 1884, da série “Balas de estalo”, da *Gazeta de Notícias*. Nela, o cronista informa que um deputado lhe confiou uma “Canção do exílio” e que ele decidiu publicá-la em sua coluna semanal porque os versos não deixavam de ser originais, ao aplicarem a nota lírica à política e expressarem “uma situação moral interessante<sup>34</sup>”, como mostram as estrofes abaixo:

Minha terra tem cadeiras  
Onde a gente a gosto está,  
Os homens que aqui palestram  
Não palestram como lá.

Em descansar estes ossos  
Mais prazer encontro eu lá;  
Minha terra tem cadeiras,  
Onde a gente a gosto está.

[...]

Terra minha tão bonita,  
Em que as tais cadeiras há,  
Cadeiras amplas e feitas  
Todas de jacarandá,  
Deus lhe dê o que merece,  
E o que ainda merecerá.

Não permita Deus que eu morra  
Sem que eu volte para cá,  
Sem que inda veja os primores  
Que não encontro por cá,  
E me sente nas cadeiras  
Onde a gente a gosto está.  
(ASSIS, 1998, p. 130).

<sup>34</sup> Em junho de 1884, organizava-se um novo gabinete de ministros e vários políticos apresentavam-se ao Imperador para candidatar-se à vaga (“cadeira”) de presidente do Conselho, que coube ao senador Manuel Pinto de Sousa Dantas. (Notas de Heloísa Helena Paiva de Luca. In: ASSIS, *Balas de estalo*, 1998.)

Os exemplos de intertextualidade mostrados encaixam-se na noção de *détournement*, cujo objetivo, segundo Koch, Bentes e Cavalcante (2012), é fazer com que o interlocutor ative o texto-fonte e argumente a partir dele, por meio de ironias e adaptações, construindo um sentido diferente do original. Para as autoras, o *détournement* envolve sempre uma militância, sobretudo, nos casos de subversão em que se estabelece uma contradição ao enunciado de origem. Koch, Bentes e Cavalcante (2012) lembram ainda que o mesmo intertexto, aplicado a outras situações, produz sentidos opostos, como notamos com a mencionada passagem de Shakespeare (“Há entre o céu e a terra...”), que será retomada por Machado de Assis em outros momentos, sob diferentes intenções. Em vez de deturpá-la, às vezes, ele a cita literalmente e justifica seu uso: “É velho este pensamento de *Hamlet*; mas nem por velho perde”, escreve o cronista em 20 de dezembro de 1896, na série “A semana”, após citar integralmente a célebre frase.

Como estratégia discursiva e aliada ao comentário irônico sobre política, a intratextualidade também está presente na obra machadiana, e, segundo Carvalho (2018, p. 224), o recurso reaviva a memória dos leitores: “Não satisfeito em estabelecer intertextualidade com outros autores, Machado a estabelece também com seus próprios textos, retomando e ampliando ideias, títulos, frases e situações, em círculos temáticos concêntricos”. São muitos os exemplos literais, em que o cronista da *Gazeta* recupera frases ou situações exatamente como aparecem em outro contexto. Entretanto, acreditamos que a retomada de formas ou estruturas (e não somente a de conteúdos) merece igual destaque como estratégia discursiva de alta expressividade em Machado de Assis. Nesse sentido, o estilo dialogado e o tom de advertência desenvolvido pelo escritor no célebre conto “Teoria do medalhão”<sup>35</sup> ressurgem também em “Bons dias!”, na crônica de 30 de agosto de 1889. No conto, um pai dialoga com o filho e o ensina como vencer na vida, optando por diversos ofícios, dos quais sobressai o de medalhão, cuja função principal é alcançar sucesso e popularidade sem nenhum esforço. Para tanto, não é permitido pensar e nem ter ideias originais, como ele recomenda ao jovem: “[...] proíbo-te que chegues a outras conclusões que não sejam as já achadas por outros. Foge a tudo que possa cheirar

<sup>35</sup> O conto “Teoria do Medalhão” foi publicado originalmente em 18 de dezembro de 1881, na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, e incluído por Machado de Assis na coletânea por ele organizada *Papéis avulsos* (1882). A versão original do conto encontra-se disponível na página da Biblioteca Nacional: <[http://memoria.bn.br/docreader/103730\\_02/3040](http://memoria.bn.br/docreader/103730_02/3040)>. Acesso em: 27 mai. 2020.

a reflexão, originalidade, etc., etc” (ASSIS, 2007, p. 89). Na crônica, Lulu sênior, pseudônimo de Ferreira Araújo, o dono da *Gazeta de Notícias*, conversa com o cronista de “Bons dias!” e o orienta a ingressar na carreira política a qualquer custo. A chave para ser eleito é não ter grandes ideias, pois “não as ter é meio caminho andado” (ASSIS, 1997, p. 206), segundo afirma o experiente redator. Para Gledson (2006, p. 152), “o papel das idéias na política brasileira” é um tema constante em Machado, cuja representação “mais famosa” é a “Teoria do medalhão”.

Utilizando-se, pois, de intertextos alheios ou ressignificando os de sua autoria, Machado de Assis soube aplicar aos seus escritos as diversas funções da citação, ora dotando-os de autoridade, pela recuperação do texto canônico, ora ornamentando-os com uma frase menos conhecida, mas apropriada à situação, graças ao seu consistente e habilidoso método de selecionar, relacionar e adaptar o conteúdo lido às suas criações literárias. Para Carvalho (2018, p. 220), por meio da intertextualidade, Machado revela suas “afinidades estéticas” e evidencia sua erudição, além de indiretamente legitimar opiniões e ideias próprias. É ainda, a nosso ver, um meio de o autor de “Bons dias!” revistar, sob diferentes ângulos, as inúmeras leituras que, de certa forma, ajudaram-no a formar o repertório de citações, trocadilhos e alusões tão característico de sua obra ficcional e jornalística.

#### **3.3.4. A PERSONIFICAÇÃO**

A personificação ou prosopopeia, segundo Martins (2012, p. 263), é um dos aspectos da Estilística da Enunciação e “consiste em pôr em cena os ausentes, os mortos, os seres sobrenaturais ou mesmo inanimados e fazê-los agir, falar, responder”. Sob o viés argumentativo, é uma estratégia linguística de notável expressividade e muito recorrente na literatura, como atestam os exemplos de Martins (2012), entre eles, o da conhecida obra machadiana, *Memórias póstumas de Brás Cubas*, uma extensa prosopopeia, desde o título, como lembra a autora.

Também na crônica de Machado de Assis essa figura de retórica, “espécie de humanização ou animismo” (MOISÉS, 2004, p. 374), aparece com frequência. Em “Bons dias!”, um dos exemplos mais significativos de personificação é a

presença humanizada do Meteorito de Bendegó, na crônica de 27 de maio de 1888, que integra o nosso *corpus* de pesquisa e será analisada no quarto capítulo. Em outros momentos da série, como na crônica de 26 de janeiro de 1889, Machado também atribui qualificativos próprios dos seres humanos a abstrações, tal qual a febre amarela que assolava a capital do império no fim do século XIX e figurava entre os assuntos em destaque nos principais jornais da época:

Esta velha dama, que estabeleceu aqui um *pied-à-terre*, não se esquece de nós inteiramente; há anos que traz toda a criadagem, e estabelece-se por uma estação e mais. Não é bonita, nem graciosa, nem se sabe quem seja, conforme dizem os abalizados. Eu creio, no tocante à genealogia, que é neta em quadragésimo grau do famoso Gargantuá<sup>36</sup>. Come que é o diabo, e dá muito de comer à empresa funerária, a qual, devendo detestá-la, pelo lado humano, não pode desadorá-la por outro lado, não menos humano (ASSIS, 1997, p. 154).

No fragmento acima, Machado organiza o discurso de forma a explorar ao máximo a personificação da terrível doença, personagem que não apenas pratica as ações designadas pelos verbos *estabelecer*, *esquecer*, *trazer*, *comer* e *dar*, como também tem sua possível ascendência revelada, ainda que de forma irônica. A moléstia em questão é imageticamente comparada a uma mulher, a quem as expressões “velha dama”; “não é bonita, nem graciosa” e “neta em quadragésimo grau do famoso Gargantuá” poderiam referir-se. Portanto, o uso bem elaborado de imagens contribui para a construção do sentido real que se busca evidenciar a partir do uso da personificação. Entretanto, como ressalta Coelho (1986, p. 86):

É importante notar que não podemos classificar o recurso da personificação como um puro processo imagístico, a despeito de ser expresso basicamente através de imagens, porque estas só adquirem seu sentido essencial quando identificadas com a apreensão conceitual que as gerou.

Recurso linguístico de grande complexidade, cujos efeitos estilísticos e expressivos conferem persuasão ao texto, a personificação integra a natureza das figuras de pensamento, caracterizada pela “expressão de uma representação mental, lógica, através de uma visão afetiva”, e também os processos imagísticos,

<sup>36</sup> Conforme a nota 2 de Gledson (1997), gigante voraz da obra homônima de Rabelais.

que estão relacionados à “transfiguração de uma vivência em imagens” (COELHO, 1986, p. 85). Tem por função “causar estranhamento” e “prender o leitor” (SANDMANN, 1993, p.90) pelo seu caráter, geralmente apelativo, como, por exemplo, o que Machado de Assis imprime à crônica de 16 de junho de 1888, de “Bons dias!” que analisaremos sob o enfoque da seleção lexical. Nela, o cronista da *Gazeta* personifica o verbo *salientar*, para ironizar o excesso com que ele era empregado no meio acadêmico, político, literário, jornalístico, entre outros.

Ampliando, pois, o alcance semântico dos termos que designam entes abstratos ou concretos não humanos pela atribuição a eles de características próprias de pessoas, a personificação torna mais forte seu intuito argumentativo. (FIORIN, 2014). A propósito dessa colocação, na crônica de 06 de fevereiro de 1889, já mencionada em nosso estudo da metáfora, Machado faz um comovente histórico do “xarope do Bosque”, velho conhecido da imprensa fluminense, anunciado insistentemente nos jornais da época. Depois de relatar o ciclo e o apogeu do popular medicamento, ilustrado com uma árvore e uma figura feminina, o cronista aposta na personificação para eternizá-lo, frente a seu gradual desaparecimento:

O rei dos xaropes desceu ao ponto de ser lacaio dos xaropes, e lacaio mal pago; as belas curas, suas nobres aliadas, quando o viram no tão baixo estado, foram levar os seus encantos a outros príncipes. Ele ainda resistiu; reproduzia nos jornais a árvore e a moça, e repetia todos os seus méritos, aqui e fora daqui; mas a queda ia continuando. Pessoas que lhe deviam a vida, não sei por que singular ingratidão, preferiam agora o arsênico, os calomelanos e outras drogas de préstimo limitado. O xarope foi caindo, caindo, caindo até morrer (ASSIS, 1997, p. 161-162).

Na falta do xarope do Bosque, seu concorrente e ainda “vivo” “xarope de Cambará” também é citado pelo cronista, que ironiza a frequência com que apareciam suas propagandas nos jornais. Na crônica de 06 de outubro de 1888, com esse propósito, ele finge confundir alfaiataria e xarope: “Não me acham alguma diferença? Devo estar pálido, levanto-me da cama, e se não fosse a Alfaiataria Estrela do Brasil... quero dizer o xarope de Cambará, ainda agora lá estava.”

Como mostram os exemplos machadianos dados, o recurso da personificação intensifica a expressividade pretendida por um autor, a partir de construções incomuns à realidade das coisas. Geralmente, o efeito estilístico singular que esse

artifício retórico produz atrai o leitor/interlocutor muito mais do que o atrairia em uma situação comunicativa “normal” e objetiva. Ampliando, enfim, as possibilidades de criação e emprestando ao texto a subjetividade necessária à extrapolação de sentidos, a personificação se traduz como uma estratégia ancorada no significado implícito, “uma figura de certa grandiosidade, que implica poder imaginativo” (MARTINS, 2012, p. 263).

### 3.3.5 A SELEÇÃO LEXICAL

A seleção ou escolha lexical é um recurso retórico muito usado na literatura: “É através dela que se estabelecem **as oposições, os jogos de palavras, as metáforas, o paralelismo rítmico** etc. Há palavras que, colocadas estrategicamente no texto, trazem consigo uma carga poderosa de implícitos” (KOCH, 2011, p. 151). A escolha de elementos lexicais é potencialmente argumentativa e tem caráter pessoal, pois está “diretamente associada a crenças, atitudes e ideologias dos interlocutores”, refletindo o modo como entendem o mundo (GIL, 2009, p. 83). Essas características fazem da seleção de palavras um caminho ideal para se conhecer as opiniões do enunciador, suas crenças e convicções, e as fontes influenciadoras de seu texto, porquanto

[...] é mais fácil encontrar influências da ideologia no significado semântico e no estilo de um discurso do que na morfologia (formação de palavras) e certos aspectos da sintaxe (formação de orações), porque estas últimas dependem muito menos do contexto. As escolhas lexicais, isto é, a construção dos referentes que um autor seleciona para caracterizar um personagem em seu texto revelam uma opção diretamente relacionada com sua opinião, que é dependente de sua posição ideológica e das atitudes relativas ao grupo que representa (ANDRADE, 2009, p. 159).

Ao selecionar o léxico adequado para expressar um pensamento, o enunciador constrói uma realidade específica, com base nas próprias experiências discursivas, evocando termos do repertório particular de significados. Dessa forma, é possível “estabelecer uma aproximação mais afetiva com o leitor, buscando envolvê-lo e criando maior cumplicidade para que ele também seja seu coenunciador”

(ANDRADE, 2009, p. 157). Associada sempre a um propósito argumentativo, a seleção lexical pode expressar diversas intenções do seu enunciador, entre elas, a afetiva, a informativa ou a irônica, essa última, muito comum à obra machadiana.

A propósito, Castro (1978, p. 9) acredita que as escolhas de palavras em Machado de Assis “supera toda e qualquer expectativa”, por ele renovar, como os bons escritores fazem, “giros, frases feitas, lugares-comuns, metáforas desgastadas, enfraquecidas”. A nosso ver, a seleção machadiana de palavras extrapola uma simples operação com o léxico e caracteriza-se pela recuperação de todo um campo semântico. Ao escolher o léxico, Machado traz juntamente ele um conhecimento mais amplo, que favorece as analogias perfeitas, como mostram alguns exemplos de “Bons dias!”.

Um exemplo representativo dessa estratégia linguística, a seleção lexical, em “Bons dias!”, aparece na crônica de 16 de junho de 1888, composta basicamente de dois documentos caracterizados pelo excesso intencional de formalidades. O primeiro trata-se de um requerimento recebido pelo cronista, cujo autor, personificado, o “verbo *Salientar*”, solicita ao cronista da *Gazeta* seu afastamento temporário das funções que exaustivamente tem desempenhado no serviço “político, literário, filosófico, industrial, comercial, rural”, esferas onde costuma tratar “com ministros e amanuenses, com bispos e sacristães, sem a menor desigualdade” (ASSIS, 1997, p. 81). Com essas justificativas, o verbo *Salientar* clama por uma licença de dois meses, ainda que sem vencimentos, argumentando nunca ter se afastado do cargo. Escolhendo termos lexicais, sinônimos de “salientar”, o inusitado requerente deixa subentendido que seu afastamento era proveitoso à língua, por evitar a repetição:

‘Cheguei até (e digo isto para mostrar atestados de tal ou qual valor que tenho), cheguei a fazer aposentar alguns colegas, que, antes de mim, distribuíam o trabalho entre si, *distinguindo-se* um, outro *sobressaindo*, outro *pondo em relevo* alguma qualidade particular [...]’ (ASSIS, 1997, p. 81, sem grifos no original).

Em seu despacho ao pedido, o cronista apropria-se de um léxico estratégica e ironicamente selecionado, marcado pelo teor grave e polido, próprio do campo semântico dos comunicados oficiais, como mostram os itens em destaque:

‘Conquanto o *suplicante* não junte documentos do que *alega*, é, todavia, de *notoriedade pública* o seu *zelo* e *prontidão* em *bem servir* a todos. A licença, porém, só lhe pode ser concedida por um mês, embora com ordenado, porque, trabalhando as câmaras legislativas, mais que nunca é necessária a presença do *suplicante*, cujo caráter e atividade, *legítima procedência* e brilhante futuro folgo em reconhecer e fazer públicos. Se tem trabalhado muito, é preciso dizer, por outro lado, que o trabalho é a lei da vida e que sem ele o *suplicante* não teria hoje a *posição culminante* que alcançou e na qual espero que se conservará *honrosamente* por longos anos, como todos *havemos mister. Lavre-se portaria, dispensados os emolumentos*’ (ASSIS, 1997, p. 82-83, sem grifos no original).

Os itens grafados garantem a “continuidade de sentido do texto” (KOCH, 2009, p. 84) e invocam semanticamente a linguagem dos ambientes que Machado de Assis, como jornalista, censor de teatro e funcionário público devia conhecer muito bem. Para Magalhães Júnior (1971, p. 179), o cabedal léxico machadiano resulta de uma “escolha consciente”, de um gosto particular, que se foi apurando com o tempo e com as experimentações linguísticas que o autor empreendia nos diversos gêneros literários aos quais se dedicou. Descontente com o cenário político pré-República, o cronista da *Gazeta de Notícias* pôde lançar mão da diversidade vocabular inerente ao seu intelecto e à sua experiência nas letras para empreender a crítica à retórica vazia dos parlamentares e ministros, cujas leis, na prática, pouco ou nada contribuíam para estancar a crise política que alavancava o fim do regime imperial.

Outra função da seleção lexical é a “manutenção do tema ou tópico discursivo”, por meio da “ativação de elementos componentes do mesmo esquema cognitivo” (KOCH, 2009, p. 84). Nesse sentido, são significativas as crônicas de “Bons dias!”, publicadas em 7 e 22 de março de 1889, nas quais Machado ironiza a mania linguística do latinista, Dr. Antônio de Castro Lopes, que publicava diversos artigos nos jornais, sugerindo neologismos originados do latim para substituir aos galicismos em moda no Brasil (GLEDSON, 1997). Exagerando no uso do francês (que Lopes queria proibir) ou fingindo aceitar os novos termos aportuguesados, Machado cria um efeito irônico singular, com base na escolha lexical:

Não estou brincando. Nunca comi *croquettes*, por mais que me digam que são boas, só por causa do nome francês. Tenho comido e comerei *filet de boeuf*, é certo, mas com a restrição mental de estar comendo *lombo de vaca*. Nem tudo, porém, se presta a restrições;

não poderia fazer o mesmo com as *bouchées de dames*, por exemplo, porque *bocados de senhoras* da idéia de antropofagia, pelo equívoco da palavra (ASSIS, 1997, p. 175).

Com efeito, no dia em que eu, pondo os meus *nasóculos*, comprar um *focale* e um *lucivelo*, para fazer *preconício* no *Concião*<sup>37</sup> [...] (ASSIS, 1997, p. 181).

Essas passagens demonstram a importância da seleção lexical para a coerência e para a definição da unidade semântica do texto, cujas “equivalências, contiguidades e associações” são a condição de sua “unidade e de sua funcionalidade comunicativa” (ANTUNES, 2010, p. 178). A escolha de Machado pelos termos em destaque leva em consideração o que Carvalho (1996, p. 18) postula: “A palavra tem o poder de criar e destruir, de prometer e negar [...]”. Num contexto argumentativo, a palavra “deixa de ser meramente informativa, e é escolhida em função de sua força persuasiva, clara ou dissimulada”. Contudo, mesmo veiculadas no meio jornalístico, as crônicas têm sua parcela literária e, portanto, carregam a subjetividade do autor, uma vez que “[...] nenhum falante descreve a natureza com imparcialidade absoluta; mesmo que se imagine neutro, é obrigado de alguma forma a imprimir sua interpretação” (CARVALHO, 1996, p. 37).

Essencial à formulação dos sentidos, o léxico também presta à adequação dos textos aos seus respectivos contextos. Como ressaltam KOCH; ELIAS (2016, p.33): “Uma seleção lexical adequada à situação comunicativa, ao conhecimento de mundo que pressupomos do nosso destinatário constitui um fator essencial de incremento ao poder persuasivo de nossos textos”. Além de que, ainda segundo as autoras, “uma boa seleção lexical é indispensável para tornar o texto mais atraente, mais produtivo, mais apto a produzir os efeitos desejados.

---

<sup>37</sup> A tradução para o português destas palavras é: “... pondo o meu pincenê, comprar um cachênê e um abajur, para fazer reclamo na reunião” (GLEDSON, 1997, p. 181).

#### 4. ANÁLISE DO CORPUS: CRÔNICAS DA SÉRIE “BONS DIAS!”

*A crônica de Machado de Assis, com suas primordiais características de leveza de tom e teor, fluência textual e estilística muito próxima da oralidade, ironia satírica e pilhéria, metáfora e paródia, ostenta também a presença incisiva (como ocorre em sua obra ficcional) dos conhecidos e admiráveis elementos machadianos do disfarce, da dissimulação, do subterfúgio, da sutileza, dos significados ocultos postos como desafios ao leitor [...].*

(ROSSO, 2011, p. 15).

Neste capítulo, analisaremos cinco crônicas da série machadiana “Bons dias!”, das quais quatro foram publicadas na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro (as de número 1, 2, 4 e 5, conforme tabela abaixo) e uma na edição única da *Imprensa Fluminense* (a de número 3). Sob anonimato, essas crônicas foram escritas por Machado de Assis, entre os dias 05 de abril e 01 de junho de 1888 e, de um modo geral e sob diferentes perspectivas, tratam do assunto político latente naquele período: a abolição da escravatura e, conseqüentemente, a derrocada do Império. A nosso ver e com base nos estudos de Gledson (1997, 2003, 2006, 2013), Machado olha para esses acontecimentos com ceticismo e pouco entusiasmo, prevendo o caos decorrente de uma lei (a Áurea) que não contempla o destino dos libertos e o equívoco de uma República oligárquica, com bases no militarismo.

Do ponto de vista linguístico, evidenciaremos em cada crônica selecionada as estratégias linguístico-discursivas (previamente abordadas no capítulo anterior e disponíveis no quadro abaixo) mobilizadas por Machado de Assis para a produção de sentidos. Aliadas a outros recursos, também contemplados em nosso estudo, tais como a adjetivação, o paradoxo e o silêncio, esses mecanismos da linguagem permitem entrever as intenções discursivas de um cronista experiente e sem limites para a ironia, que se dirige ao leitor cobrando-lhe de volta os mesmos “bons dias!” com que abre suas crônicas e nomeia a série homônima.

Previamente a cada análise proposta, disponibilizaremos o texto integral da crônica de “Bons dias!”, com base na edição de Gledson (1997), que, igualmente, é nossa referência para as notas de rodapé.

O quadro a seguir ajuda a elucidar nosso método de análise das crônicas:

<b>Estratégia dominante</b>	<b>Crônica em estudo</b>
1. Metáfora	Crônica 1 (nº 1 do editor) <sup>38</sup>
2. Repetição	Crônica 2 (nº 6 do editor)
3. Intertextualidade	Crônica 3 (nº 8 do editor)
4. Personificação	Crônica 4 (nº 9 do editor)
5. Seleção lexical	Crônica 5 (nº 10 do editor)

#### 4.1 CRÔNICA 1 (nº1 do editor)

*Algumas vezes toda uma perspectiva histórica se descobre numa metáfora.*  
(BRÉAL, 2008, p. 93)

5 de abril de 1888

	<b>BONS DIAS!</b>
1	Hão de reconhecer que sou bem criado. Podia entrar aqui, chapéu à banda, e ir logo dizendo o que me parecesse; depois ia-me embora, para voltar na outra semana. Mas não, senhor; chego à porta, e o meu primeiro cuidado é dar-lhe os bons dias. Agora, se o leitor não me disser a mesma
5	coisa, em resposta, é porque é um grande malcriado, um grosseirão de borla e capelo; ficando, todavia, entendido que há leitor e leitor, e que eu, explicando-me com tão nobre franqueza, não me refiro ao leitor, que está agora com este papel na mão, mas ao seu vizinho. Ora bem!
10	Feito esse cumprimento, que não é do estilo, mas é honesto, declaro que não apresento programa. Depois de um recente discurso proferido no Beethoven <sup>39</sup> , acho perigoso que uma pessoa diga claramente o que é que vai

<sup>38</sup> De acordo com a edição de Gledson (1997), analisaremos as crônicas n.1 (05/04/1888); n. 6 (11/05/1888); n.8 (20-21/05/1888), n. 9 (27/05/1888) e n. 10 (01/06/1888). Todavia, a título de organização e para facilitar nosso estudo, estabelecemos para essas crônicas a numeração de 1 a 5.

<sup>39</sup> Clube de intelectuais, fundado em 1882 e frequentado por Machado de Assis. Nele, provavelmente, o escritor assistiu ao discurso do ministro Ferreira Viana anunciando o fim da escravatura.

15	<p>fazer; o melhor é fazer calado. Nisto pareço-me com o príncipe (sempre é bom parecer-se com príncipes, em alguma coisa, dá certa dignidade, e faz lembrar um sujeito muito alto e louro, parecidíssimo com o imperador, que há cerca de trinta anos ia a todas as festas da Capela Imperial, <i>pour étonner le bourgeois</i>;<sup>40</sup> os fiéis levavam a olhar para um e para outro, e a compará-los, admirados, e ele teso, grave, movendo a cabeça à maneira de Sua Majestade. São gostos.) de Bismarck<sup>41</sup>. O Príncipe de Bismarck tem feito tudo sem programa público; a única orelha que o ouviu, foi a do finado imperador, – e talvez só a direita, com ordem de o não repetir à esquerda. O parlamento e o país viram só o resto.</p>
20	<p>Deus fez programa, é verdade (E Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança, para que presida etc. <i>Gênese I, 26</i>); mas é preciso ler esse programa com muita cautela. Rigorosamente, era um modo de persuadir ao homem a alta linhagem de seu nariz. Sem aquele texto, nunca o homem atribuiria ao criador nem a sua gaforinha,<sup>42</sup> nem a sua fraude. É certo que a fraude, e, a rigor, a gaforinha são obra do diabo, segundo as melhores interpretações; mas não é menos certo que essa opinião é só dos homens bons; os maus crêem filhos do céu – tudo por causa do versículo da Escritura.</p>
25	<p>Portanto, bico calado. No mais é o que se está vendo; cá virei uma vez por semana, com o meu chapéu na mão, e os <i>bons dias</i> na boca. Se lhes disser já, que não tenho papas na língua, não me tomem por homem despachado, que vem dizer coisas amargas aos outros. Não, senhor; não tenho papas na língua, e é para vir a tê-las que escrevo. Se as tivesse, engolia-as e estava acabado. Mas aqui está o que é; eu sou um pobre relojoeiro que, cansado de ver que os relógios deste mundo não marcam a mesma hora, descri do ofício. A única explicação dos relógios era serem iguaizinhos, sem discrepância; desde que discrepam, fica-se sem saber nada, porque tão certo pode ser o meu relógio, como o do meu barbeiro.</p>
30	<p>Um exemplo. O Partido Liberal, segundo li, estava encasacado e pronto para sair, com o relógio na mão, porque a hora pingava. Faltava-lhe só o chapéu, que seria o chapéu Dantas, ou o chapéu Saraiva<sup>43</sup> (ambos da Chapelaria Aristocrata); era só pô-lo na cabeça, e sair. Nisto passa o carro do paço com outra pessoa, e ele descobre que ou o seu relógio estava adiantado, ou o de Sua Alteza é que se atrasara. Quem os porá de acordo?</p>
35	<p>Foi por essas e por outras que descri do ofício; e, na alternativa de ir à fava ou ser escritor, preferi o segundo alvitre; é mais fácil e vexa menos. Aqui me terão, portanto, com certeza até à chegada do Bendegó<sup>44</sup>, mas provavelmente até à escolha do Sr. Guaí,<sup>45</sup> e talvez mais tarde. Não digo mais nada para os não aborrecer, e porque já me chamaram para o almoço.</p>
40	45

<sup>40</sup> Francês: “Para pasmar o burguês”.

<sup>41</sup> Refere-se ao príncipe Otto von Bismarck (1815-1898), famoso “chanceler de ferro” da Alemanha, e primeiro ministro do imperador Guilherme I, que tinha falecido há menos de um mês.

<sup>42</sup> Cabelreira volumosa, em desalinho, moda no século XIX – de Isabel Gaforini, cantora italiana.

<sup>43</sup> Manuel Pinto de Sousa Dantas (1831-1894) e José Antônio Saraiva (1823-1895), ambos liberais, ex-presidentes do Conselho e frequentadores da Chapelaria Aristocrata. Caso o Imperador optasse pelo Partido Liberal para conduzir a questão abolicionista, um desses dois seria o presidente do Conselho, mas, como pertenciam à “Chapelaria Aristocrata”, eram pouco confiáveis ao povo.

<sup>44</sup> O meteorólito de Bendegó caiu no sertão da Bahia no século XVIII e, em 1888, foi trazido, com grande dificuldade e demora ao Rio de Janeiro, a expensas do governo imperial. Desde então, estava exposto no Palácio de São Cristóvão, transformado em Museu Nacional, em 1892, onde resistiu ao incêndio que destruiu o local, em setembro de 2018.



sempre positiva quando estilisticamente aproveitada em textos escritos, onde exerce um “grande valor persuasivo” (KOCH, 2009, p. 112). Por meio da repetição, o cronista atrai o leitor para o seu argumento de que é “bem criado” (1), cauteloso e, por extensão, detentor de um discurso confiável. O primeiro parágrafo encerra-se com a locução interjetiva “Ora bem!” (8), que não apenas fecha a proposição inicial (a de que “há leitor e leitor”), como também serve à transição para o próximo assunto. Definida pelos gramáticos como “a expressão com que traduzimos os nossos estados emotivos” (BECHARA, 2015, p. 348), a interjeição caracteriza-se pela autonomia morfossintática, ou seja, pela sua capacidade de ser lida como uma frase independente. Sob a perspectiva semântica, todavia, o elemento interjetivo depende do contexto para significar, “da situação enunciativa”, como explicam OLIVEIRA; NASCIMENTO (2009, p. 110).

Na sequência, o autor de “Bons dias!” declara não apresentar programa para a série, motivado pela fala do novo ministro da justiça, Antônio Ferreira Viana, que havia anunciado em público a iminente abolição da escravatura. O discurso do político, não prevendo a indenização aos proprietários de escravos, provocou uma onda de protestos dos fazendeiros e levou o cronista à seguinte reflexão: “[...] acho perigoso que uma pessoa diga *claramente* o que é que vai fazer; o melhor é fazer *calado*” (12) (sem grifos no original). Funcionando como modalizadores do discurso, os termos em destaque ajudam a conduzir a argumentação, indicando as intenções do autor e constituindo um “modo de significar diferente daquele sob o qual é veiculado o conteúdo proposital” (KOCH, 2011, p. 136).

Para exemplificar seu raciocínio em relação à exposição de programas, Machado refere-se ironicamente ao papel do monarca brasileiro no processo de emancipação dos escravos, lançando mão de outro artifício linguístico-argumentativo, a parentetização. Depois de afirmar que se parece com o príncipe quanto à maneira de agir “calado”<sup>50</sup>, o cronista abre um longo parêntese e evoca “um sujeito muito alto e louro, parecidíssimo com o imperador” (14), que costumava frequentar todas as festas da Capela Imperial e atrair a atenção dos fiéis, por seu comportamento similar ao nobre soberano. E conclui: “São gostos.) de Bismarck”

---

<sup>50</sup> Conforme explica Gledson (2013, p.87): “Pedro II supostamente ficava acima da luta política, mas, como estava pessoalmente a favor da Abolição, presumia-se que influenciava o processo, mas em segredo, ‘calado’.

(18). A perspectiva teórica caracteriza o recurso como a “inserção de informações complementares ao tópico discursivo em desenvolvimento” (CASTILHO, 2010, p. 687), no entanto, Machado exclui do parêntese um dado fundamental ao reconhecimento da personalidade em questão. Dessa forma, o cronista da *Gazeta* subverte a finalidade dessa estratégia, conferindo humor e argumentatividade ao intuito de exaltar o desempenho administrativo do chanceler alemão (que fazia tudo sem programa público) em detrimento dos políticos do Brasil, que se antecipavam publicamente à lei. Até mesmo o programa feito por Deus, que aparece no primeiro dos livros bíblicos, não é poupado: é preciso lê-lo “com muita cautela” (24), segundo sentencia o cronista, com essa locução adverbial modalizadora. A conclusão do argumento, elaborada por meio de uma expressão popular, retoma a aproximação com o leitor, feita no primeiro parágrafo: “Portanto, bico calado” (31).

A partir dessa conclusão, Machado parece encerrar a crônica, sem retomar o assunto abolicionista, mencionado implicitamente no discurso de Viana: “No mais é o que se está vendo; cá virei uma vez por semana, com o meu chapéu na mão, e os *bons dias* na boca” (31-32). Sem “papas na língua” (33 e 35), o cronista diz ser um “pobre relojoeiro” (36-37) que desacreditou do ofício ao constatar que os relógios do mundo não marcam a mesma hora, quando o único sentido era “serem iguaizinhos” (38-39). Esse relojoeiro, que, em apenas uma vez, na crônica de 01 de junho de 1888, identifica-se como Policarpo, é, como visto no segundo capítulo deste trabalho, frequentemente estudado pela crítica como um narrador machadiano, uma *persona* do cronista. A nosso ver, entretanto, e com base nos estudos de Gledson (1997, 2003, 2006 e 2013), preferimos associá-lo ao próprio Machado e acrescentar uma observação: o relojoeiro “cansado” (37), bem como os relógios “que discrepam<sup>51</sup>” (39) são metáforas, respectivamente, para o próprio Machado, e para as duas vertentes do Partido Liberal, uma escravocrata e outra abolicionista, paradoxo imperdoável aos olhos do cronista.

---

<sup>51</sup> A discrepância dos relógios, como metáfora para relativizar a verdade, já havia sido usada por Machado na crônica de 1º de agosto de 1864, da série “Ao acaso”, que veiculava no *Diário do Rio de Janeiro*: “A profissão do folhetim não é ser exato como um relógio; e ainda assim, todos sabem como, até na casa dos relojoeiros, os relógios divergem entre si. Se é lícito ao relógio variar, não é ao folhetim que se deve pedir uma pontualidade de Monte-Cristo.” Suspeitamos que a metáfora tenha origem em Macedo, que registra o seguinte, na crônica de 24 de junho de 1860, na sessão “Labirinto”, do *Jornal do Commercio*: “É tempo perdido andar às voltas com os registros dos relógios políticos, porque hão de uns adiantar-se e outros ficar atrasados.”

Analisando o fenômeno metafórico a partir do famoso poema de Carlos Drummond de Andrade, “No meio do caminho”, Coelho (1986, p. 78-79) questiona o “real significado” da ‘pedra’ e do ‘caminho’, ambos já interpretados de inúmeras maneiras, em busca de elucidar o poema. Assim como esses “densos signos metafóricos carregados de significações ocultas”, de que fala a autora, o relojoeiro e o relógio de Machado de Assis são também metáforas de “natureza intuitiva ou emotiva”, ou seja, herméticas e discutíveis, como explica Coelho. Isso significa dizer que, em ambos os casos, a comparação não é facilmente identificada, mas existe a partir de associação de ideias, a “mais natural das leis psicológicas”, segundo Rocha Lima (1972, p. 462), para quem os novos sentidos ou novos valores expressivos alcançados no processo metafórico relacionam-se, de algum modo, aos primitivos.

Exemplificando seu raciocínio político, a partir da discrepância dos relógios, Machado retoma a iminência da abolição, assunto implícito no início da crônica, com a menção ao discurso de Viana. O exemplo, no entanto, é cifrado por metáforas e ironias, que dificultam o entendimento do leitor distanciado temporalmente. Em resumo, o cronista explica que o Partido Liberal, representado por Dantas e Saraiva, estava pronto para disputar a eleição que, de fato, não existiu<sup>52</sup>. O imperador havia convocado João Alfredo – “outra pessoa” – (45), do Partido Conservador, mas abolicionista, para chefiar o gabinete que vivenciaria o 13 de maio. A pergunta retórica que encerra o assunto – “Quem os porá de acordo?” (46) evidencia o desajuste entre os partidos (os relógios que discrepam) e justifica o descrédito do cronista quanto à profissão de relojoeiro, preferindo, agora, escrever para a *Gazeta*.

Valendo-se da função persuasiva da metáfora, Machado impõe, nessa crônica, sua opinião a respeito de um acontecimento histórico sem, de fato, demonstrá-la. Como estratégia linguística, a metáfora concretiza, no texto machadiano, um pensamento impossível, hoje, de exprimir por uma simples

---

<sup>52</sup> Gledson (2013, p. 87-88) explica que, com a saída do gabinete Cotegipe, os liberais abolicionistas deveriam assumir o poder. Mas esse não era o desejo do imperador, pois obrigaria a novas eleições, o que não apenas atrasaria o processo de emancipação como exporia a “artificialidade” e o “desgaste” do regime, caracterizado pelas “escolhas liberais” que corroboravam as eleições fraudulentas. Segundo o crítico, ainda que os liberais vencessem o pleito, ambos os candidatos (o “chapéu Dantas” ou o “chapéu Saraiva”) não eram confiáveis, pois pertenciam à “Chapelaria Aristocrata”. A nosso ver, ao citar o nome da loja (que realmente existiu), Machado questiona o quão abolicionista seriam os frequentadores de tal estabelecimento. Cabe ainda lembrar que, durante seus governos, esses políticos envolveram-se em projetos de leis paliativos para acabar com a escravidão, como o Projeto Dantas, de 1884; e a Lei Saraiva-Cotegipe (dos Sexagenários), de 1885.

explicação, sobretudo, porque as crônicas pertencem a um contexto temporalmente distante, dificultando a captação do sentido, como explica Bréal (2008, p. 95): “É difícil reconhecer as metáforas mais antigas. O estado de coisas que as tinha sugerido, tendo desaparecido, fica-se diante de uma raiz de significação incolor”.

#### 4.2 CRÔNICA 2 (nº6 do editor)

*A abolição não é um movimento da escuridão para a luz, mas a simples passagem de um relacionamento econômico e social opressivo para outro.*  
(GLEDSON, 2006, p. 156)

11 de maio de 1888<sup>53</sup>

	<b>BONS DIAS!</b>
1	<p>Vejam os leitores a diferença que há entre um homem de olho alerta, profundo, sagaz, próprio para remexer o mais íntimo das consciências (eu, em suma), e o resto da população.</p>
5	<p>Toda a gente contempla a procissão na rua, as bandas e bandeiras, o alvoroço, o tumulto, e aplaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra coisa; mas ninguém dá a razão desta coisa ou daquela coisa; ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião. Creio que fiz um verso.</p>
10	<p>Eu, pela minha parte, não tinha parecer. Não era por indiferença; é que me custava a achar uma opinião. Alguém me disse que isto vinha de que certas pessoas tinham duas e três, e que naturalmente esta injusta acumulação trazia a miséria de muitos; pelo que, era preciso fazer uma grande revolução econômica, etc. Compreendi que era um socialista que me falava, e mandei-o à fava. Foi outro verso, mas vi-me livre de um amolador. Quantas vezes me não acontece o contrário!</p>
15	<p>Não foi o ato das alforrias em massa dos últimos dias, essas alforrias <i>incondicionais</i>, que vêm cair como estrelas no meio da discussão da lei da abolição. Não foi; porque esses atos são de pura vontade, sem a menor explicação. Lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o princípio da propriedade não é menos legítimo. Qual deles escolheria? Vivia assim, como</p>
20	<p>uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões, até que a sagacidade e profundidade de espírito com que Deus quis compensar a minha humildade, me indicou a opinião racional e os seus fundamentos.</p> <p>Não é novidade para ninguém, que os escravos fugidos, em Campos, eram alugados. Em Ouro Preto fez-se a mesma coisa, mas por um modo mais</p>

<sup>53</sup> Texto original disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/103730\\_02/13766](http://memoria.bn.br/docreader/103730_02/13766)> Acesso em 12 ago. 2020. Nem todas as crônicas selecionadas para a análise constam na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

25	particular. Estavam ali muitos escravos fugidos. Escravos, isto é, indivíduos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais. Esses escravos fugidos não tinham ocupação; lá veio, porém, um dia em que acharam salário, e parece que bom salário.
30	Quem os contratou? Quem é que foi a Ouro Preto contratar com esses escravos fugidos aos fazendeiros A, B, C? Foram os fazendeiros D, E, F. Estes é que saíram a contratar com aqueles escravos de outros colegas, e os levaram consigo para as suas roças.
35	Não quis saber mais nada; desde que os interessados rompiam assim a solidariedade do direito comum, é que a questão passava a ser de simples luta pela vida, e eu, em todas as lutas, estou sempre do lado do vencedor. Não digo que este procedimento seja original, mas é lucrativo. Alguns não me compreenderam (porque há muito burro neste mundo); alguém chegou a dizer-me que aqueles fazendeiros fizeram aquilo, não porque não vissem que trabalhavam contra a própria causa, mas para pregar uma peça ao Clapp. <sup>54</sup>
40	— Sim, senhor. Saiba que o Clapp tinha o plano feito de ir a Ouro Preto pegar os tais escravos e restituí-los aos senhores, dando-lhes ainda uma pequena indenização do seu bolsinho, e pagando ele mesmo a sua passagem da estrada de ferro. Foi por isso que...
45	— Mas então quem é que está aqui doido? — É o senhor; o senhor é que perdeu o pouco juízo que tinha. Aposto que não vê que anda alguma coisa no ar. — Vejo; creio que é um papagaio. — Não, senhor; é uma República. Querem ver que também não acredita
50	que esta mudança é indispensável? — Homem, eu, a respeito de governo, estou com Aristóteles, no capítulo dos chapéus. O melhor chapéu é o que vai bem à cabeça. Este, por ora, não vai mal. — Vai pessimamente. Está saindo dos eixos; é preciso que isto seja,
55	senão com a monarquia, ao menos com a república, aquilo que dizia o <i>Rio-Post</i> <sup>55</sup> de 21 de junho do ano passado. Você sabe alemão? — Não. — Não sabe alemão?
60	E dizendo-lhe eu outra vez que não sabia, ele imitando o médico de Molière, dispara-me na cara esta algaravia do diabo: — <i>Es dürfte leicht zu erweisen sein, dass Brasilien weniger eine konstitutionelle Monarchie als eine absolute Oligarchie ist.</i> <sup>56</sup>
65	— Mas que quer isto dizer? — Que é deste último tronco que deve brotar a flor. — Que flor? — As
	BOAS NOITES.

<sup>54</sup> João Fernandes Clapp (1840-1902), comerciante e presidente da Confederação Abolicionista. Clapp também presidiu o clube dos Libertos, em Niterói, onde lecionava para escravos alforriados e fugidos. Por isso, a citação de seu nome como restituidor de escravos é amplamente irônica.

<sup>55</sup> Jornal da colônia alemã no Rio de Janeiro.

<sup>56</sup> “Seria mais fácil provar que o Brasil é mais uma oligarquia absoluta do que uma monarquia constitucional”.

A dois dias da Lei Áurea, Machado traz para sua crônica uma das causas imediatas da abolição: a fuga em massa dos escravos de fazendas nas províncias de Minas e Rio de Janeiro. Antes, porém, de adentrar o assunto, o escritor reflete sobre os festejos abolicionistas que tomam as ruas da capital, onde, segundo conclui, ninguém é capaz de entender o que verdadeiramente está acontecendo. Iniciando o texto com um imperativo – “*Vejam* os leitores [...]” (1) –, o cronista incita o público a diferenciá-lo do “resto da população” (3), antes de desenrolar seus argumentos a respeito da libertação dos escravos. Segundo Sandmann (1993, p. 28), dentro de sua ampla variedade semântica, o modo imperativo espera sempre um “comportamento” do interlocutor, podendo indicar um pedido, uma ordem, um conselho, um convite, etc. Habilidade, o autor de “Bons dias!” molda o pensar dos que o leem também a partir do autoelogio, caracterizado pela adjetivação ternária: só ele está apto a extrair dos fatos um sentido, graças ao seu olho “alerta, profundo, sagaz” (1-2). Transmitindo “clareza e individualidade” (DA CAL, 1969, p. 112) ao substantivo, esses adjetivos colaboram, assim como o imperativo, para diferenciar cognitivamente o autor de “Bons dias!” daqueles que estão nas ruas, na “procissão (4), no “alvoroço” (5) e no “tumulto (5)”, onde as opiniões se dividem.

Cético, mas não contrário ao fim do cativo, Machado está procurando um meio implícito de dizer que era preciso atentar-se às consequências iminentes da abolição<sup>57</sup>, entre elas, o destino dos libertos, assunto que aparecerá na próxima crônica da série, de forma abertamente irônica<sup>58</sup>. A propósito, o *day after* da abolição permeia grande parte de “Bons dias!” e, a nosso ver, é um dos efeitos de sentido latentes do discurso machadiano, como propomos neste trabalho. Um bom exemplo da preocupação machadiana com a sobrevivência pós-cativo aparece, de forma marcadamente irônica, na crônica de 27 de abril de 1888, quando o cronista diz estar ruminando algumas ideias para “dar emprego aos libertos que não quisessem ficar na agricultura”, entre elas, propõe “aumentar o número de criados de servir, de tal maneira que ninguém tenha menos de três”. O recurso da ironia, que permite a produção de “enunciados interpretáveis em dois planos de uma só vez”

<sup>57</sup> Sobre o posicionamento de Machado a respeito da abolição, ver: DUARTE, Eduardo de Assis. (Org.). *Machado de Assis afro-descendente: escritos de caramujo*. RJ / Belo Horizonte: Pallas/Crisálida, 2007.

<sup>58</sup> Trata-se da crônica de 19 de maio de 1888, de “Bons dias!”, comentada no segundo capítulo deste trabalho.

(MAINGUENEAU, 1996, p. 97-98), é o que dá sentido a essa proposta do cronista, descabida nas aparências, mas potencialmente crítica nas entrelinhas.

Nem mesmo as alforrias, atos de “pura vontade e sem explicação” (17-18), escapam à pena irônica machadiana, que as classifica de “incondicionais” (16). Empregado em itálico no texto original da *Gazeta*, esse adjetivo gera uma desproporção emocional ao texto, desmascarando a boa intenção do gesto senhorial: a libertação antecipada não era tão inexplicável assim, pois os fazendeiros nada mais faziam que render-se ao inevitável da lei, mirando o ressarcimento pela propriedade esvaída. Nesse contexto, “o uso elaborado do adjetivo faz com que a realidade moral e física das percepções alcance o leitor com dimensões alteradas ou, até mesmo, com aspecto ridículo ou grotesco” (DA CAL, 1969, p. 142). Seguindo esse raciocínio, o adjetivo “incondicionais” não figura na crônica apenas como um qualificador, mas um potente instrumento semântico-estilístico a serviço da produção de sentidos.

A aparente falta de opinião do cronista em relação à abolição – “Eu, pela minha parte, não tinha parecer” (8) – decorre de um paradoxo: o princípio da *propriedade* é tão legítimo quanto o da *liberdade*. Ainda que pertencentes ao mesmo campo semântico (na crônica, o da escravidão), os termos destacados expressam ideias paradoxais que foram ironicamente harmonizadas para “contrariar o senso comum” (HENRIQUES, 2018, p. 148). Levando em conta o fato de o texto machadiano referir-se à propriedade de pessoas, ou seja, um princípio nada “legítimo” e oposto ao de liberdade, consideraremos a seguinte proposição: “Quando termos de sentido contrário estão ligados numa mesma unidade da frase, reunindo idéias contrárias e aparentemente inconciliáveis, a antítese ganha um nome especial: paradoxo” (GUIMARÃES; LESSA, 1988, p. 49).

Visando, portanto, desestabilizar a opinião geral, o paradoxo exerce grande força argumentativa, além de constituir uma “provocação ao adversário” (FIORIN, 2017, p. 220), exatamente o que deseja o cronista, inconformado com o sentido único, dado como verdadeiro, a acontecimentos tão importantes para o futuro da nação. Fingindo legitimar propriedade e liberdade, ele contraria o senso comum republicano. Machado tece ironicamente seu discurso a partir de um “antimodelo”, uma das técnicas do paradoxo, que remonta à retórica clássica (ABREU, 2000, p.

32). A essa altura, como destaca Gledson (2006, p. 154), “a ironia invade a argumentação a tal ponto que o leitor tem de ler e reler para descobrir em que plano Machado está conduzindo seu arrazoado”. Atribuindo a escolha entre os dois preceitos (liberdade e propriedade) à “sagacidade” (20) e à “profundeza” (21) de seu espírito, o cronista retoma e nomeia, com esses substantivos abstratos, as qualidades de seu olho – “sagaz” (2) e “profundo” (2) –, tornando mais persuasiva a carga semântica dos adjetivos que havia empregado.

Entretanto, em vez de dizer claramente sua “opinião racional” (22), o cronista de “Bons dias!” subentende seu ponto de vista com a estratégia linguístico-argumentativa, a nosso ver, mais relevante da crônica: a repetição. Considerada por KOCH e ELIAS (2015, p. 161) como um “poderoso recurso retórico”, a repetição é uma forma de fazer o texto progredir e, sobretudo, um meio de convencer os leitores, por seu caráter fortemente argumentativo. A retomada de termos, sintagmas ou expressões faz, portanto, o texto avançar e, conseqüentemente, revelar os sentidos esperados pelo produtor. Ainda que outras estratégias linguísticas estejam presentes na crônica, é a reiteração do sintagma nominal “escravos fugidos” (23, 25, 28, 31) que mais intensifica o propósito machadiano de chamar a atenção para o destino incerto dos escravos alforriados depois da Lei. Antecedida por um artigo definido – “os escravos fugidos” (23) –, a primeira ocorrência do sintagma, já revela o caráter persuasivo da expressão, pois, conforme ressalta Fávero (1991, p. 22):

O artigo permite a antevisão da informação e sua recuperação no texto: uma expressão introduzida por um definido tem um valor argumentativo bem grande; o autor cria um universo textual em que o referente determinado pelo artigo ganha existência.

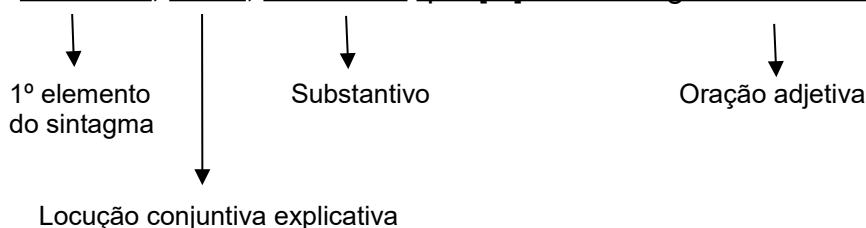
Machado utiliza repetidamente esse conjunto para referir-se à mão de obra alugada em Campos e Ouro Preto, composta por escravos que haviam escapado aos seus senhores de origem e estavam sendo temporariamente contratados por outros fazendeiros dessas duas cidades. Ao longo da crônica, a retomada de “escravos fugidos” mostra-se como uma “estratégia de composição do texto e condução do *tópico discursivo*” (MARCUSCHI, 2006, p. 220).

O quadro a seguir mostra a constância do sintagma nominal da crônica:

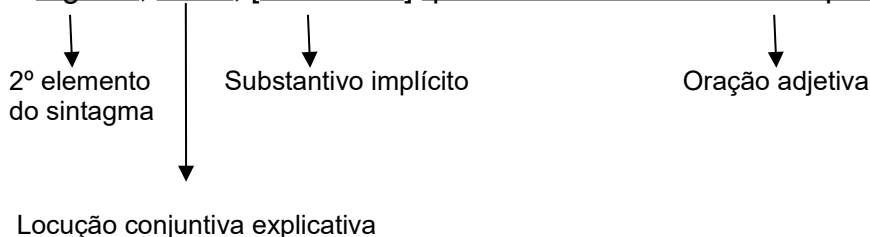
1ª Ocorrência	“os escravos fugidos” (23)
2ª Ocorrência	“muitos escravos fugidos” (25)
3ª Ocorrência	“esses escravos fugidos” (28)
4ª Ocorrência	“esses escravos fugidos” (31)

Além dessa recorrência de termos, aparece na crônica outro tipo de repetição: o paralelismo sintático, como podemos observar a seguir:

“Escravos, isto é, indivíduos que [...] eram obrigados a servir uma pessoa;



e fugidos, isto é, [indivíduos] que se haviam subtraído ao poder do senhor [...]”



A partir do desmembramento do sintagma nominal, Machado realiza uma manobra linguística potencialmente argumentativa, em que se destaca a locução conjuntiva “isto é”. Estrategicamente entre vírgulas, ela tem o efeito de sentido de explicação, obrigando o leitor a pausar e refletir sobre o enunciado. Em outros momentos, o cronista substitui o adjetivo “fugidos” por pronomes demonstrativos, como em “*aqueles* escravos” (32) ou “*tais* escravos” (42), formas que igualmente particularizam a situação indigna daqueles trabalhadores às vésperas da libertação.

Intensificando, portanto, o “sentido da construção reiterada” (FIORIN, 2014, p. 120), a repetição aleatória do sintagma nominal “escravos fugidos” transforma-se em

uma expressão cristalizada, revelando o efeito de sentido pretendido por Machado, além de questionar a eficácia de uma lei para solucionar definitivamente o problema, como mencionado anteriormente. Longe de evitar a repetição, Machado, “procura-a, elabora-a, sublinha-a, e chama para ela a atenção do leitor. E consegue transformá-la numa vantagem estilística” (DA CAL, p. 97).<sup>59</sup>

Com esse artifício linguístico, Machado ressalta o quanto os interesses da classe aristocrática estavam acima da suposta “solidariedade” que deveria existir entre seus membros. Ao empregar esses cidadãos irregulares, os fazendeiros mineiros agiam contra o próprio bem-comum, reconhecendo a liberdade daqueles que, pela lei, ainda dela não dispunham. De forma implícita e com um “distanciamento incomparavelmente irônico” (Gledson, 2006, p. 155), o cronista aprova as fugas (“luta pela vida”) e confortavelmente posiciona-se “sempre do lado do “vencedor” (36), que, no fundo, inexistia nesse contexto. Alforriado o escravo, restava o “princípio da propriedade”, que “legitimava” os maus tratos e as indignas condições de trabalho desse povo<sup>60</sup>. Na contramão, perdia também a Coroa, que ruía inevitavelmente frente à nova realidade servil. Confirmando seu apelo inicial para que os leitores o diferenciem do “resto da população” (3), o cronista afirma que nem todos são capazes de compreendê-lo quanto a esses pensamentos (que estão voltados para o futuro), “porque há muito burro neste mundo” (38), como enfatiza, entre parênteses. Com esse recurso, o cronista separa uma ideia constituinte que deveria aparecer contígua e foi, estrategicamente, isolada por uma interpolação (FIORIN, 2014).

Citando uma história absurda, a de que o presidente da Confederação Abolicionista, João Fernandes Clapp, estaria capturando os escravos fugidos e restituindo-os aos donos, Machado passa da abolição à República e introduz um interlocutor ficcional que ratifica essa versão e o acusa de estar “doido”, por não perceber que “anda alguma coisa no ar” (47), ou seja, a República, a mudança “indispensável” (50), segundo a voz articuladora desse novo ideal. Como um dos

<sup>59</sup> A citação empregada para caracterizar o estilo machadiano refere-se, originalmente, a Eça de Queirós: “Outro resultado natural da restrição vocabular é a repetição de palavras. Mas esta desvantagem é ousada e destramente superada por Eça. Em lugar de fugir dela, procura-a, elabora-a, sublinha-a, e chama para ela a atenção do leitor. E consegue transformá-la numa vantagem estilística” (DA CAL, 1969, p. 97).

<sup>60</sup> Em relação a esse aspecto, Gledson comenta: “Acabamos de ver que a Abolição é relativa: libertando os escravos, não se faz do que libertá-los para o mercado de trabalho, no qual serão contratados e demitidos e, sem dúvida, receberão salários miseráveis [...]” (GLEDSON, 2006, p. 155).

sentidos da metáfora é o de apresentar um argumento e sustentar uma posição (GUIMARÃES, 2018), o cronista rebate seu opositor com esse recurso: “O melhor chapéu é o que vai bem à cabeça”, sentencia ele, a partir do que julga ser uma máxima de Aristóteles<sup>61</sup>. E completa: “Este, por ora, não vai mal” (52-53), referindo-se ao “chapéu” adequado à ocasião (o sistema monárquico), que evidencia a preferência machadiana pelo governo do Imperador D. Pedro II<sup>62</sup> em detrimento à onda republicana que tomava conta das ruas. Relacionando “chapéu” e “monarquia”, Machado constrói uma metáfora elaborada e torna os itens associados de “índole intuitiva e não lógica” (COELHO, 1986, p. 78). Mesmo no contexto da crônica, a semelhança semântica entre os signos metafórico (chapéu) e real (monarquia) depende de um prévio conhecimento do leitor quanto à citação literária que faz o cronista: se é preciso “andar de chapéu, por razões de saúde”, melhor não comprometer também a “saúde” do país, com a proclamação da República.

A réplica do interlocutor traz a explicação em alemão do que verdadeiramente está para acontecer. A ideia da língua estrangeira era não ser compreendido pelos demais, mas, como lembra Gledson (2006, p. 156), os termos “*konstitutionelle Monarchie*” e “*absolute Oligarchie*” (62) dão aos leitores uma pista do significado e direcionam para a conclusão de que o novo sistema nascerá de uma oligarquia absoluta: é ela que governará o país, independentemente do regime, e também é dela que brotará a “flor”, ou seja, a República. Para não mencioná-la, o suposto interlocutor silencia após a expressão “As” que, ao mesmo tempo, encerra a crônica e completa a saudação final (“As boas noites”). Todavia, esse silenciar é pleno de sentido e permite ao cronista trabalhar sua “contradição constitutiva” (ORLANDI, 1992, p. 23), sem enfastiar-se em arengas desnecessárias, à maneira do

<sup>61</sup> Segundo a nota 5 de Gledson (1997, p. 58), esta citação é apócrifa e pode ter sido inventada pelo próprio Machado, a partir de uma fala da peça de Molière, *Le médecin malgré lui*, da qual o escritor carioca retira a epígrafe para seu conto “Capítulo dos chapéus” (1883). Segundo Gledson, na referida obra francesa, um dos personagens afirma que Hipócrates (e não Aristóteles) diz que é preciso andar de chapéu, por razões de saúde, opinião aceita por advir de uma autoridade clássica.

<sup>62</sup> Machado não culpava o Imperador, em particular, pelos males políticos do Brasil. Constantemente, em sua obra, ele chama o leitor à reflexão quanto ao papel do cidadão na melhoria do país. Na crônica de 01/09/1878, da série “Notas semanais”, o escritor carioca relaciona a ineficácia das leis governamentais à inércia do brasileiro: “Há uma série de fatores, que a lei não substitui, e esses são o estado mental da nação, os seus costumes, a sua infância constitucional...” A mesma ideia aparece no famoso conto “Teoria do medalhão” (*Gazeta de Notícias*, 18/12/1881): “Faz-se uma lei, executa-se, não produz efeito, subsiste o mal. [...] Antes das leis, reformemos os costumes!” Ainda sobre esse aspecto, em “Bons dias!”, nas crônicas de 27/04/1888 e 17/12/1888, Machado destaca, de forma crítica, “o nosso vezo de tudo esperar do governo”.

Conselheiro Aires.<sup>63</sup> Dessa forma, o texto silenciado ganha em proporções argumentativas, mais do que se mencionado aquilo que se encontra oculto, pois

O silêncio é assim a 'respiração' (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. Reduto do possível, do múltiplo, o silêncio abre espaço para o que não é 'um', para o que permite o movimento do sujeito (ORLANDI, 1992, p. 12).

Nessa perspectiva, o argumento machadiano de que a República seria apenas uma nova forma de opressão aos ex-escravos, travestida em mudança essencial à nação, fica subtendida pelas estratégias linguístico-discursivas utilizados, sobretudo, a nosso ver, pela repetição do sintagma “escravos fugidos”. Mesmo nos momentos em que não aparece textualmente, o sentido dessa composição ecoa na crônica, ressurge em cada linha, a cada leitura, como um ritornelo imaginário, estabelecendo um “paralelismo especial”: a repetição que se cumpre no campo ideativo, expressional ou vocabular (CHERUBIM, 1989, p. 57).

---

<sup>63</sup> O Conselheiro Aires, personagem de *Esaú e Jacó* (1904), reaparece como protagonista no último romance machadiano, *Memorial de Aires* (1908). O ex-diplomata de carreira era conhecido pela sua arte de silenciar o discurso para evitar querelas: “Tinha o coração disposto a aceitar tudo, não por inclinação à harmonia, senão por tédio à controvérsia” (Cap. XII, de *Esaú e Jacó*). O lema de Aires já aparece em “Bons dias!”, na abertura da crônica de 27 de dezembro de 1888, em que Machado comenta: “Cuidava eu que era o mais precavido dos meus contemporâneos. A razão é que saio sempre de casa com o *Credo* na boca, e disposição feita de não contrariar as opiniões dos outros”. A propósito, a aversão machadiana pela discussão é o assunto do livro de Mário Casasanta, *Machado de Assis e o tédio à controvérsia* (Belo Horizonte: Amigos do Livro, 1934).

### 4.3 CRÔNICA 3 (nº8 do editor)

[...] não podemos construir um texto sem nos ligarmos a outros textos  
previamente enunciados.  
(KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2012, p. 146)

20-21 de maio de 1888<sup>64</sup>

	<b>BONS DIAS!</b>
1	Algumas pessoas pediram-me a tradução do evangelho que se leu na grande missa campal do dia 17. <sup>65</sup> Estes meus escritos não admitem traduções, menos ainda serviços particulares; são palestras com os leitores e especialmente com os leitores que não têm que fazer. Não obstante, em vista
5	do momento, e por exceção, darei aqui o evangelho, que é assim:
	1. No princípio era Cotejipe, <sup>66</sup> e Cotejipe estava com a Regente, <sup>67</sup> e Cotejipe era a Regente.
	2. Nele estava a vida, com ele viviam a Câmara e o Senado.
10	3. Houve então um homem de São Paulo, chamado Antônio Prado, <sup>68</sup> o qual veio por testemunha do que tinha de ser enviado no ano seguinte.
	4. E disse Antônio Prado: O que há de vir depois de mim é o preferido, porque era antes de mim.
	5. E, ouvindo isto, saíram alguns sacerdotes e levitas e perguntaram-lhe: Quem és tu?
15	6. És tu, Rio-Branco? <sup>69</sup> E ele respondeu: Não o sou. És tu profeta? E ele

<sup>64</sup> Esta é a única crônica da série “Bons dias!” que não foi publicada na *Gazeta de Notícias*, e sim no único número da *Imprensa Fluminense*, uma edição comemorativa pela abolição. Consta na edição de Gledson (1997) e também nos *Dispersos de Machado de Assis*, org. de Jean-Michel Massa. Texto original disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/705799/1>> Acesso em 12 ago. 2020.

<sup>65</sup> Missa ao ar livre, celebrada no Campo de São Cristóvão, no Rio de Janeiro, em 17 de maio, a pedido da Princesa Isabel, em ação de graças pela abolição. Machado de Assis compareceu à celebração, conforme atesta a foto do evento, disponibilizada pela Brasiliana Fotográfica em: <http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/20.500.12156.1/1795>. O escritor também já havia comparecido aos festejos, no dia da assinatura da lei, como ele mesmo registrou na crônica de 14 de maio de 1893, publicada na série “A Semana”: “Houve sol, e grande sol naquele domingo de 1888, em que o Senado votou a lei, que a regente sancionou, e todos saímos à rua. Sim, também eu saí à rua, eu o mais encolhido dos caramujos, também entrei no préstito, em carruagem aberta, se me fazem favor, hóspede de um gordo amigo ausente; todos respiravam felicidade, tudo era delírio”.

<sup>66</sup> João Maurício Wanderley, Barão de Cotejipe (1815-1889), presidente do Conselho (1885-88). Antiaboliconista, demitiu-se em março de 1888, para dar lugar a João Alfredo, que decretou a completa abolição. Conforme a edição de Gledson (1997), mantivemos exclusivamente no texto da crônica a grafia com “j”, para o nome “Cotejipe”. Entretanto, nas demais ocorrências, optamos por grafá-lo com “g” (Cotejipe), como, atualmente, escreve-se.

<sup>67</sup> Princesa Isabel (1846-1921).

<sup>68</sup> Antônio da Silva Prado (1840-1929). Importante político paulista, que mudou de posição em 1887, passando do combate à abolição ao reconhecimento de sua necessidade. Tal mudança foi decisiva para a queda do governo de Cotejipe.

	respondeu: Não. Disseram-lhe então: Quem és tu logo, para que possamos dar resposta aos chefes que nos enviaram?
20	7. Disse-lhes: Eu sou a voz do que clama no deserto. Endireitai o caminho do poder, porque aí vem o João Alfredo. <sup>70</sup>
	8. Estas coisas passaram-se no Senado, da banda de além do Campo da Aclamação, esquina da Rua do Areal.
25	9. No dia seguinte, viu Antônio Prado a João Alfredo, que vinha para ele, depois de guardar o chapéu no cabide dos senadores, e disse: Eis aqui o que há de tirar os escravos do mundo. Este é o mesmo de quem eu disse: Depois de mim virá um homem que me será preferido, porque era antes de mim.
	10. Passados meses, aconteceu que o espírito da Regente veio pairar sobre a cabeça de João Alfredo, e Cotejipe deixou o poder executivo e o poder executivo passou a João Alfredo.
30	11. E João Alfredo, indo para a Galiléia, <sup>71</sup> que é no caminho de Botafogo, <sup>72</sup> mandou dizer a Antônio Prado, que estava perto da Consolação: <sup>73</sup> Vem, que é sobre ti que edificarei a minha igreja.
35	12. Depois, indo a uma cela de convento, viu lá um homem por nome Ferreira Viana, <sup>74</sup> o qual descansava de uma página de Agostinho, lendo outra de Cícero, e disse-lhe: Deixa esse livro e segue-me, que em breve te farei outro Cícero, não de romanos, mas de uma gente nova; e Ferreira Viana, despindo o hábito e envergando a farda, seguiu a João Alfredo.
40	13. Em caminho achou João Alfredo a Vieira da Silva, <sup>75</sup> e perguntou-lhe: És tu maçom? E ele respondeu: Sou, mas posso dizer-te, pelo que tenho visto, que maçom e ministro de ordem terceira é a mesma pessoa. Disse-lhe então João Alfredo: Vem comigo; serás ministro da ordem primeira, e trabalharás pelo Céu.
45	14. Depois, vendo um homem que passava, disse João Alfredo: Vem aqui: não és Rodrigo Silva, <sup>76</sup> que agricultavas a terra no tempo de Cotejipe? E Rodrigo respondeu: Tu o disseste. E tornou João Alfredo: Onde vai agora que parece abandonar-me? Vem comigo, e lavrarás a terra, e tratarás com os gentios, ao mesmo tempo, porque Antônio Prado vai a São Paulo, onde padecerá e donde voltará mais robusto. <sup>77</sup>
	15. Depois, vendo Tomás Coelho <sup>78</sup> , homem justo, da tribo de Campos, disse: O Senhor Deus dos Exércitos manda que sejas ministro da Guerra. E

<sup>69</sup>José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco (1819-1880), cujo governo, em 1871, aprovou a Lei do Ventre Livre.

<sup>70</sup>João Alfredo Correia de Oliveira (1835-1919); ministro no governo Rio Branco e contra a abolição até 1887, quando mudou de opinião. Chefe de gabinete no governo formado em março de 1888.

<sup>71</sup>Galiléia é um famoso engenho de Pernambuco, província pela qual João Alfredo foi senador.

<sup>72</sup>Isto é, o Palácio Isabel (atual Palácio Guanabara), casa da regente e seu consorte, o Conde d'Eu.

<sup>73</sup>O Palacete da Consolação, residência particular de Antônio Prado em São Paulo.

<sup>74</sup>Antônio Ferreira Viana (1832-1903), ministro da justiça no gabinete João Alfredo. Conhecido adepto do clericalismo, muitas vezes caricaturado como um religioso

<sup>75</sup>Luís Antônio Vieira da Silva (1828-1889); ministro da Marinha. Importante e antigo membro da maçonaria, cujos interesses defendeu durante a crise da "Questão Religiosa", em 1873.

<sup>76</sup>Rodrigo Augusto da Silva (1843-1889). Ministro da Agricultura no gabinete de Cotejipe e também no gabinete João Alfredo. Quando Antônio Prado foi para São Paulo, depois da formação deste último, assumiu o cargo de ministro de Relações Exteriores (por isso, "tratarás com os gentios").

<sup>77</sup>Antônio Prado ficou doente em São Paulo, durante o mês de abril de 1888. Houve quem dissesse que a doença era fingida, e que apenas queria distanciar-se, nos sentidos literal e metafórico, do governo de João Alfredo.

50	descobririndo Costa Pereira: <sup>79</sup> Este é o que esteve comigo em 1871: eu o conheço; vem, serás também meu discípulo.
	16. Unidos os sete, disse João Alfredo: Sabeis que vim libertar os escravos do mundo, e que esta ação nos há de trazer glória e amargura; estais dispostos a ir comigo?
55	17. E respondendo todos que sim, disse um deles por parábola, que no ponto em que estavam as coisas, melhor era cortar a perna que lavar a úlcera, pois a úlcera ia corrompendo o sangue.
	18. Mas, ficando João Alfredo pensativo, disseram os outros entre si: Que terá ele?
60	19. Então o mestre, ouvindo a pergunta, disse: Prevejo que há de haver uma consulta de sacerdotes e levitas, para ver se chegam a compor certo unguento, que os levitas aplicarão na úlcera; mas não temais nada, ele não será aplicado.
65	20. E como perguntassem alguns qual era a composição desse unguento, o discípulo Viana, mui lido nas escrituras, disse:
	21. Está escrito no livro de <i>Elle Haddebarim</i> , também chamado <i>Deuteronômio</i> , que quando o escravo tiver servido seis anos, no sétimo ano o dono o deixe ir livre, e não com as mãos abanando, senão com um alforje de comida e bebida. Este é de certo o unguento lembrado, menos talvez o alforje e
70	os seis anos. <sup>80</sup>
	22. E acudiu João Alfredo: Tu o disseste: três anos bastam aos levitas e sacerdotes, mas a úlcera é que não espera.
	23. Ora pois vinde e falemos a verdade aos homens.
75	24. E, tendo a Regente abençoado a João e seus discípulos, foram estes para as câmaras, onde apresentaram o projeto de lei, que, depois de algumas palavras duras e outras cálidas de entusiasmo, foi aprovado no meio de flores e aclamações.
	25. A Regente, que esperava a lei nova, assinou com sua mão delicada e superna.
80	26. E toda a terra onde chegava a palavra da Regente, de João Alfredo e dos seus discípulos, levantou brados de contentamento, e os próprios senhores de escravos a ouviam com obediência.
	27. Menos no Bacabal, província do Maranhão, onde alguns homens declararam que a lei não valia nada, e, pegando no azorrague, castigaram os seus escravos cujo crime nessa ocasião era unicamente haver sido votada uma lei, de que eles não sabiam nada; e a própria autoridade se ligou com esses homens rebeldes.
85	
	28. Vendo isto, disse um sisudo de Babilônia, por outro nome Carioca: Ah! Se estivessem no Maranhão alguns ex-escravos daqui, que depois de
90	livres, compraram também escravos, quão menor seria a melancolia desses que

<sup>78</sup>Tomás José Coelho de Almeida (1838-1895), ministro de guerra e dono de engenho em Campos. A expressão “homem justo” pode ser uma referência pessoal, por parte de Machado, porque Coelho o fizera chefe de seção no Ministério da Agricultura, em 1876, e foi felicitá-lo por ocasião da sua promoção a oficial da Ordem da Rosa.

<sup>79</sup>José Fernandes da Costa Pereira (1853-1889), ministro do Império no novo gabinete. Presidente da província São Paulo em 1871 – daí talvez “esteve comigo em 1871.”

<sup>80</sup>A citação é do Deuteronômio 15:12-14. *Elle Haddebarim* é um nome alternativo para o livro, e corresponde às duas primeiras palavras hebraicas do texto: “Estas são as palavras”.

95	<p>são agora duas coisas ao mesmo tempo, ex-escravos e ex-senhores. Bem diz o <i>Eclesiastes</i>: Algumas vezes tem o homem domínio sobre outro homem para desgraça sua.<sup>81</sup> O melhor de tudo, acrescento eu, é possuir-se a gente a si mesmo.</p> <p style="text-align: right;">BOAS NOITES.</p>
----	--

Machado de Assis elabora a crônica a partir de uma estratégia de grande proveito argumentativo: a intertextualidade intergenérica ou intergenericidade, que ocorre quando um gênero desempenha a função de outro para tornar sua mensagem mais persuasiva (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2012). Aproveitando-se estilisticamente da linguagem bíblica, o escritor carioca focaliza o embaraçado processo político que levou à abolição da escravatura, a partir de uma paródia alusiva, em grande parte, ao Evangelho lido na missa comemorativa de 17 de maio de 1888. Caracterizada como “um recurso bastante criativo que se constrói a partir de um texto-fonte retrabalhado”, a paródia objetiva “atingir outros propósitos comunicativos”, não se restringindo apenas aos humorísticos, mas também aos críticos ou poéticos (CAVALCANTE, 2012, p. 155).

Assim como a intergenericidade, a paródia é um tipo de intertextualidade e, por meio de ambas, Machado de Assis evidencia as falhas e incongruências de um sistema de governo prestes a ruir. Sem ridicularizar o texto-base, o bíblico, Machado aproveita estilisticamente de sua forma para seus propósitos argumentativos. Quanto a esse aspecto, Hutcheon (1989, p. 48) comenta que

a distanciação crítica entre a paródia em si e o texto que lhe serve de fundo nem sempre conduz à ironia às custas da obra parodiada. [...] muitas paródias actuais não ridicularizam os textos que lhes servem de fundo, mas utilizando-nos como padrões por meio dos quais colocam o contemporâneo sob escrutínio.

Para significar e produzir humor, a crônica mobiliza o “contexto sociocognitivo” (KOCH, BENTES; CAVALCANTE, 2012, p. 66) das Sagradas Escrituras, concentrando-se nos evangelhos, além de algumas menções ao Deuteronômio e ao *Eclesiastes*. Estruturalmente, a “tradução” machadiana compõe-se de vinte e oito

---

<sup>81</sup>Eclesiastes 8:9.

versículos que condensam, na verdade, um número bem maior dessas subdivisões de capítulos, se comparados à Bíblia. Por exemplo, os quatro primeiros versículos da crônica (6-11) correspondem, do ponto de vista estético-formal, aos quinze iniciais do Evangelho de João, onde consta o prólogo intitulado “O verbo divino”. A partir do quinto versículo da crônica até o décimo (13-26), parodia-se a segunda parte do citado Evangelho, “Testemunho de João Batista”, que na Bíblia aparece entre os versículos 19 a 32. A partir do décimo primeiro versículo machadiano, supõe-se que o Evangelho de São João não seja mais a referência parodiada, mas, sim, o de São Mateus, pelas evidências textuais, como a menção à igreja (31), característica deste evangelho. Assim como o texto religioso, a crônica também apresenta um Cristo (João Alfredo), um João Batista (Antônio Prado) e os discípulos (os novos ministros, todos abolicionistas).

Depois de afirmar que seus escritos “não admitem traduções, menos ainda serviços particulares” (2-3), e definir o gênero que pratica como “palestras com os leitores e especialmente com os leitores que não têm que fazer” (3-4) –, Machado narra, nos primeiros dezesseis versículos da crônica, a história do novo gabinete, chefiado por João Alfredo, em cujo governo a abolição se realiza. Evidenciado o intertexto já no primeiro versículo, o autor de “Bons dias!” reproduz exatamente a mesma estrutura do Evangelho de São João para ironizar o inexplicável apoio (ou tolerância) da regente “libertadora” ao gabinete escravocrata de Cotejipe, que saía pressionado pelos abolicionistas: “No princípio era Cotejipe, e Cotejipe estava com a Regente” (6)<sup>82</sup>. Até que um dia, veio “um homem de São Paulo” (9), Antônio Prado, com a boa-nova da libertação próxima. Esse enviado, tal como João Batista, que ele metaforicamente representa, é confundido com o libertador do povo (O Cristo). Mas, a sentença bíblica, retomada como num ritornelo, esclarece o equívoco: “O que há de vir depois de mim é o preferido, porque era antes de mim” (11, 12, 24, 25), ou seja, João Alfredo, que já havia sido ministro (“porque era antes de mim”) no governo Rio Branco (1871-1875). A propósito, ironicamente, Prado, que pensavam ser o Messias libertador, é confundido com o autor da Lei do Ventre Livre: “És tu, Rio-Branco?” (15).

Como mostram inicialmente esses exemplos, por meio da remissão à Bíblia, Machado aproveita-se da respeitabilidade de uma forma cristalizada para ativar a

---

<sup>82</sup> No Evangelho de João: “No princípio era o Verbo, e o Verbo estava junto de Deus e o Verbo era Deus”.

memória social e coletiva do leitor e assim realizar seu intento comunicativo. Para que isso aconteça, o interlocutor precisa reconhecer imediatamente o intertexto, sobretudo, quando o sentido é construído a partir de uma “subversão”, com fins irônicos (Koch, Bentes e Cavalcante, 2012). Nesse caso, a intertextualidade, além de intergenérica é também estilística, como explicam as autoras:

A intertextualidade estilística ocorre, por exemplo, quando o produtor do texto, com objetivos variados, repete, imita, parodia certos estilos ou variedades linguísticas: são comuns os textos que reproduzem a *linguagem bíblica*, um jargão profissional, um dialeto, o estilo de um determinado gênero, autor ou segmento da sociedade (KOCH; BENTES; CAVALCANTE, 2012, p. 19, sem grifos no original).

Tratando-se de estilo, acreditamos que um dos momentos mais significativos da crônica é o versículo 11, que remete ao encontro de Jesus com o discípulo Pedro, sobre o qual o Filho de Deus edificará a Igreja. Reproduzindo-o, Machado informa que a Galiléia (metáfora para o Palácio Isabel) para onde João Alfredo se dirige “é no caminho de Botafogo” e que, de lá, o novo chefe de gabinete manda chamar Antônio Prado, “que estava perto da Consolação” (30). O trocadilho com o nome do bairro paulista onde, de fato, estava Prado, faz referência à decisão importante desse político em apoiar a abolição, desde 1887, depois de tê-la combatida veementemente: a “consolação”, que estava próxima, era a certeza da Lei.

Entre os diversos recursos linguísticos que intensificam a remissão à Bíblia, sobressai-se a anáfora, representada pela conjunção aditiva “e”, que abre diversos versículos na crônica, tal como no texto bíblico. Definida como “a repetição de palavras ou sintagmas no início de orações ou de versos” (FIORIN, 2014, p. 118), essa figura de construção torna enfática a mensagem, conferindo mais expressividade ao sentido que se busca construir. Especialmente no contexto da crônica (bem como no bíblico), o procedimento anafórico reforça a ideia de sequência rápida dos acontecimentos, ressaltando a economia narrativa, que não se detém em pormenores, como mostram os exemplos:

“4. E disse Antônio Prado [...]” (11)

“5. E, ouvindo isto, saíram alguns sacerdotes e levitas [...]” (13)

“6. E ele respondeu: Não o sou. [...] E ele respondeu: Não.” (15)

- “11. E João Alfredo, indo para a Galiléia [...]” (29)
- “13. E ele respondeu: Sou [...]” (38)
- “14. E Rodrigo respondeu: Tu o disseste” (43-44)
- “14. E tornou João Alfredo [...]” (44)
- “15. E descobrindo Costa Pereira [...]” (49-50)
- “17. E respondendo todos que sim [...]” (55)
- “20. E como perguntassem alguns [...]” (64)
- “22. E acudiu João Alfredo [...]” (71)
- “24. E, tendo a Regente abençoado a João [...]” (74)
- “26. E toda terra onde chegava a palavra da Regente [...]” (80)

Com os mesmos propósitos da anáfora, Machado aplica ao texto a “repetição de conectivos” (FIORIN, 2014, p. 122), denominada polissíndeto para enfatizar, em algumas passagens da crônica, as ações políticas descabidas do novo governo liberal de João Alfredo, como a convocação de Rodrigo Silva para o ministério da Agricultura, logo ele, que já havia ocupado a mesma função quando vigente o gabinete conservador de Cotegipe (GLEDSON, 2013). Além da reiteração da conjunção “e”, Machado ironiza a situação recorrendo à segunda pessoa do futuro do presente, tão peculiar ao linguajar bíblico, com que o presidente dirige-se ao futuro ministro : “[...] e lavrarás a terra, e tratarás com os gentios [...], porque Antônio Prado vai a São Paulo, onde padecerá e donde voltará mais robusto” (45-47).

Assim, o “Cristo” da crônica, João Alfredo, sai à procura de seus sete discípulos para compor o gabinete recém alçado ao poder e oficializar, enfim, a abolição, como sentencia o versículo 16: “Sabeis que vim libertar os escravos do mundo, e que esta ação nos há de trazer *glória* e *amargura*; estais dispostos a ir comigo?” (52-54) (sem grifos no original). O par antitético em destaque, expressando o “confronto de dois elementos antagônicos” (COELHO, 1986, p. 84) ratifica nossa tese de que o olhar machadiano para a abolição é cético e enviesado, direcionado aos problemas decorrentes de uma medida que não contemplava o destino dos libertos, como mostramos na análise da crônica anterior.

Respondendo ao convite de João Alfredo, um dos futuros ministros, bem ao gosto dos evangelhos bíblicos, utiliza a parábola para expressar-se: antes de

começar a governar, era preciso “lavar a úlcera” (56) que ia “corrompendo o sangue” (57). A partir desse momento, a metáfora passa a ser estratégia linguística em evidência na crônica. Representada como uma doença, a escravidão coloca-se como o grande desafio ao novo chefe de gabinete, que assumiria em 10 março de 1888, dois meses antes da Lei Áurea. Para combatê-la, “sacerdotes e levitas”, ou seja, políticos favoráveis à abolição gradual, chegaram a compor “unguento” (62), que, como avisa João Alfredo, não seria aplicado, pois a “úlcera” não espera (72). Além de que, se utilizada, a solução paliativa (o unguento) resultaria em indenizações aos senhores de escravos e a obrigação destes em permanecer trabalhando por mais alguns anos, conforme ilustra a citação do *Deuteronômio*, no versículo 21, de onde inferimos que o unguento vinha já corrompido pela falta de dois itens essenciais à sobrevivência dos escravos depois da abolição: o alforje e os anos a mais que garantiriam a liberdade. Sem eles, depois de livres, os escravos o que fariam, se saíssem “com as mãos abanando” (68)? Novamente, Machado, expressando-se agora por metáforas, chama a atenção para o destino dos libertos: “glória e amargura” (53) coexistem e sempre estarão na lembrança da Lei.

Finalmente, a “verdade” (73) é dita aos homens, ou seja, não haverá reparações, tantos aos donos quando aos cativos. O projeto de lei foi aprovado e assinado pela “mão delicada e superna” (78-79) da regente, ainda que a escravidão subsistisse no Maranhão, onde o 13 de maio não teve alcance algum e os escravos seguiam castigados pelo único crime de que uma lei, para eles desconhecida, ter sido aprovada alhures. Diante desse episódio, o cronista, com base na máxima bíblica do *Eclesiastes*, que condena o domínio do homem sobre o homem, conclui que o “melhor de tudo” (93) ainda é ser, cada um, dono de si.

Apropriando-se não apenas da função de outro gênero, propriedade que caracteriza a intertextualidade genérica, como também o ressignifica, Machado de Assis, por meios de estratégias geniais, pôde analisar detalhadamente o processo político que culminou na abolição, sem, de fato, esmiuçá-lo, graças à força semântica do gênero parodiado. Pertencente a outra “moldura comunicativa” (KOCH, BENTES; CAVALCANTE, 2012, p. 64), o texto bíblico é a voz da sentença de que se vale o cronista da *Gazeta de Notícias* para, mais uma vez em “Bons dias!”, posicionar-se de maneira cética à efusão abolicionista e, conseqüentemente,

ao sistema de governo que viria no encaço da emancipação dos escravos.

#### 4.4 CRÔNICA 4 (nº9 do editor)

*[...] a crônica não apenas dá voz ao corpo celeste, como faz da pedra uma personagem de colocações mais do que impertinentes.*  
(DUARTE, 2007, p. 260)

27 de maio de 1888<sup>83</sup>

	<b>BONS DIAS!</b>
1	Cumpre não perder de vista o meteorólito de Bendegó. Enquanto toda a nação bailava e cantava, delirante de prazer pela grande lei da abolição, o meteorólito de Bendegó vinha andando, vagaroso, silencioso e científico, ao lado do Carvalho <sup>84</sup> .
5	– Carvalho, dizia ele provavelmente ao companheiro de jornada, que rumores são estes ao longe? E ouvindo a explicação, não retorquira nada, e pode ser até que sorrisse, pois é natural que nas regiões donde veio, tivesse testemunhado muitos cativeiros e muitas abolições. Quem sabe lá o que vai pelos vastos intermúndios
10	de Epicuro <sup>85</sup> e seus arrabaldes? Vinha andando, vagaroso, silencioso, científico, ao lado do Carvalho. – Carvalho, perguntou ainda, falta muito para chegar ao Rio de Janeiro? Estou já aborrecido, não da sua companhia, mas da caminhada. Você sabe que nós, lá em cima, andamos com a velocidade de mil raios; aqui nestas ridículas estradas de ferro, a jornada é de matar. Mas espera, parece que estou vendo uma cidade...
15	– É a Bahia, a capital da província. Chegaram à capital, onde um grupo de homens corria para uma casa, com ar espantado, preocupado, ou como melhor nome haja em fisionomia, que não tenho tempo de ir ao dicionário. Esses homens eram os vereadores. Iam reunir-se extraordinariamente, para saber se embargariam ou não a saída do meteorólito. <sup>86</sup>
20	Até então não trataram do negócio, por um princípio de respeito ao governo central. O governo central ordenara o transporte e as despesas; a Câmara Municipal, obediente, ficou esperando. Logo, porém, que o meteorólito
25	

<sup>83</sup> Texto original disponível em <[http://memoria.bn.br/docreader/103730\\_02/13836](http://memoria.bn.br/docreader/103730_02/13836)> Acesso em 12/08/2020.

<sup>84</sup> Comandante José Carlos de Carvalho, oficial da Armada, chefe da expedição que trouxe o meteorito para o antigo Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

<sup>85</sup> Filósofo grego (341 a.C.), que achava que os deuses eram seres imortais e habitantes de intermúndios ou espaços entre os mundos.

<sup>86</sup> Machado provavelmente tirou essa notícia da *Gazeta*, de 23 de maio, em que anunciava a chegada do meteorito a Salvador e a reunião da Câmara da localidade para decidir seu destino.

	<p>chegou à capital, interveio outro princípio – o do direito provincial. Reuniu-se a câmara e examinou o caso.</p>
30	<p>Parece que o debate foi longo e caloroso. Uns disseram provavelmente que o meteorólito, tendo caído na Bahia, era da Bahia; outros, que vindo do céu, era de todos os brasileiros. Tal foi a questão controversa. Compreende-se bem que era preciso resolver primeiro esse ponto, para entrar na questão de saber se os meteorólitos entravam na ordem das atribuições reservadas às províncias. O debate foi afinal resumido e o voto da maioria contrário ao embargo; apenas dois vereadores votaram por este, segundo anunciou um telegrama.</p>
35	<p>E o meteorólito foi chegando, vagaroso, silencioso, científico, ao lado do Carvalho.</p>
	<p>– Carvalho, disse ele, os que não quiserem embargar a minha saída são uns homens cruéis. Mas por que é que aqueles dois votaram pelo embargo?</p>
	<p>– Questão de federalismo<sup>87</sup>...</p>
40	<p>E o nosso amigo explicou o sentido desta palavra, e o movimento federalista que se está operando em alguns lugares do império. Mostrou-lhe até alguns projetos discutidos agora, para o fim de adotar a constituição dos Estados Unidos, sem fazer questão do chefe de Estado, que pode ser presidente ou imperador...</p>
45	<p>Aqui o meteorólito, sempre vagaroso e científico, piscou o olho ao Carvalho.</p>
	<p>– Carvalho, disse ele, eu não sou doutor constitucional nem de outra espécie, mas palavra que não entendo muito essa constituição dos Estados Unidos com um imperador...</p>
50	<p>Cheio de comiseração, explicou-lhe o nosso amigo que as invenções constitucionais não eram para os beijos de um simples meteorólito; que a suposição de que o sistema dos Estados Unidos não comporta um chefe hereditário resulta de não atender à diferença do clima e outras. Ninguém se admira, por exemplo, de que lá se fale inglês e aqui português. Pois é a mesma coisa.</p>
55	<p>Entretanto, confessou o nosso amigo que, por algumas cartas recebidas, sabia que o que está na boca de muitas pessoas é um rumor de república ou coisa que o valha, que esta ideia anda no ar...</p>
	<p>– <i>Noire? Aussi blanche qu'une autre.</i></p>
60	<p>– <i>Tiens ! Vous faites de calembours ?</i><sup>88</sup></p>
	<p>– Que queria você que eu fizesse, retorquiu o meteorólito, metido naquelas brenhas de onde você me foi arrancar? Mas vamos lá, explique-me isso pelo miúdo.</p>
65	<p>E o nosso amigo não lhe ocultou nada; confiou-lhe que andam por aí ideias republicanas, e que há certas pessoas para quem o advento da república é certíssimo. Chegou a ler-lhe um artigo da <i>Gazeta Nacional</i>, em que se dizia que, se ela já estivesse estabelecida, acabada estaria há muitos anos a escravidão...</p>
70	<p>Nisto o meteorólito interrompeu o companheiro, para dizer que as duas coisas não eram incompatíveis: porque ele antes de ser meteorólito fora general nos Estados Unidos – e general do Sul, por ocasião da guerra de secessão, e</p>

<sup>87</sup> Machado desconfiava dessa ideia de “federalizar” o Brasil e atribuir autonomia às ex-províncias.

<sup>88</sup> Trocadilho que alude ao temor das elites à revolta de libertos: “tão branca quanto qualquer outra”.

75	<p>lembra-se bem que os Estados Confederados, quando redigiram a sua constituição, declararam no preâmbulo: “A escravidão é a base da Constituição dos Estados Confederados”. Lembra-se também que o próprio Lincoln, quando subiu ao poder, declarou logo que não vinha abolir a escravidão...<sup>89</sup></p> <p>– Mas é porque lá falam inglês, retorquiu o nosso amigo Carvalho; a questão é essa.</p> <p>O meteorólito ficou pensativo; daí a um instante:</p> <p>– Carvalho, que barulho é este?</p> <p>– É a visita do Portela<sup>90</sup>, presidente da província.</p>
80	<p>– Vamos recebê-lo, acudiu o meteorólito, cada vez mais vagaroso e científico.</p> <p style="text-align: right;">BOAS NOITES.</p>

Machado de Assis lança mão da personificação, nessa crônica, para colocar em cena um ilustre personagem da história brasileira que ainda pode ser visto pelos contemporâneos<sup>91</sup>: o meteorito de Bendegó. Antes de mais nada, esse procedimento tem propósitos humorísticos e cria uma perspectiva inusitada para abordar fatos políticos, gerando o estranhamento. Associado a esse expediente linguístico, outros recursos são mobilizados, como a adjetivação, para atribuir à famosa pedra qualificativos próprios, na verdade, do autor de “Bons dias!”, como a reflexão e a perspicácia. Assim como o cronista, o Bendegó é cético em relação ao seu entorno político, aos acontecimentos que acabaram de se passar, como a abolição, quanto ao que está por vir, a República.

Coelho (1986, p. 86) explica que a personificação consiste em atribuir a uma “natureza estática” um “comportamento dinâmico”, proposição que vem ao encontro do nosso exemplo. O Bendegó anda, conversa e reflete sobre a implantação do federalismo com seu interlocutor Carvalho, oficial da Marinha que o acompanha na viagem da Bahia até o Rio de Janeiro, que se fazia sob protestos da população e de autoridades baianas, que disputavam com o governo a posse do objeto espacial. Atribuindo ao meteorito “linguagem, sentimentos e ações típicos dos seres humanos” (GUIMARÃES; LESSA 1988, p. 54), Machado dá voz à “matéria inerte”, emprestando a ela o “poder de ação peculiar aos seres vivos” (MOISÉS, 2004, p.

<sup>89</sup> Os Estados Confederados era uma *república* escravista no Sul dos EUA.

<sup>90</sup> Manuel do Nascimento Portela, presidente da província da Bahia.

<sup>91</sup> Em 2018, o meteorito resistiu ao incêndio que destruiu o Museu Nacional do Rio de Janeiro.

374). Essa estratégia é de grande peso argumentativo, já que permite ao locutor expressar-se num plano abstrato e, a partir dele, produzir significados da esfera real.

Outro recurso presente na crônica é a adjetivação ternária, indicando que o Bendegó vinha andando, *vagaroso, silencioso e científico* (3, 35, 35). Na verdade, esses três qualificativos estabelecem um paradoxo em relação à velocidade natural que um elemento do espaço deveria alcançar. Segundo Betella (2006, p. 116), essa oposição “aparenta estar metaforizando a capacidade de adaptação e o comportamento coerente de um sábio naquele ambiente novo”, em que as estradas de ferro “ridículas” (14) tornavam a jornada “de matar” (15).

Atribuindo características humanas ao Bendegó, Machado destaca alguns traços semânticos para o objeto, em torno dos quais outros termos se concentram (FIORIN, 2014). Ao longo da crônica, esses referentes voltam em consonância com adjetivos mencionados, que se repetem num ritornelo: *vagaroso, silencioso e científico* (3, 35, 45). Como estratégia de formulação textual e linguística, Koch (2009, p. 111) mostra que a repetição concentra diversas funções, a saber: “a organização discursiva e a monitoração da coerência textual; favorece a coesão e a geração de sequências mais compreensíveis; dá continuidade à organização tópica e auxilia nas atividades interativas”. Entre as mencionadas atribuições da iteração, no exemplo machadiano dado sobressai o acompanhamento da coerência: cada vez que os três adjetivos são retomados, o propósito irônico é reafirmado, de maneira coerente à ideia inicial.

Quanto ao recurso da adjetivação, Oliveira (2014, p. 182) ressalta que o seu uso elaborado instaura “uma relação ideológico-argumentativa entre ele e o seu referente”, permitindo que se revelem os traços definidores do enunciador. Machado enfatiza o comportamento do Bendegó frente aos acontecimentos do trajeto, estabelecendo uma relação direta entre cronista e pedra: ambos ouvem os festejos abolicionistas nas ruas e reagem sem empolgação. O meteorito segue “vagaroso, silencioso e científico” (3, 35, 45), ou seja, raciocinando sobre o significado de tudo o que vê e ouve. Da mesma forma o cronista, num momento anterior (na crônica de 11 de maio de 1888), olha para o barulho das ruas com seu olho “alerta, profundo, sagaz”, tentando arrancar dos fatos uma significação.

Observador e cético, o meteorito intera-se dos movimentos pró-República que estão acontecendo em alguns pontos do Império e, enquanto “toda a nação bailava e cantava, delirante de prazer pela grande lei da abolição” (2), ele se deslocava “vagaroso, silencioso e científico” (3, 35, 45), ao lado do Carvalho, até avistar uma cidade. Tratava-se da capital da província baiana, cuja Câmara Municipal, reunida em sessão extraordinária, tentava embargar a saída do meteorito, por uma questão de “princípios”, regida pelos adjetivos “central” (24) e “provincial” (26), que estabelecem uma relação antonímica entre si, como mostra o fragmento a seguir:

Até então não trataram do negócio, por um princípio de respeito ao governo *central*. O governo central ordenara o transporte e as despesas; a Câmara Municipal, obediente, ficou esperando. Logo, porém, que o meteorólito chegou à capital, interveio outro princípio – o do direito *provincial*. Reuniu-se a câmara e examinou o caso (sem grifos no original). (23 a 27)

Para Carvalho (1996, p. 55 e 57), os pares antônimos realçam o valor do objeto por causarem impacto e atraírem a atenção do leitor, sobretudo, quando o equilíbrio e a regularidade de proporções estão aliados ao paralelismo que se busca obter. Em respeito à Coroa (poder central), o transporte do meteorito havia sido autorizado, mas, pela oposição de alguns vereadores (direito provincial), o caso seguiu para exame: “Uns disseram provavelmente que o meteorólito, tendo caído na Bahia, era da Bahia; outros, que vindo do céu, era de todos os brasileiros.” (28-30). Da disputa, saíram vitoriosos os contrários ao embargo, pois apenas dois políticos votaram por este.

O Bendegó chama, então, de “cruéis” (38) os homens que não quiseram impedir sua saída, pois desejava ficar na Bahia a enfrentar o caminho até a capital fluminense. O oficial da Marinha, questionado pelo meteorito por que apenas duas pessoas votaram por sua permanência, responde: “– Questão de federalismo...”. (39) As reticências deixam implícita uma característica do futuro regime, ou seja, a autonomia provincial, além de sugerirem uma explicação mais detalhada do novo sistema: “E o nosso amigo explicou o sentido desta palavra [federalismo], e o movimento federalista que se está operando em alguns lugares do império” (40-41). Quanto ao uso da reticência com fins argumentativos, Reboul (1998, p.127) explica:

A aposiopese, ou reticência, interrompe a frase para passar ao auditório a tarefa de completá-la; figura por excelência da insinuação, do despudor, da calúnia, mas também do pudor, da admiração, do amor, sua força argumentativa advém do fato de retirar o argumento do debate para incitar o outro a retomá-lo por sua conta, a preencher por sua conta os três pontos de suspensão.

Em outro momento, o interlocutor confessa ao Bendegó que, por algumas correspondências recebidas, soube que “o que está na boca de muitas pessoas é um rumor de república ou coisa que o valha, que esta ideia anda no ar...”. (57-58) Novamente, o vazio que segue após as reticências está pleno de significado: o cronista finge a irrelevância do momento para desqualificá-lo, ao mesmo tempo em que atrai a curiosidade do Bendegó. Para Fiorin (2014), as reticências intensificam o sentido de uma proposição, ao diminuírem a extensão do enunciado e conferirem significado ao espaço em branco. O crítico pontua que as reticências são um procedimento retórico muito utilizado, sobretudo, em textos literários, por seu caráter subjetivo: “É mais forte dizer sem dizer do que dizer dizendo” (FIORIN, 2014, p. 88).

Ao abordar o federalismo, Machado de Assis adentra umas das temáticas centrais de “Bons dias!” (GLEDSON, 2006) e procura mostrar os perigos de se federalizar o país, uma vez que o iminente sistema conferiria poder às províncias e essas, por sua vez, fortaleceriam as oligarquias cafeeiras. De certa forma, o raciocínio machadiano vaticina os acontecimentos dos primeiros anos da República, sem, contudo, prever as disputas que marcariam o início tumultuado do novo regime. Sobre esse aspecto da história nacional, Costa (2010, p. 398) esclarece:

As contradições presentes no movimento de 1889 vieram à tona já nos primeiros meses da República quando se tentava organizar o novo regime. As forças que momentaneamente se tinham unido em torno das ideias republicanas entraram em choque. [...] Rompia-se a frente revolucionária. Representantes da oligarquia rural disputavam o poder a elementos do exército e da burguesia [...].

Na sequência, mais uma demonstração do que representaria a opinião cética do cronista de “Bons dias!” em relação às ideias republicanas, que ele desaprovava. Ao ouvir do companheiro que uma “ideia anda no ar...”, (58) o meteorito de Bendegó interrompe a explicação com um trocadilho em francês, aludindo ao temor das elites

quanto à revolta de libertos, pois a República seria “tão branca” (“Aussi blanche”) (59) quanto a Monarquia. Após a interrupção, o oficial segue o relato:

E o nosso amigo não lhe ocultou nada; confiou-lhe que andam por aí ideias republicanas, e que há certas pessoas para quem o advento da República é certíssimo. Chegou a ler-lhe um artigo da *Gazeta Nacional*, em que se dizia que, se ela já estivesse estabelecida, acabada estaria há anos a escravidão... (64-68)

Nova interrupção do meteorito, agora para lembrar seu interlocutor que “as duas coisas [república e escravidão] não eram incompatíveis”, (69-70) pois antes de ser meteorito, já havia sido general nos Estados Unidos, durante a Guerra de Secessão, e recordava que nesse país a escravidão tinha sido a base da constituição dos Estados Confederados do Sul, até ser abolida, na década de 1860, no governo de Abraham Lincoln. Ironicamente, o chefe da expedição objeta que essa possibilidade de coexistência entre os dois regimes se deve a um fato puramente linguístico: “– Mas é por que lá falam inglês, retorquiu o nosso amigo Carvalho; a questão é essa”. (76-77). Gledson (2003, p. 165) chama a atenção para o fato de o meteorito ter uma “visão experimentada e olímpica” da abolição, prática que a grande pedra espacial já havia presenciado nos intermúndios de onde surgiu.

Nessa passagem, evidencia-se o propósito machadiano em demonstrar nessa importante crônica de “Bons dias!”, por meio da personificação de um dos interlocutores, que ser republicano não implicava necessariamente ser abolicionista: a euforia dos festejos nas ruas precisava ser avaliada sob essa perspectiva real. Machado deixa latente essa mensagem, via personificação, conferindo a um experiente meteorito “voz, movimentos e poder de questionamento e de reflexão requintado” (BETELLA, 2006, p. 122-123).

## 4.5 CRÔNICA 5 (nº10 do editor)

[...] a escravidão não era tão fácil assim de abolir. As atitudes que faziam parte da instituição, e as suas consequências sociais e econômicas, não desapareceriam da noite para o dia.

(Gledson, 2013, p. 100)

1 de junho de 1888<sup>92</sup>

	BONS DIAS!
1	Agora fale o senhor, que eu não tenho nada mais que lhe dizer. Já o saudei, graças à boa educação que Deus me deu, porque isto de criação, se a natureza não ajuda, é escusado trabalho humano. Eu, em menino fui sempre um primor de educação. Criou-me uma ama, escrava; e, apesar de escrava e
5	ama, nunca lhe pus a boca no seio para mamar que não pedisse licença. Não estava em mim; às vezes dizia comigo:
	– Mas, Policarpo, tu tens direito a ser aleitado, e depois é obrigação da escrava alugada. Em vão chorava, a Florinda corria, desabotoava o corpinho, punha o seio de fora, e eu, por mais fome que tivesse, não lhe pegava sem
10	pedir licença. Pedia por gesto; parece que era um gesto de olhos...
	Aos cinco anos (era em 1831), como já sabia ler, davam-nos no colégio a <i>Pátria</i> , pouco antes fundada pelo Sr. Carlos Bernardino de Moura <sup>93</sup> , com as mesmas doutrinas políticas que ainda hoje sustenta. A minha alma, que nunca se deu com política, dormia que era um gosto; mas os olhos não, esses iam por
15	ali fora, risinhos, aprobatórios.
	Agora mesmo, lendo naquela folha que o governo é que deu o dinheiro com que os jornais fizeram as festas abolicionistas, pensam que, se tivesse de explicar-me, fá-lo-ia como a comissão da imprensa? Não; seria grosseiro. Nunca se deve desmentir ninguém. Eu diria que sim, que era verdade, que o governo
20	tinha pago tudo, as festas e uns alugueis atrasados da casa do Sousa Ferreira <sup>94</sup> ; que para isso mesmo é que fora contratado o último empréstimo em Londres <sup>95</sup> ; que o Serzedelo <sup>96</sup> , à custa do mesmo dinheiro, tinha reformado o pau moral; que as botinas novas do Pederneiras <sup>97</sup> não tinham outra origem; e que o nosso amigo e chefe José Telha <sup>98</sup> precisando de uma casaca para ir ao Coquelin <sup>99</sup> , é
25	que se meteu naquelas manifestações. O redator ouvia tudo satisfeito; e no dia

<sup>92</sup> Texto original disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/103730\\_02/13857](http://memoria.bn.br/docreader/103730_02/13857)> Acesso em: 12 ago. 2020.

<sup>93</sup> Editor da folha democrata *A Pátria*, entre 1854 e 1890. Machado exagera um pouco a idade do jornal, com fins cômicos.

<sup>94</sup> José Carlos de Sousa Ferreira, redator do *Jornal do Commercio*.

<sup>95</sup> Importante empréstimo, de seis milhões de libras esterlinas, anunciado em 11 de abril de 1888.

<sup>96</sup> Serzedelo Correia (1858-1932), abolicionista e republicano.

<sup>97</sup> Oscar Pederneiras (1860-1890), jornalista e comediógrafo,

<sup>98</sup> Um dos pseudônimos de Ferreira de Araújo, dono da *Gazeta de Notícias*.

<sup>99</sup> Referência ao ator francês Coquelin Aîné que, na época, representava várias peças no conceituado teatro São Pedro.

<p>30</p> <p>35</p> <p>40</p> <p>45</p> <p>50</p> <p>55</p> <p>60</p>	<p>seguinte começava assim o editorial: "Conforme havíamos previsto" (o resto como em 1844).</p> <p>Podia citar casos honrosíssimos, como prova de boa criação. Um deles nunca me há de esquecer, e é fresquinho.</p> <p>Estando há dias a almoçar com alguns amigos, percebi que alguma coisa os amargurava. Não gosto de caras tristes, como não gosto delas alegres: — um meio-termo entre o Caju e o Recreio Dramático<sup>100</sup> é o que vai comigo. Senão quando, com um modo delicado, perguntei o que é que tinham. Calaram-se; eu, como manda a boa criação, calei-me também e falei de outra coisa. Foi o mesmo que se os convidasse a pôr tudo em pratos limpos. Tratando-se de um almoço, era condição primordial.</p> <p>Um dos convivas confessou que no meio das festas abolicionistas não aparecia o seu nome, outro que era o dele que não aparecia, outro que era o dele, e todos que os deles. Aqui é que eu quisera ser um homem malcriado. O mesmo que diria a todos, é que eles tanto trabalharam para a abolição dos escravos, como para a destruição de Nínive, ou para a morte de Sócrates... Eu, com uma sabedoria só comparável à deste filósofo, respondi que a História era um livro aberto, e a justiça a perpétua vigilante. Um dos convivas, dado a frases, gostou da última, pediu outra e um cálice de Alicante<sup>101</sup>. Respondi, servindo o vinho, que as reparações póstumas eram mais certas que a vida, e mais indestrutíveis que a morte. Da primeira vez fui vulgar, da segunda creio que obscuro; de ambas sublime e bem criado.</p> <p>Em linguagem chã, todos eles queriam ir à glória sem pagar o <i>bonde</i>; creio que fiz um trocadilho. De mim, confesso que lá iria, se pudesse, com a mesma economia; mas, não havendo outro meio, pago o tostãozinho, e paro à porta do Clube Beethoven, que anda agora em tais alturas, que já foi citado pela boca de eminente cidadão... Hão de concordar que este período vai um pouco embrulhado, mas não devo desembrulhá-lo; seria constipar a minha idéia.</p> <p>Podia citar outros muitos casos de boa criação, realmente exemplares. Nunca dei piparotes nas pessoas que não conheço, não limpo a mão à parede, não vou bugiar, que é ofício feio, e ando sempre com tal cautela, que não piso os calos aos vizinhos. Tiro o chapéu, como fiz agora ao leitor; e dei-lhe os <i>bons dias</i> do costume. Creio que não se pode exigir mais. Agora, o leitor que diga alguma coisa, se está para isso, ou não diga nada, e</p> <p style="text-align: right;">BOAS NOITES.</p>
---	---

Reaparece nessa crônica a figura do relojoeiro que, na abertura da série, autodeclarava-se “bem criado”, esperando dos leitores os mesmos “bons dias! com que se apresentava ao público do jornal. Nessa segunda ocorrência, a *persona* esporádica de Machado é associada, novamente de forma irônica, à “idéia de polidez” (GLEDSON, 2006, p. 167), que mascara as verdadeiras intenções do autor.

<sup>100</sup> Isto é, entre o cemitério e o *vaudeville*.

<sup>101</sup> Vinho branco espanhol, de qualidade relativamente baixa.

Explorando o campo semântico da boa educação, por meio da seleção lexical, Machado elege termos e expressões que atestariam um suposto modo cortês de relacionar-se com os demais, como provariam os exemplos citados ao longo da crônica. Entrando, porém, na temática abolicionista, a máscara cai e o discurso machadiano, sempre construído a partir de escolhas lexicais, deixa entrever seu real propósito (a agressividade contida face à hipocrisia<sup>102</sup>) que procuraremos demonstrar.

Como recurso linguístico-argumentativo, a escolha lexical evidencia a intencionalidade de um autor e seu posicionamento diante dos assuntos que aborda. Não se trata, portanto, de um artifício meramente estilístico, mas de um instrumento com potencialidades “interpretativas” e “avaliativas” (CAVALCANTE; FONSECA, 2017, p. 358). Para Antunes (2009, p. 144), interessa “considerar as unidades do léxico, não como unidades da língua, ou unidades do dicionário, um repertório em estoque; mas como unidade de texto”, a partir das quais se constrói a “materialidade significativa” que chega ao leitor. Nessa perspectiva dos autores, o vocabulário selecionado é o elemento fundamental para uma construção textual, “coesa e coerente”, que extrapola a função de apenas significar. Contudo, frente ao texto machadiano, é preciso condicionar coesão e coerência à interpretação da ironia, figura regente dos artifícios linguísticos utilizados pelo autor de “Bons dias!”.

Afirmando não ter nada mais a dizer, Machado inicia a crônica como se a tivesse encerrando, estratégia que promove a interatividade com o leitor, desde já convocado a manifestar-se: “Agora fale o senhor “(1). O enunciado será retomado, com algumas modificações, no fim do texto, como um ritornelo: “Agora, o leitor que diga alguma coisa [...]” (58-59). Segundo Cherubim (1989, p. 57), esse recurso estabelece um “paralelismo especial”, fazendo com que as repetições aconteçam de forma integral tanto no “aspecto ideativo” quanto no “expressional ou vocabular”. Ao invocar Florinda, escrava e ama de leite, e o colégio, onde já lia jornais políticos, o cronista volta à infância para dar os dois primeiros exemplos de “boa educação” (2), tanto no sentido de urbanidade quanto no de formação escolar. Outros itens lexicais, de carga semântica correspondente e destacados a seguir, são entrelaçados a essas significações, conferindo mais força persuasiva ao argumento machadiano:

---

<sup>102</sup> Segundo Gledson (1997, p. 15 e 25), uma das marcas do estilo de Machado “é um certo uso da erudição que, em momentos raros mas profundamente característicos, raia a agressão”.

“Eu, em menino fui sempre um *primor de educação*” (3-4)

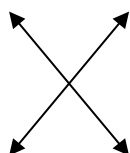
“Criou-me uma ama, escrava; e, apesar de escrava e ama, nunca lhe pus a boca no seio para mamar *que não pedisse licença*” (4-5)

[...] por mais fome que tivesse, *não lhe pegava sem pedir licença*” (9-10).

“Aos cinco anos (era em 1831), *como já sabia ler*, davam-nos no colégio a *Pátria* [...]” (11-12).

Desses modelos de seleção lexical, evidenciamos ainda duas oposições que Machado estabelece, de grande proveito estilístico-argumentativo. A primeira é construída a partir de um quiasmo<sup>103</sup>, como mostra o esquema abaixo:

“Criou-me uma ama, escrava;



e, apesar de escrava e ama [...]” (4-5)

Definido como “uma posição baseada numa inversão AB-BA” (REBOUL, 1998, p. 128), o quiasmo é representado pela letra “X” (a letra grega *khi*) que, visualmente remete à inversão, como explica Fiorin (2014, p. 125), que conceitua essa figura como “a repetição simétrica de termos ou sintagmas invertidos, para realçar uma situação contraditória”. À fala do cronista, de que não estava nele não pedir licença à Florinda, contrapõe-se o discurso escravocrata do interlocutor, que se dirige à *persona* do relojoeiro, associando o direito do patrão à condição da moça: “escrava alugada” (8). A segunda oposição, ainda decorrente dos exemplos de escolhas lexicais, retoma o colégio, onde o cronista, sujeito às doutrinas partidárias da folha democrata, a *Pátria*, tomava, ao mesmo tempo, o partido do sono e da observação: “A minha alma, que nunca se deu com política, dormia que era um gosto; mas os olhos não, esses iam por ali afora, risonhos, aprobatórios” (13-15).

Bem ao gosto machadiano, todas essas contradições “fazem parte do jogo” (GLEDSON, 2006, p. 149) e favorecem a compreensão do sentido, que emana de

<sup>103</sup> O mais famoso quiasmo machadiano está no primeiro capítulo das *Memórias póstumas de Brás Cubas*, “Óbito do autor”, quando o narrador afirma sua condição: “[...] eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor”.

uma relação semântica intencionalmente antonímica, como sugere o terceiro exemplo de “boa educação”.

Ironizando as acusações que se faziam nos jornais, de que as festas abolicionistas eram financiadas pelo imperador, Machado brinca com a situação e diz que mentir “seria grosseiro” (18), caso precisasse explicar-se: revelaria “que o governo tinha pago tudo” (19-20), não apenas as festas, como também os mais descabidos gastos pessoais da gente emancipacionista, incluindo os do próprio editor da *Gazeta de Notícias*, Ferreira de Araújo. Além desse, há outros “casos honrosíssimos” (28) que, igualmente, servem como “prova de boa criação” (28). O superlativo, de conotação irônica, prolonga o sentido da expressão e confere “feição monumental” aos exemplos, à maneira de José Dias<sup>104</sup>, personagem machadiana do romance *Dom Casmurro*.

O quarto exemplo de “boa educação” é o mais significativo da crônica: a partir dele, “visando a marcar um posicionamento frente ao conteúdo do enunciado” (CABRAL, 2014, p. 70), Machado, sempre por meio da seleção lexical irônica, intensifica o sentido de agressividade, encoberto pela falsa polidez. Durante uma recepção aos amigos, o cronista questiona os convivas, “com um modo delicado” (33), o porquê da amargura que os importunava, tendo em resposta o silêncio, cala-se também, “como manda a boa criação” (34). Integrantes da direção lexical proposta, essas duas frases modalizadoras, aparentemente, indicam que o assunto foi suspenso em nome da descrição (mais uma “prova de educação”). Contudo, a proposta para que falassem de “outra coisa” (34) desencadeou a temática em vão sufocada, as festas abolicionistas. Tratando logo de “pôr tudo em pratos limpos” (35), “condição primordial” (36) em um almoço, os presentes confessaram o motivo da agonia: seus nomes não figuravam nos jornais como mentores da abolição.

A “boa educação” do “sublime e bem criado” (47) autor dos “Bons dias!” resiste à revelação unanimemente hipócrita dos seus comensais: “Aqui é que eu quisera ser um homem malcriado” (39). Aqueles senhores, que nada fizeram em prol dos cativos – “[...] tanto trabalharam para a abolição dos escravos, como para a destruição de Nínive, ou para a morte de Sócrates...” (40-41) desejavam “ir à glória sem pagar o

---

<sup>104</sup> “José Dias amava os superlativos. Era um modo de dar feição monumental às idéias; não as havendo, serviam a prolongar as frases” (ASSIS, 2016, p. 448).

*bonde*” (48), como apregoa a “linguagem chã” (48). Ciente dessa vez do “trocadilho”<sup>105</sup> (49), Machado institui uma relação semântica inusitada de grande proveito argumentativo entre os vocábulos “glória” e “chã”, como se este adjetivasse aquele: um triunfo imerecido só poderia ser rasteiro. Tudo isso sem prejuízo do sentido original da primeira palavra, o de icônico bairro da zona sul carioca.

Sobre esse aspecto, AMOSSY (2018, p. 172) lembra que a inocência de um termo está condicionada ao “grau de familiaridade” que ele adquiriu em determinado espaço: mesmo sem intenção prévia (o que não é o caso machadiano), as palavras não estão desprovidas de “peso argumentativo”, como explica a autora. Como nenhum discurso é imparcial e as escolhas lexicais permeiam as construções linguístico-discursivas (CARDOSO, 2015), a estrutura modalizadora “sem pagar o *bonde*”, retoma, intencionalmente, outra de igual característica formal e ideológica – “sem pedir licença” (9-10) –, ambas pertencentes ao campo lexical da “boa educação”, indicando o que não é apropriado aos seus adeptos.

Cabe ainda observar, em relação a essa passagem, o estabelecimento de uma relação polissêmica implícita entre os “pratos limpos” (conotativamente, entendido como esclarecer por inteiro) e os “pratos do almoço”, denotação não mencionada, mas inferida da “condição primordial” (36). Na perspectiva semântica, a polissemia caracteriza um item lexical que pode ser usado sob diversas acepções e cujo entendimento depende do contexto, “o verdadeiro definidor das conotações” (MONTEIRO, 1991, p. 144). Indo além, poderíamos dizer que, polissêmica e ironicamente, o adjetivo “limpos” (35) refere-se, de igual modo, aos convidados do cronista, que desejavam, sem merecimento, notoriedade por ocasião dos festejos comemorativos da Lei Áurea.

Encerrando o texto, o cronista intensifica a seleção lexical irônica para reafirmar a “boa criação” (54) de que se orgulha e sobre a qual poderia citar muitos outros casos “exemplares” (54), entre eles, o fato de não dar “piparotes” em desconhecidos. A intratextualidade com o “defunto autor”, narrador das *Memórias póstumas* não é gratuita: assim como Brás Cubas, o cronista de “Bons dias!” também espera “angariar as simpatias da opinião” e persuadir o leitor com sua elegante retórica. A propósito, esse trato machadiano com as palavras mostra que a

<sup>105</sup> O cronista já havia feito outro trocadilho, nessa mesma crônica e de forma menos evidente, ao dizer que a “condição primordial” (36) de um almoço era “pôr tudo em pratos limpos” (35)

“forma de operar com o léxico para produzir sentido” (MARCUSCHI, 2004, p. 270) é mais relevante que a própria escolha lexical, que não teria efeito, sem a habilidade discursiva de quem a maneja. Machado constrói uma argumentação anti-hipocrisia, inoculando em si próprio o veneno que combate: a “boa educação”, de que se vangloria, é tão real quanto a afirmação de que sua alma “nunca se deu com política” (13-14). Levando em conta o valor de cada unidade lexical para a estruturação do discurso, a crônica confirma a tese de que os vocábulos “interdependem, se articulam, se integram e constituem um todo” (ANTUNES, 2009, p. 145).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A obra machadiana suporta com serena imortalidade qualquer perquirição,  
donde sempre sai engrandecida, continuando sempre cheia de vida,  
pródiga com todos.*  
(CASTRO, 1978, p.6)

Com o objetivo de analisar as estratégias linguístico-discursivas mobilizadas por Machado de Assis para abordar as temáticas política e abolicionista no final do século XIX, selecionamos, neste trabalho, algumas crônicas da série “Bons dias!”, veiculada entre 1888 e 1889. Nesses textos, evidenciamos a presença de recursos ou mecanismos argumentativo-discursivos que, implicitamente, revelam as intenções do cronista da *Gazeta* e propiciam ao leitor a construção de sentidos.

Inicialmente, apresentamos alguns momentos significativos da crônica brasileira oitocentista, buscando não apenas situar historicamente o gênero que compõe nosso *corpus*, como também reconhecer no estilo machadiano traços linguístico-argumentativos dos cronistas predecessores. Primeiramente, contemplamos a chegada dessa modalidade ao jornal, onde, inicialmente, instalou-se nos rodapés, espaço privilegiado do folhetim, circunstância pela qual foram batizadas as primeiras crônicas com o nome de seu mais direto ascendente. Dessa particularidade, surgiram as expressões como “crônica de folhetim” ou “folhetim-crônica”, prestando-se para cunhar os textos pioneiros, como o de Francisco Otaviano, que, por extensão, conferiam aos seus autores o *status* de “cronista de folhetim”, algo só comparado à glória de ser poeta, mania entre os letrados de então.

A partir de breves análises de séries publicadas por dois importantes cronistas representativos daquele momento, Alencar e Macedo, exemplificamos o teor de registro das primeiras crônicas, nas quais sobressaem o comentário opinativo quanto aos fatos semanais, o ponto de vista sobre os altos e baixos da política, as estreias no teatro, o próximo baile de máscara, enfim, a vida urbana da corte. Constatamos, a partir desse levantamento, que é possível observar nesses escritores traços que mais tarde caracterizarão a pena irônica do Machado de Assis cronista de jornal, entre eles, o comentário político em tom de reprovação e o diálogo constante com o leitor.

Com o intuito de identificar as origens do discurso cético machadiano, em relação à abolição e à República, destacamos suas primeiras colaborações na imprensa fluminense, momento em que já é possível verificar os liames de uma prosa argumentativamente forte, mas cuja verve crítica ainda requeria ajustes pontuais para significar implicitamente. Enfatizamos, nesse recorte, a participação de Machado de Assis no periódico *O Espelho*, momento em que seu texto já demonstra os primeiros sinais da metaforização, “manobra lexical bastante comum”, segundo Koch (2009, p. 77), pela qual se realiza a orientação argumentativa.

Na sequência, observamos a entrada de Machado no jornalismo propriamente dito, à frente da série “Comentários da semana” (1861-1862), no *Diário do Rio de Janeiro*, onde assumia a “responsabilidade de uma crônica permanente” (MASSA, 1971, p. 255). Entre outros aspectos, identificamos, nessa fase, a origem da crítica mordaz à “eloquência tribunícia vazia” (MAGALHÃES Jr., 1971, p.84), tema recorrente em toda cronística machadiana, cujo ápice parece ser “Bons dias!”. No “Comentário” de 29 de dezembro de 1861, por exemplo, Machado desfere seu golpe irônico contra o Conselheiro Herculano Ferreira Penna, na época, senador pelo Amazonas, descoberto por um governo (ou seja, o do Imperador D. Pedro II) que era capaz de “descobrir palpitações em um defunto”:

Há certas fortunas políticas de nossa terra que não têm explicação. A do Sr. conselheiro Penna é uma delas [...]  
No senado, sempre esteve alistado na milícia que tem por ofício esmerilhar a conveniência da expressão, o cabimento da vírgula, a necessidade do período; as naturalizações de estrangeiros, a criação de paróquias, a concessão de loterias, eram o seu forte. A apreciação moral das leis, o exame filosófico dos atos do parlamento, a avaliação política dos atos do governo, nada disso existiu para S. Ex (ASSIS, 2008, p. 143).

Salientamos ainda a importância dessa experiência jornalística, caracterizada pela militância liberal, para o refinamento discursivo do futuro cronista da *Gazeta de Notícias*. Apoiado pelo grupo *Diário*, liderado por Quintino Bocaiúva, Machado atirava à imprensa as mais ousadas opiniões políticas, entrelaçadas a sólidos argumentos, tendo sempre em vista o contexto imediato do jornal, numa postura fidedigna à notícia. Abordamos, posteriormente à experiência dos “Comentários da semana”, outras incursões de Machado na crônica, nas quais se incluem

colaborações em periódicos literários, como a *Semana Ilustrada* e a *Ilustração Brasileira*, e as séries “Ao acaso” e “Notas semanais”, respectivamente, veiculadas no *Diário do Rio* e n’*O Cruzeiro*.

Ao longo do presente estudo, foi possível comprovar os reflexos da folha liberal, o *Diário*, e do ímpeto discursivo do “jovem brigão” (MASSA, 1971, p. 265) nas crônicas da maturidade, publicadas na *Gazeta*, em séries intituladas: “Balas de estalo” (1883-1886), “A + B” (1886), “Gazeta de Holanda” (1886-1888), “Bons dias!” (1888-1889) e “A semana” (1892-1897).

Acomodando-se definitivamente ao cenário da *Gazeta* no pós 1880, Machado estreitava no jornal de Ferreira de Araújo, quando já consagrado pela recepção crítica das *Memórias póstumas*, um estilo amaneirado, em que se destaca o aprimoramento de táticas discursivas já experimentadas e o peso enriquecedor dos anos. As crônicas dessas séries ganharam novas dimensões, novos propósitos, ainda que envolvidas pelo mesmo olhar cético e desaprovador frente à realidade.

Com base nesses apontamentos, comprovamos que, nas crônicas de “Bons dias!”, o impulso criativo e o traçado agressivo de outrora cedem espaço à contemplação meditativa e à “pena da galhofa e a tinta da melancolia<sup>106</sup>”, com as quais Machado descreve os festejos abolicionistas e a euforia republicana nas ruas da capital, onde ninguém é capaz de arrancar aos fatos “uma significação”, como pontua na crônica de 11 de maio de 1888, às vésperas da Lei Áurea.

“Meio privilegiado de entender a interação multifacetada entre o escritor e o mundo público” (GLEDSON, 2006, p. 135), a crônica torna-se veiculadora de ideologias, pois que, como toda linguagem, é “dotada de intencionalidade” (KOCH, 2011, p.15). Sob essa perspectiva, salientamos que Machado, em “Bons dias!” adota procedimentos linguístico-discursivos que lhe permitem expressar-se de forma ironicamente enviesada, por entrelinhas, em épocas em que um discurso abertamente engajado não condizia com a estatura de um escritor constituído burocrata de carreira sob a tutela de D. Pedro II.

Levando em consideração aspectos da situacionalidade, fenômeno linguístico que diz respeito à adequação de um texto ao contexto imediato e aos seus

---

<sup>106</sup> A expressão aparece no prólogo “Ao leitor”, das *Memórias póstumas de Brás Cubas*: “Obra de finado. Escrevi-a com a pena da galhofa e a tinta da melancolia, e não é difícil antever o que poderá sair desse conúbio”.

respectivos usuários (MARCUSCHI, 2008), constatamos, com base nas proposições de Gledson (2013), que a história da crônica machadiana interage com a história do Brasil, que aparece nos textos de “Bons dias!” diluída nas temáticas política e abolicionista que perpassam, sobretudo, as dez primeiras crônicas da série. Nelas, evidenciamos a presença de recursos linguístico-discursivos pelos quais o cronista deixa subtender sua opinião sobre esses assuntos, a saber: a metáfora, a repetição, a personificação, a seleção lexical e a intertextualidade.

Os resultados da análise dessas estratégias mostram que a linguagem despojada do jovem Machado, dos tempos do *Diário do Rio de Janeiro*, foi, aos poucos, tornando-se reticente, oblíqua e enigmática. Aprimoraram-se as metáforas: os conceitos distanciaram-se significativamente do sentido, valorizando-se a expressividade desse artifício retórico. Por exemplo, na primeira crônica, em que a metáfora figura como recurso dominante, Machado se vale da imagem do relógio para criticar implicitamente as manobras políticas do imperador D. Pedro II, um pouco antes da abolição. A discrepância de horas a que “os relógios deste mundo” estão sujeitos é o que move a comparação: esperava-se que o partido liberal executasse a medida emancipatória, que coube, na verdade, aos conservadores.

Também de forma elaborada aparecem as repetições em “Bons dias!”, mecanismo linguístico com forte poder argumentativo, como apontam Koch e Elias (2015). Na segunda crônica analisada, mostramos como a recorrência do sintagma nominal “escravos fugidos” chama a uma reflexão mais detida os eufóricos abolicionistas, que pareciam não se importar com o destino dos libertos. Machado lança mão não apenas da reiteração aleatória de termos como também recorre ao paralelismo sintático, outra forma de repetição, para construir sentidos: “Escravos, isto é, indivíduos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor [...]”

Avançando o discurso para as questões políticas que adviriam com a implantação da República, Machado faz uso da personificação na quarta crônica, outra estratégia linguística bastante argumentativa. Ao conceder voz para o meteorito de Bendegó, o cronista ironiza uma situação real a partir de abstrações e constrói um significado com base no estranhamento. Nossa análise mostra que esse

ardil machadiano permite entrever a inquietação (e o descontentamento) do escritor com o advento da República e sua consequência mais imediata: o federalismo.

Outro estratagema linguístico que estudamos em “Bons dias!” é a seleção lexical, presente em várias crônicas da série. A escolha de elementos lexicais, assim como o estilo, vai além da morfologia e reside, sobretudo, nos aspectos semânticos da linguagem. Por meio desse expediente, observamos que Machado deixa subentendida suas opiniões políticas e procura atrair a atenção do leitor para seus argumentos contra a hipocrisia aristocrática. Na quinta crônica analisada, o narrador vangloria-se de sua “boa educação”, mencionada em várias ocasiões no texto e por diferentes expressões (“primor de educação”, “boa criação”, etc.). Graças a esse atributo, o cronista, segundo narra, pôde conter-se frente aos disparates de seus convivas, que desejam ver seus nomes nos jornais por ocasião das festas abolicionistas, sem terem contribuído para o feito histórico.

Afora esses quatro recursos linguísticos (metáfora, repetição, personificação e seleção lexical), Machado utiliza, na terceira crônica selecionada para o *corpus*, uma estratégia discursiva, a intertextualidade intergenérica, para narrar, em formato bíblico, o processo político que levou à abolição. Por meio de uma paródia das Sagradas Escrituras, o cronista da *Gazeta* promove a hibridização de gêneros, com um resultado altamente cômico, que se extrai do trato eloquente dispensado às falcatruas da política imperial, como o fato de o ex-ministro da Agricultura, Rodrigo Augusto da Silva, funcionário de um gabinete conservador, servir, posteriormente, como ministro das Relações Exteriores, num gabinete liberal: “[...] tratarás com os gentios”.

Para entender cada recurso, antes de aplicá-los nas análises, trabalhamos, em capítulo separado, com outras temáticas de “Bons dias!” nas quais esses artifícios linguístico-discursivos também aparecem. Dessa forma, intencionamos não apenas explorar demais assuntos da série sob a ótica linguística, como também realizar uma abordagem teórica que embasasse nossa tese, a de que, por meio de estratégias presentes na língua e no discurso, Machado de Assis posicionou-se contrariamente ao advento da República e acolheu, com incerteza e ceticismo, a promulgação de uma lei que não contemplava o destino dos escravos libertos e sua sobrevivência numa sociedade ainda, por muito tempo, escravocrata e paternalista.

## REFERÊNCIAS<sup>107</sup>

ABREU, Antônio Suárez. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 2ª ed. São Paulo: Ateliê, 2000.

ALENCAR, José de. *Obra completa*. Introdução de Cavalcanti Proença. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960.

ALENCAR, José de. *Ao correr da pena*. Edição preparada por José Roberto de Faria. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ALENCAR, José de. *Ao correr da pena* (folhetins inéditos). Estabelecimento de texto e organização de Wilton José Marques. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2017.

ALMEIDA, Leandro Thomaz de. "Introdução". In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *A carteira de meu tio*. São Paulo: Hedra, 2010.

AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira (coordenação). Trad. de M.S. Corrêa et al. São Paulo: Contexto, 2018.

ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira. O ensaio jornalístico: escolhas lexicais, referenciação e a fabricação da realidade. In: GIL, Beatriz Daruj; CARDOSO, Elis de Almeida; CONDE, Valéria Gil (Org.). *Modelos de análise linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

ANTUNES, Irandé. *Língua, texto e ensino: outra escola possível*. São Paulo, Parábola, 2009.

ARRIGUCCI JR., David. Fragmentos sobre a crônica. In: *Enigma e comentário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ASSIS, Machado de. *A Semana: crônicas (1892-1893)*. Introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.

ASSIS, Machado de. *Bons Dias!* Introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec/Editora Unicamp, 1997.

ASSIS, Machado de. *Balas de estalo*. Organização de Heloísa Helena Paiva de Luca. São Paulo: Annablume, 1998.

ASSIS, Machado de. "Teoria do medalhão". In: *50 contos de Machado de Assis*. Seleção, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

---

<sup>107</sup> Os links para as crônicas citadas diretamente dos jornais, bem como para outros textos literários em meio digital, encontram-se no final das referências.

ASSIS, Machado de. *Comentários da semana*. Organização, introdução e notas de Lúcia Granja e Jefferson Cano. Campinas: Editora Unicamp, 2008a.

ASSIS, Machado de. *Notas semanais*. Organização de John Gledson e Lúcia Granja. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008b.

ASSIS, Machado de. *O Espelho*. Organização, introdução e notas de João Roberto Faria. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

ASSIS, Machado de. *Crítica literária e textos diversos*. Organização de Sílvia Maria Azevedo, Adriana Dusilek e Daniela Mantarro Callipo. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

AZEVEDO, Sílvia Maria. "Introdução". In: ASSIS, Machado de. *Crítica literária e textos diversos*. Organização de Sílvia Maria Azevedo, Adriana Dusilek e Daniela Mantarro Callipo. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

BEAUGRANDE, Robert Alain de; DRESSLER, Wolfgang Ulrich. *Introduction to text linguistics*. London, New York: Longman, 1981.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 38 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BETELLA, Gabriela. Kvacek. *Bons dias: o funcionamento da inteligência em terra de relógios desacertados: as crônicas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

BRAYNER, Sonia. Participação na *Mesa-redonda*. In: BOSI, Alfredo *et al.* Machado de Assis. São Paulo: Ática, 1982

BRÉAL, Michel. *Ensaio de semântica*. Trad. Aída Ferrás et al. Campinas, SP: Editora RG, 2008.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. Enunciação e argumentação no discurso jurídico: léxico, significação e sentido. In: OLIVEIRA, Esther Gomes de; SILVA, Suzete. (Org.) *Semântica e Estilística: dimensões atuais do significado e do estilo*. Homenagem a Nilce Sant'Anna Martins. Campinas, SP: Pontes, 2014.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antonio et al. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993.

CANO, Jefferson. Introdução. In: MACEDO, Joaquim Manuel. *Labirinto*. Organização, introdução e notas Jefferson Cano. Campinas, SP: Mercado de Letras, Cecult; São Paulo: FAPESP, 2004.

CANO, Jefferson. Nas trilhas da crônica: literatura e imprensa no Rio de Janeiro do século XIX. In: GRANJA, Lúcia; ANDRIES, Lise (Org.). *Literaturas e escritas da imprensa: Brasil/ França Século XIX*. Campinas: Mercado de Letras, 2015.

CARDOSO, Elis de Almeida. O léxico na sala de aula: da teoria à prática pedagógica. In: VALENTE, André C. *Unidade e variação na língua portuguesa: suas representações*. São Paulo: Parábola, 2015.

CARVALHO, Castelar de. *Dicionário de Machado de Assis: língua, estilo, temas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2018.

CARVALHO, Nelly. *Publicidade: a linguagem da sedução*. São Paulo: Ática, 1996.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Walter de. *Metáforas machadianas: estruturas e funções*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; FONSECA, Carlos Magno Viana. Linguística textual e Teoria da Enunciação. In: SOUZA, Edson Rosa Francisco de; PENHAVEL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério. (Org.). *Linguística Textual: interfaces e delimitações: homenagem à Ingedore Grunfeld Villaça Koch*. São Paulo: Cortez, 2017.

CAVALLINI, Marco Cícero. Os “Comentários da semana” de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 2005.

CHALHOUB, Sidney et al. “Introdução”. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

CHARADEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 3 ed. Trad. Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2014.

CHERUBIM, Sebastião. *Dicionário de figuras de linguagem*. São Paulo: Pioneira, 1989.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura e linguagem: a obra literária e a expressão lingüística*. 4ª ed. São Paulo: Quiron, 1986.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Vol. 6, 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

DA CAL, Ernesto Guerra. *Língua e estilo de Eça de Queiroz: I Elementos básicos*. São Paulo: Edusp, 1969.

DIMAS, Antonio. *Bilac, o jornalista: ensaios*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

DUARTE, Eduardo de Assis. Estratégias de caramujo. In: *Machado de Assis afro-descendente* (antologia). 2ª ed. Organização, ensaio e notas de Eduardo de Assis Duarte. Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: Pallas/ Crisálida, 2007.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. Tradução de Alice Kyoko Miyashiro et al. 2ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FARIA, João Roberto, "Introdução". In: ALENCAR, José de. *Ao correr da pena*. Edição preparada por José Roberto de Faria. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FARIA, João Roberto. "Introdução". In: ASSIS, Machado de. *O Espelho*. Organização, introdução e notas de João Roberto Faria. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991.

FIORIN, José Luiz. *Figuras de retórica*. São Paulo: Contexto, 2014.

FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2017.

GIL, Beatriz Daruj. A canção de consumo: léxico e ideologia. In: GIL, Beatriz Daruj; CARDOSO, Elis de Almeida; CONDE, Valéria Gil (Org.). *Modelos de análise linguística*. São Paulo: Contexto, 2009.

GLEDSON, John. "Introdução". In: ASSIS, Machado de. *Bons Dias!* Introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec/Editora Unicamp, 1997.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. Tradução de Sônia Coutinho. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GLEDSON, John. "Bons dias!" In: *Por um novo Machado de Assis: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GLEDSON, John. "Introdução". In: ASSIS, Machado. *Crônicas escolhidas*. Seleção, introdução e notas John Gledson. São Paulo: Penguin Classics; Companhia das Letras, 2013.

GRANJA, Lúcia. *Machado de Assis, escritor em formação* (à roda dos jornais). Campinas, SP: Mercado das Letras; São Paulo: FAPESP, 2000.

GRANJA, Lúcia; CANO, Jefferson. "Introdução". In: ASSIS, Machado de. *Comentários da semana*. Organização, introdução e notas de Lúcia Granja e Jefferson Cano. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica: enunciação e sentido*. Campinas, SP: Pontes, 2018.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas; LESSA, Ana Cecília. *Figuras de linguagem: teoria e prática*. 2 ed. São Paulo: Atual, 1988.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Machado de Assis, o escritor que nos lê*. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Uma longa vida póstuma. In: GUIMARÃES, Hélio de Seixas; LEBENSZTAYN, Ieda (Org). *Escritor por escritor: Machado de Assis segundo seus pares* (1908-1939). São Paulo: Imprensa Oficial, 2019.

HENRIQUES, Cláudio Cesar. *Estilística e discurso: estudos produtivos sobre texto e expressividade*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

HUTCHEON, Linda. O alcance pragmático da paródia. In: *Uma teoria da paródia. (A theory of parody)*. Ensinaamentos das formas de Arte do século XX. Trad. de Teresa Louro Pérez. Lisboa: Ed. 70, 1989, p. 69-87.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas*. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e linguagem*. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore G. Villaça; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Labirinto*. Organização, introdução e notas Jefferson Cano. Campinas, SP: Mercado de Letras, Cecult; São Paulo: FAPESP, 2004.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Memórias da Rua do Ouvidor*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2009a. vol. 41.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Ed. rev. e anotada por Gastão Penalva. Brasília: Edições do Senado Federal, 2009b. vol. 42.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Machado de Assis desconhecido*. São Paulo: Livros Irradiantes S.A., 1971.

MAINGUENEAU, Dominique. *Elementos de linguística para o texto literário*. Trad. Maria Augusta de Matos. Revisão da tradução Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MARCUSCHI, Luís Antônio. O léxico: lista, rede ou cognição social. In: NEGRI, Lígia; FOLTRAN, José Maria; PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. (Org.). *Sentido e significação*: em torno da obra de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

MARCUSCHI, Luís Antônio. Repetição. In: JUBRAN, Clélia Cândica Abreu Spinardi; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça Koch (Orgs.). *Gramática do Português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da UNICAMP, vol. I - 2006. Construção do texto falado, pp. 219-54.

MARCUSCHI, Luís Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: parábola Editorial, 2008.

MARQUES, Wilton José. "O enigma dos folhetins". In: ALENCAR, José de. *Ao correr da pena* (folhetins inéditos). Estabelecimento de texto e organização de Wilton José Marques. São Carlos, SP: EdUFSCAR, 2017.

MARTINS, Nilce Sant'Anna. *Introdução à estilística: a expressividade na língua portuguesa*. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

MASSA, Jean-Michel. *A juventude de Machado de Assis*. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MENDONÇA, Bernardo de. D'Almeida, Almeida, Almeidinha, A., Maneco, Um Brasileiro: mais um romance de costumes. In: *Obra dispersa* de Manuel Antônio de Almeida. Introdução, seleção e notas de Bernardo de Mendonça. Rio de Janeiro: Graphia, 1991. p. xii- xxxviii.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária*. 10 ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

MONTEIRO, José Lemos. *A estilística*. São Paulo: Ática, 1991.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

NEVES, Mônica Alvarez Gomes das. Aspectos cognitivos na constituição da ironia. Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Esther Gomes de; NASCIMENTO, Suzete Silva. Você ainda não percebeu o valor da interjeição na propaganda? In: FERNANDES, Luiz Carlos. (Org.). *Interação práticas de linguagem*. Luiz Carlos Fernandes. Londrina: EDUEL, 2009, p.107-131.

OLIVEIRA, Esther Gomes de. Aspectos ideológico-argumentativos em um conto de Judith Grossmann. In: OLIVEIRA, Esther Gomes de; SILVA, Suzete (Org.). *Semântica e Estilística: dimensões atuais do significado e do estilo*. Homenagem a Nilce Sant'anna Martins. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

PEREIRA, Astrojildo. Joaquim Manuel de Macedo. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Ed. rev. e anotada por Gastão Penalva. Brasília: Edições do Senado Federal, 2009a.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. "Introdução". In: ASSIS, Machado de. *História de quinze dias*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009b.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. 6 ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2017.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. Política e humor nos últimos anos da monarquia. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005, p. 89-123.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: política e humor nas crônicas de Machado de Assis (1883-1886)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ROCHA LIMA, Carlo Henrique. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 15ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

ROSSO, Mauro. "Introdução". In: ASSIS, Machado de. *Crônicas A+B e Gazeta de Holanda*. Organização Mauro Rosso. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2011.

SANDMANN, Antônio José. *A linguagem da propaganda*. São Paulo: Contexto, 1993.

SARDINHA, Tony Berber. *Metáfora*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades, 2000

SIMÕES JR., Álvaro Santos. A contribuição de Bilac para a crônica brasileira. *O eixo e a roda*, Assis, v. 9/10, p. 235-246, 2003/2004.

### LINKS CONSULTADOS PARA AS CRÔNICAS E DEMAIS TEXTOS LITERÁRIOS

ALENCAR, José de. "Álbum". *Diário do Rio de Janeiro*, 13 ago. 1854. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/094170\\_01/40252](http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/40252)> Acesso em: 27 ago. 2020.

ALENCAR, José de. "Álbum". *Diário do Rio de Janeiro*, 23 jul. 1854. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/094170\\_01/40168](http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/40168)> Acesso em: 27 ago. 2020.

ALENCAR, José de. "As quintas". *O Globo*. RJ, 14 out. 1875. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/369381/1695>> Acesso em: 05 set. 2020.

ALMEIDA, Manuel Antonio de. "Pacotilha", *Correio Mercantil*, 16 fev. 1851. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/217280/4359>> Acesso em: 06 ago. 2020.

ASSIS, Machado de. "Ao acaso". *Diário do Rio de Janeiro*, RJ, 05 jun. 1864. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/094170\\_02/18612](http://memoria.bn.br/docreader/094170_02/18612)> Acesso em: 09 set. 2020.

ASSIS, Machado de. "Ao acaso". *Diário do Rio de Janeiro*, 17 jul. 1864. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/094170\\_02/18776](http://memoria.bn.br/docreader/094170_02/18776)> Acesso em: 09 set. 2020.

ASSIS, Machado de. "Ao acaso". *Diário do Rio de Janeiro*, 22 ago. 1864. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/0941170\\_02/18916](http://memoria.bn.br/docreader/0941170_02/18916)> Acesso em: 20 set. 2020.

ASSIS, Machado de. "Cartas fluminenses". *Diário do Rio de Janeiro*, 04 mar. 1867. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/094170\\_02/21551](http://memoria.bn.br/docreader/094170_02/21551)> Acesso em: 04 set. 2020.

ASSIS, Machado de. "O velho Senado". *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, tomo XIV, p. 257-271, abril a junho 1898. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/139955/12246>> Acesso em: 16 set. 2020.

CRISPIM, Antônio. “Um texto esquecido: Machado de Assis narra em estilo bíblico o último capítulo da abolição”. *Correio da Manhã*, 15 nov. 1958. p.11. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/089842\\_06/98881](http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/98881)> Acesso em: 12 set. 2020.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, “Chronica Semanal”, p. 2, 11 jul. 1852. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/094170\\_01/37240](http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/37240)> Acesso em: 25 ago. 2020.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, “Chronica Semanal”, p. 3, 18 jul. 1852. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/094170\\_01/37269](http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/37269)> Acesso em: 27 ago. 2020.

MACEDO, Joaquim Manuel de. “A Semana”. *Jornal do Commercio*, RJ, 09 mar. 1856. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_04/9608](http://memoria.bn.br/docreader/364568_04/9608)> Acesso em: 14 set. 2020.

MACEDO, Joaquim Manuel de. “A Semana”. *Jornal do Commercio*, RJ, 14 jan. 1855. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_04/8020](http://memoria.bn.br/docreader/364568_04/8020)> Acesso em: 14 set. 2020.

MACEDO, Joaquim Manuel de. “A Semana”. *Jornal do Commercio*, RJ, 27 ago. 1855. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_04/8988](http://memoria.bn.br/docreader/364568_04/8988)> Acesso em: 21 set. 2020.

MACEDO, Joaquim Manuel de. “A Semana”. *Jornal do Commercio*, RJ, 20 dez. 1858. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_04/13794](http://memoria.bn.br/docreader/364568_04/13794)> Acesso em: 15 ago. 2020.

MACEDO, Joaquim Manuel de. “Chronica da Quinzena”. *Revista Popular*, RJ, 15 nov. 1861. p. 249. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/181773/4629>> Acesso em: 23 ago. 2020.

MACEDO, Joaquim Manuel de. “Chronica da Quinzena”. *Revista Popular*, RJ, 30 dez. 1861. p. 63. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/181773/4827>> Acesso em: 23 ago. 2020.

MACEDO, Joaquim Manuel de. “Chronica da Quinzena”. *Revista Popular*, RJ, 15 dez. 1862. p. 368. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/181773/6299>> Acesso em: 23 ago. 2020.

MACEDO, Joaquim Manuel de. “Chronica da Semana”. *Jornal do Commercio*, RJ, 13 jan. 1861. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_05/1554](http://memoria.bn.br/docreader/364568_05/1554)> Acesso em: 29 ago. 2020.

MACEDO, Joaquim Manuel de. “Correspondencia”. *Jornal do Commercio*, RJ, 15 out. 1861. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_05/2771](http://memoria.bn.br/docreader/364568_05/2771)> Acesso em: 20 set. 2020.

MACEDO, Joaquim Manuel de. "Costumes campestres do Brasil". *Revista Guanabara*, RJ, 1850, p. 258. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/700630/265>> Acesso em: 27 ago. 2020.

MACEDO, Joaquim Manuel de. "O que sahir". *Jornal do Commercio*, RJ, 02 mar. 1862. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568\\_05&pagfis=3374](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=364568_05&pagfis=3374)> Acesso em: 18 set. 2020.

MACEDO, Joaquim Manuel de. "O que sahir". *Jornal do Commercio*, RJ, 14 abr. 1862. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_05/3556](http://memoria.bn.br/docreader/364568_05/3556)> Acesso em: 12 set. 2020.

MACEDO, Joaquim Manuel de. "S. João de Itaboraí". *Ostensor Brasileiro*, RJ, ed. 23, 1845-1846. p. 179. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/700100x/203>> Acesso em: 21 set. 2020.

MELLO, João Alexandre Teixeira de. "Da imprensa literária no Brasil". *O Futuro*, Rio de Janeiro, n.7, p. 221, dez. 1862. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/779628/204>> Acesso em: 04 set. 2020.

O ESPELHO. Rio de Janeiro, 04 set. 1859. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/700037/1>> Acesso em: 05 set. 2020.

OTAVIANO, Francisco. "A semana". *Jornal do Commercio*, RJ, 06 fev. 1853. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_04/4854](http://memoria.bn.br/docreader/364568_04/4854)> Acesso em: 05 set. 2020.

OTAVIANO, Francisco. "A semana". *Jornal do Commercio*, RJ, 12 dez. 1852. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/364568\\_04/4626](http://memoria.bn.br/docreader/364568_04/4626)> Acesso em: 18 set. 2020.

OTAVIANO, Francisco. "José de Alencar". *Gazeta de Notícias*, RJ, 23 dez. 1877. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/103730\\_01/3447](http://memoria.bn.br/docreader/103730_01/3447)> Acesso em: 05 set. 2020.

OTAVIANO, Francisco. "Páginas menores". *Correio Mercantil*, RJ, 09 jul. 1854. Disponível em <<http://memoria.bn.br/docreader/217280/9171>> Acesso em: 28 ago. 2020.

ROSÁRIO, Carlos José do. "Crônica da Quinzena". *Revista Popular*. Rio de Janeiro, 04 jan. 1859, p. 56-62. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/181773/58>> Acesso em: 22 mai. 2020.

STRZODA, Michelle. O primeiro cronista do Rio. Entrevista com Michelle Strzoda. *Folha de São Paulo*. 05 fev. 2018. Folha Ilustrada. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0502201110.htm>> Acesso em: 14 mai. 2020.